

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO

**COMPREENDENDO O DISCURSO MASCULINO SOBRE O TRABALHO
FEMININO NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

MÁRCIA KARINA DA SILVA

RECIFE
DEZEMBRO/2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO

**COMPREENDENDO O DISCURSO MASCULINO SOBRE O TRABALHO
FEMININO NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

MÁRCIA KARINA DA SILVA

Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do professor Dr. Russel Parry Scott, como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Sociologia

RECIFE
DEZEMBRO/2008

Silva, Márcia Karina da

Compreendendo o discurso masculino sobre o trabalho feminino numa perspectiva de gênero / Márcia Karina da Silva. – Recife: O Autor, 2008.

209 folhas : il., tab.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2008.

Inclui bibliografia e anexos.

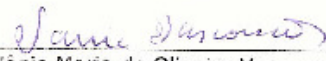
1. Sociologia. 2. Masculinidade. 3. Trabalho feminino. 4. Família. 5. Gênero I. Título.

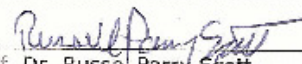
**316
301**

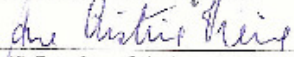
**CDU (2. ed.) UFPE
CDD (22. ed.) BCFCH2009/19**

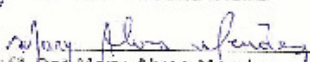
Ata da Sessão de Defesa de Tese de MÁRCIA KARINA DA SILVA, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro e Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

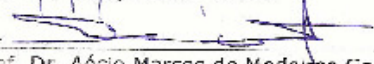
Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e oito, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **MÁRCIA KARINA DA SILVA**, sob o título **"COMPREENDENDO O DISCURSO MASCULINO SOBRE O TRABALHO FEMININO NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO"**. A comissão foi composta pelos professores: **Dr Russel Parry Scott, Presidente-Orientador; Profa. Dra. Ana Cristina Vieira, Titular-Externa/PPGSS/UFPE; Profa. Dra. Mary Alves Mendes, Titular-Externa/UFPI; Prof. Dr. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos, Titular-Interno/PPGS; Profa. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin, Titular-Interna/PPGS**. Dando início aos trabalhos o **Dr. Russel Parry Scott** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra à autora da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se para, em segredo, deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retomarem, **Dr. Russel Parry Scott**, presidente da mesa e orientador da candidata solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora aprovando a Tese por unanimidade. F nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 18 de dezembro de 2008.

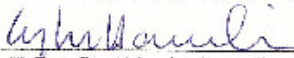

Vânia Maria de Oliveira Vasconcelos – Secretária

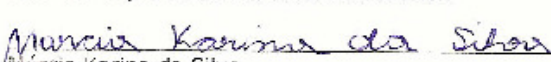

Prof. Dr. Russel Parry Scott


Profa. Dra. Ana Cristina Vieira


Profa. Dra. Mary Alves Mendes


Prof. Dr. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos


Profa. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin


Márcia Karina da Silva

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Ronaldo Robson e meus filhos Daniel e Gustavo, pessoas que me impulsionam a ir mais longe e que fazem tudo mais valer a pena!

AGRADECIMENTOS

Nesse momento que pensamos em encerramento, conclusão, término de um projeto pessoal e acadêmico tão almejado e esperado por todos aqueles que dele participaram, não posso deixar de agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram para esta realização e conquista. Para mim trata-se, particularmente, do fechamento de um ciclo que iniciamos desde 2002 quando cheguei à Universidade Federal de Pernambuco, quando da realização do mestrado. Para mim a UFPE significou um mundo de possibilidades na qual eu vislumbrara. Me fez voar alto, mesmo que tenha me deixado pequena aos olhos daqueles que não sabem voar.

Sendo assim gostaria de agradecer a Deus, experiência invisível e incompreensível que foge as mensurações empíricas do saber intelectualizado, que me ensina todos os dias a fazer das dificuldades uma oportunidade para ir mais longe!

Quero agradecer ao prof. Scott, educador, pesquisador, mas, sobretudo um humano habilidoso e gentil. Muito obrigado por me dar a oportunidade de ser sua orientanda durante esses seis anos de muito aprendizado. Foi uma honra! E aqui devo agradecer a todos os professores que fazem o PPGS, que contribuíram enormemente para minha formação acadêmica. A prof. Cynthia Hamlin, personalidade impar, que me ensinou a fazer as perguntas certas, a prof. Eliane Veras, sempre tão gentil, cujo Pensamento Social Brasileiro me apresentou de forma tão interessante, enfim a todos muito obrigado.

Dizem que um trabalho dessa envergadura é feito a quatro mãos (as suas e do orientador). Se isso é verdade este então foi feito a seis mãos, as minhas, do meu orientador e do meu esposo Ronaldo Robson, a você meu querido, não mando meus agradecimentos, mas todo meu amor!

Não poderia deixar de agradecer aos meus colegas da turma de doutorado 2004, com os quais compartilhei momentos de angústias e tensões, mas também de muitas conquistas! E aqui não poderia deixar de agradecer a duas pessoas que particularmente aprendi a amar e respeitar, Sônia Azevedo e Cinthia Reis, o meu muito obrigado pela companhia e discussões nem sempre amistosas acerca das nossas posições teóricas, mas que nos aproximaram sempre mais.

Por fim, gostaria de agradecer a CAPES, pelo apoio financeiro que nos possibilitou uma maior dedicação à elaboração desse projeto.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo estudar as relações de gênero centradas numa perspectiva masculina, especificamente de que maneira os homens significam o trânsito lar/trabalho feminino. Tal objetivo nos permitiu entender como a crescente feminização do mercado de trabalho vem impactando a construção da identidade social masculina baseada no papel de provedor. Desse modo, conseguir captar o que permanece e o que muda nos padrões normativos de masculinidade, assim como os processos de negociação, foi um dos desafios dessa tese. Sendo assim, partimos da hipótese de que os aspectos normativos da masculinidade hegemônica (provedor, virilidade, força, iniciativa sexual...) se encontram em pleno processo de negociação, no entanto, argumentamos que as mudanças provenientes dessa negociação esbarram em resistências subsidiadas em parte por instituições sociais mantenedoras do padrão normativo de masculinidade como, por exemplo, a família, cujo reflexo dessa reprodução podemos observar na divisão sexual das tarefas no mundo da casa e do trabalho. Nesse sentido, para essa discussão nos apoiamos, de um lado, nas elaborações teóricas de gênero, desenvolvidas pela teoria feminista e os estudos de masculinidade, e de outro, pelas contribuições advindas do estruturalismo construídas por Bourdieu. A Pesquisa contou com a participação de trinta homens, distribuídos entre maridos e colegas de mulheres que trabalham na Cia Müller de Bebidas Nordeste, mais conhecida como “caninha 51”. Devo acrescentar que se trata de uma pesquisa sem pretensão de generalização de seus resultados, realizada com uma amostra intencional e sem caráter de representatividade estatística. Os dados da pesquisa sugeriram que a ideologia do patriarcalismo legitimando a dominação masculina baseada na idéia de que o provedor da família goza de privilégios foi abalada. Isso porque, a idéia de masculinidade hegemônica passou a ser questionada. Em parte esse questionamento se deve ao movimento feminista enquanto projeto político e acadêmico que fez evaporar a característica universal masculina aceita, até então, como “natural”. No entanto, muito embora os aspectos normativos da masculinidade hegemônica se encontrem relativizados, passando por negociações, estas acabam enfraquecidas pela força que a estrutura social exerce sobre os indivíduos. Pudemos observar essa força principalmente em instituições como a família e o trabalho, lócus da atenção desta pesquisa.

Palavras- Chaves: Gênero, trabalho, masculinidade.

ABSTRACT

The research had a purpose to study the relation to gender focused on a male perspective, specially the way men understand home/female work. Such purpose allowed us to understand the growing femininity on the work market has been impacting the building of the male social identity based on a man as the provider. Therefore grasping what remains and what changes in the prescriptive standard of masculinity, as well as the process of negotiation was one of the challenges of this thesis. Therefore, the hypothesis that the aspects of the standards of the male hegemony (provider, virility, power, sexual initiative...) are in the process of negotiation. Nevertheless, we discuss that the changes from this negotiation come up against resistance subsidized in part by social institutions that maintain the standard of the rules of masculinity like the family, which reflex of this reproduction we observe in the sexual division of the chores of in the house and work's world. This way, for this discussion, we were based on, on one hand in the theoretician elaborations of the gender developed by the female theory and by the studies about masculinity, and on the other hand, by contributions from structuralism built by Bordieu. The research had the participation of thirty men among workmates and women's husbands, that work for the drinking company "Muller Nordeste", better Known as "caninha 51". I should add that it is about a research with no intention of generalizing its results, it was realized with an intentional and with no characteristic of a statistical representative. The data of the research suggested that the patriarchal legitimating the male dominance based on the ideas that the provider of the family has privileges was changed, because the idea of male hegemony was questioned. Partly, this point was questioned because of the female crusade as a political and academic project that made to come up the universal characteristic male accepted, up to this time, natural. Nevertheless the rules of the aspect of the male hegemony are going through negotiations, which get weaker because of the power that the social structure has on the human beings. We can observe this power specially in institutions like the family and the work, which were the aim of this research.

Key words: Gender, work, masculinity.

RÉSUMÉ

La recherche a eu comme but étudier les rapports de genre centré dans une perspective masculin spécifiquement de la façon comme les hommes signifient le transit foyer/travail féminin. Tel objectif nous a fait comprendre comme la croissante participation des femmes dans le marché de travail est en train de choquer la construction d'identité sociale masculin basé dans le rôle de pourvoyeur. Dans ce cas, percevoir ce qui dure et ce qui change dans le modèle de masculinité, ainsi que les processus de négociation été un défi de cette thèse. La recherche a eu la participation de trente hommes, parmi eux étaient collègues de travail, les maris de femmes qui travaillent dans l'industrie de Boissons Muller Nordeste. Les cédés de la recherche ont suggéré que les aspects régulés de la masculinité dominant se trouvent en plein processus de négociation. Cependant, les changements qui viennent de cette négociation choquent en resistences subidés en part par des institutions sociales maintenues du modèle régulier de masculinité comme la famille, du quel les réflexes de cette reproduction nous pouvons observer la division sexuelle des tâches dans le monde du foyer et du travail.

Mots – Clés: Sexe, Travailler, Masculinité

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1: distribuição do quadro de pessoal por sexo dentro dos setores da CMBNE	61
GRÁFICO 2: Evolução da participação do pessoal ocupado feminino na Indústria de transformação no Brasil entre os anos de 1985 a 1997	126
GRÁFICO 2a: distribuição do pessoal feminino segundo os setores na Indústria de transformação no Brasil no ano de 1985	128
GRÁFICO 2b: distribuição do pessoal feminino segundo os setores na Indústria de transformação no Brasil no ano de 1997	129
GRÁFICO 3: Evolução da taxa de desocupação entre homens e mulheres entre Janeiro/03 a Janeiro/08	132
GRÁFICO 4: Diferença salarial entre homens e mulheres com nível superior completo	134
GRÁFICO 5: Distribuição das mulheres ocupadas segundo os anos de estudo entre os anos de 1985 a 1997	136
GRÁFICO 6: Percentual da população ocupada por faixa de horas trabalhadas semanais em Janeiro de 2008	137
TABELA 1: evolução do pessoal ocupado feminino nas indústrias de transformação no Brasil	62
TABELA 2: quadro geral de caracterização dos informantes	67
TABELA 3: distribuição percentual do pessoal ocupado segundo o sexo na Indústria de Transformação no Brasil entre os anos de 1985 a 1997	125
TABELA 4: distribuição percentual do pessoal ocupado por sexo segundo os setores na Indústria de Transformação no Brasil entre os anos de 1985 a 1997	127
TABELA 5: percentual de variação de pessoal ocupado segundo o sexo na Indústria de Transformação no Brasil entre os anos de 1985 a 1997	130
TABELA 6: rendimento médio habitual entre homens e mulheres entre Janeiro/03 a Janeiro/08	133

AIDS – Síndrome da deficiência imunológica adquirida;
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica;
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco;
CMB-NE – Companhia Müller de Bebidas Nordeste;
CNSR - Communication Networks and Services Research (Comunicação e Redes de Serviços de Investigação);
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos;
DOD - Desemprego oculto pelo desalento;
DOPT - Desemprego oculto pelo trabalho precário;
EUA – Estados Unidos da América;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
ISO 14001 - É uma série de normas desenvolvidas pela International Organization for Standardization (ISO) e que estabelecem diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas;
ISO 9001 - Um grupo de normas técnicas que estabelecem um modelo de gestão da qualidade para organizações em geral, qualquer que seja o seu tipo ou dimensão;
OIT – Organização Internacional do Trabalho;
PEA – População economicamente ativa;
PED – Pesquisa de emprego e desemprego;
PIA – Pesquisa Industrial Anual;
PIA – População em idade ativa;
PIM – Pesquisa Industrial Mensal;
PME – Pesquisa Mensal de Emprego;
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios;
PO – Pessoas ocupadas;
SEADE – Sistema Estadual de análise de dados;
SINDBEBI – Sindicato de Bebidas;
USIBRAS – Usina Brasileira de óleos e castanha;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I – O LUGAR DO HOMEM NOS ESTUDOS DE GÊNERO	14
1.1 Sexualidade, masculinidade e crise	22
1.1.1 A diferença entre os sexos	27
1.1.2 O Culto à Masculinidade: breve itinerário	31
1.2 Paternidade	37
1.2.1 Paternidade: das atitudes ao comportamento	42
1.3 Mudanças e permanências: breves considerações	48
 CAPITULO II - QUANDO SE FORMA O CAMPO: O INTERESSE PELA PESQUISA	 55
2.1 Quando o campo sai do texto e vira realidade	56
2.1.1 O universo empírico da pesquisa	57
2.2 Quem são os informantes: os desdobramentos do campo de pesquisa	64
2.3 As orientações metodológicas da pesquisa	68
2.4 Estratégias metodológicas	76
 CAPITULO III – OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	 81
3.1 Gênero estrutura estruturante das relações sociais: um breve itinerário	83
3.1.1 Abordagens ao nível do indivíduo	89
3.1.2 Abordagens ao nível das interações – fazendo gênero	92
3.1.3 Abordagens ao nível das instituições	94
3.2 A masculinidade como um ideal culturalmente elaborado	97
3.2.1 Construções em ruínas: crise da masculinidade	102

3.3 A questão do poder nas relações de gênero	105
3.4 Poder simbólico, campo e habitus na dinâmica do gênero	107
CAPITULO IV – O TRABALHO FEMINO: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES	116
4.1 Trabalho feminino no Brasil	116
CAPÍTULO V – O DISCURSO MASCULINO SOBRE O TRABALHO FEMININO NA DIMENSÃO PÚBLICA E PRIVADA	140
5.1 A importância do trabalho feminino: velhos e novos discursos	158
5.2 Divisão sexual do trabalho doméstico	168
5.2.1 Trabalho doméstico: algumas definições	168
5.2.2 Espaços masculinos e femininos não intercambiáveis: a divisão sexual do trabalho doméstico	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA –COORDENADOR	208
ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL E GRUPO FOCAL	209
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE SIGLAS	

(...) ao mesmo tempo em que as instituições se impõem a nós, aderimos a elas; elas comandam e nós as queremos; elas nos constroem, e nós encontramos vantagens em seu funcionamento e no próprio constrangimento. (...) talvez não existam práticas coletivas que deixem de exercer sobre nós esta ação dupla, a qual, além do mais, não é contraditória senão na aparência (DURKHEIM, 1985).

Tributária das principais transformações na sociedade como um todo, como por exemplo, a transformação da família nuclear moderna, que tem cedido lugar a uma grande diversidade de arranjos singulares, ou a sociedade de classes que tem assumido a forma de grupos e movimentos sociais separados, baseadas em relações étnicas, sexo, localidades, etc., o enfoque de gênero no mundo do trabalho surge como uma espécie de estímulo para a quebra de um certo “consenso ortodoxo” até então disseminado entre os pesquisadores da sociologia do trabalho, baseada nas pesquisas sobre a exploração capitalista moderna (SORJ, 2000).

No Brasil, na esteira das pesquisas sobre relações de gênero na sociologia, um contingente cada vez maior de pesquisadores do mundo do trabalho começa a focalizar sua atenção para as especificidades das relações entre homens e mulheres. Os estudos começam a constatar um substancial aumento no número de trabalhadoras mulheres no espaço público e assalariado. Esse fluxo do trabalho feminino como um todo inspirou a

produção, principalmente a partir das décadas de 70 e 80, de uma gama de estudos relacionados às relações de gênero subjacente ao trabalho, principalmente fabril.

Atualmente, a problemática das relações de gênero no espaço do trabalho tem ocupado posição especial nos estudos sobre reestruturação produtiva. Com efeito, parece haver uma posição consensual existente na literatura recente de que, a despeito da inserção das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos ter se dado de forma significativa, estas ainda concentram-se em ocupações de baixa qualificação e remuneração mesmo quando ocupam os maiores extratos de escolaridade. Além disso, esses denotam que apesar de um amplo conjunto de transformações, têm ocorrido poucas rupturas, e que o trabalho feminino geralmente é delimitado em estereótipos: costureiras, enfermeiras, professoras, trabalhos de fino manuseio, empregadas domésticas, etc. (HIRATA, 2002; ABRAMO, 1998; CONDONI, 1998; POSTHUMA, 1998; LAVINAS, 1997). Outros argumentos apontam para uma perspectiva dual entre domesticidade e mundo público, assinalando uma exclusão de gênero (LIMA, 2004; LEITE, 1994), mas ainda assentada sobre a mesma perspectiva de precarização do trabalho feminino. Outra abordagem tem sido tema de vários trabalhos recentes, quais sejam, sobre a divisão do trabalho doméstico, enfocando as principais mudanças ocorridas na atribuição de tarefas no intuito de verificar como esse processo tem alterado os padrões de domesticidade e as práticas tradicionais na família (SORJ, 2005; ARAÚJO 2005; SCALON, 2005; OLIVEIRA, Z., 2005; NOBRE, 2004; LAUFER, 2003). Há ainda, abordagens que apresentam os padrões tradicionais de estrutura familiar como um hiato que aparta o trabalho masculino dos afazeres domésticos (MATOS, 2005; PICANÇO, 2005)

Frente a esses cenários de estudos sobre a inserção feminina no mercado de trabalho e os impactos sociais desta inserção especialmente no mundo do trabalho e da casa, uma nova possibilidade de abordagem tem se desenhado nos últimos anos, a saber, os estudos que analisam as transformações no mundo do trabalho em relação ao gênero a partir da visão masculina. Nossa pesquisa se insere nessa última vertente. Propõe estudar como as mudanças mais recentes no mundo do trabalho em termos de inserção feminina vêm sendo negociadas pelos homens que historicamente tiveram o trabalho como uma das dimensões mais significativas de sua identidade masculina.

Essa abordagem nos permitiu perceber em que medida, a perda relativa da importância do homem enquanto chefe de família ou provedor de subsistências do grupo familiar, tem resultado em transformações na divisão doméstica do trabalho e na percepção do que é masculino ou feminino, onde a resignificação ou reiteração das masculinidades são postas em xeque.

Recentemente, têm-se encontrado referências à diversidade dos modos de ser masculino na mídia falada e escrita (MUSZKAT, 2000; MEDRADO, 1997; BILAC 1994; OLIVEIRA, 1992). As pesquisas nesse campo apontam que essa diversidade é fruto das mudanças sócio-culturais, econômicas e políticas que vêm ocorrendo ao longo das últimas três décadas, nas quais os movimentos feministas e homossexuais tiveram um papel importante. Sabe-se, entretanto, que na realidade das cenas cotidianas vividas

pelos homens, existem ainda muitas dificuldades em colocar em prática valores de gênero recém adquiridos.

Sendo assim, na presente pesquisa partimos da hipótese de que os aspectos normativos da masculinidade hegemônica (provedor, virilidade, força, iniciativa sexual...) se encontram em pleno processo de negociação, no entanto, argumentamos que as mudanças provenientes dessa negociação esbarram em resistências subsidiadas em parte por instituições sociais mantenedoras do padrão normativo de masculinidade como, por exemplo, a família, a escola, a igreja, o trabalho, entre outras, cujo reflexo dessa reprodução podemos observar especialmente na divisão sexual das tarefas no mundo da casa e do trabalho, instituições essas nas quais nossa atenção se dirigiu.

Posto isto, esta tese procurou contribuir para o conhecimento do discurso masculino acerca do trabalho feminino, de modo a entendermos a partir das elaborações teóricas sobre gênero a forma como os homens significam o trânsito lar/trabalho das mulheres nessa nova configuração das relações de gênero tanto no mundo do trabalho quanto da casa. Essas duas esferas foram então privilegiadas na presente pesquisa.

Sendo assim, a busca desse entendimento exigiu uma revisão da literatura internacional e nacional no campo das ciências sociais que tratam do tema homens, masculinidade e trabalho numa perspectiva de gênero, visando definir o referencial conceitual e analítico da pesquisa. Destinamos então o primeiro capítulo para esta

revisão da literatura. Esta nos apontou que os estudos que tem o homem como objeto de reflexão destaca a presença de múltiplas masculinidades e suas articulações com diversas dimensões como classe, raça e orientação sexual, enfatizando o caráter relacional das relações de poder entre os sexos, identificando a masculinidade como uma problemática da construção do gênero a ser investigada. Essa revisão nos permitiu identificar o lugar do homem nos estudos de gênero.

No segundo capítulo relatamos os caminhos da pesquisa. Primeiramente esboçamos a forma como chegamos à definição do objeto de pesquisa e a delimitação do universo empírico. Nesse momento procuramos demonstrar como se deu nosso encontro com o objeto de pesquisa ora desenvolvido. Posteriormente falamos das técnicas de coleta de dados e o do nível de abordagem a que submeteríamos os dados da pesquisa. Basicamente a pesquisa contou com a participação de trinta homens divididos entre colegas de trabalho e maridos das mulheres que trabalham na Companhia Muller de Bebidas Nordeste, situada na cidade do Cabo de Santo Agostinho, mas conhecida como “Caninha 51”. No que diz respeito à CMB-NE, ela constituiu-se o lugar onde começamos a compor nossa amostra de informantes, onde a partir da indicação feita pelas mulheres que trabalham na Cia foi possível compor nossa amostra. Nossa primeira tentativa foi realmente a de nos aproximarmos da dinâmica das relações de trabalho desenvolvidas dentro da Companhia e a partir dela levar nossos informantes a pensarem sobre o trabalho feminino, no entanto os desdobramentos do campo nos levaram para fora da fábrica.

Desta feita foram realizadas entrevistas individuais e discussão em grupo com os homens. Todas as entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio digital e transcritas com o consentimento dos participantes. Foram especificamente sobre estes relatos que nos debruçamos, de modo que não buscamos realizar uma descrição etnográfica dos nossos informantes. Devo acrescentar que se trata de uma pesquisa sem pretensão de generalização de seus resultados, realizada com uma amostra intencional e sem caráter de representatividade estatística.

A discussão acerca das orientações teóricas da pesquisa foi trabalhada no terceiro capítulo. Para tal discussão nos apoiamos, de um lado, nas elaborações teóricas de gênero, poder e masculinidade desenvolvidas pela teoria feminista e estudos sobre masculinidade, e de outro pelas contribuições advindas do estruturalismo construídas por Bourdieu. Especial atenção foi dada a categoria gênero como explicativa da dinâmica social no que diz respeito à relação entre homens e mulheres no plano das interações simbólicas sustentadas e legitimadas historicamente pelas estruturas sociais.

O conceito de gênero lembra Piscitelli (2002), tem sido elaborado de diferentes formas em momentos específicos da história das teorias sociais. Diversas correntes de pensamento, sobretudo feministas, têm tratado o tema de maneiras distintas, geralmente afirmando a condição de subordinação feminina, bem como denunciando o caráter social dessa subordinação, em detrimento de um suposto caráter natural. Por exemplo, Scott (1991) afirma que o conceito de gênero começou a ser empregado por feministas para fazer referência as formas de relação entre os sexos, sugerindo uma rejeição ao

determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. A partir daí, surgiriam os conceitos de “feminilidades” e “masculinidades” assim como as discussões sobre a pluralidade dessas categorias e o alcance político, cultural e histórico do gênero. Apesar de Scott fazer uma separação entre natural e social, a literatura tem chamado a atenção que alguns estudos nesse sentido, ainda tendem a ancorar suas análises nas diferenças físicas entre homens e mulheres, consideradas como um aspecto universal e invariável dos indivíduos (PISCITELLI, 2002). O trabalho de Rubin (1975), por exemplo, tem sido citado pelas pesquisas de estudos de gênero como um marco nos estudos da literatura feminista. A autora trataria o conceito sexo/gênero como um conjunto de arranjos por meio dos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação seria modelada pela intervenção social. Gênero seria um imperativo da cultura, sendo importante analisar a totalidade dos sistemas culturais, porque o que está em questão são coisas de natureza distintas, como uma “estrita divisão sexual do trabalho na qual as atividades masculinas são particularmente valorizadas ou situações nas quais os homens controlam concretamente as mulheres” (PISCITELLI, 2002, p.21).

O trabalho de Butler (2003) chama a atenção para a necessidade de se refletir, criticamente, sobre os meios através dos quais sexo e gênero passaram a ser considerados como dados. Para a autora, o gênero não deveria ser tratado como simples registro cultural de significado sobre um sexo, mas de maneira que possa conter relações de poder a ele subjacentes. Na sua perspectiva, gênero poderia ser considerado como um ato intencional no sentido de construção de significados, reconhecendo que se relaciona com diversas modalidades de identidades construídas discursivamente, o

motivo pelo qual se torna possível separar gênero das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado. Aliás, no entendimento da autora, sexo já seria uma invenção cultural.

A partir então desse enfoque os outros eixos teórico/conceituais foram delineando o desenho teórico da pesquisa. Nosso esforço teórico também se dirigiu no sentido de promovermos um diálogo com as demais tradições teóricas na sociologia que de alguma forma tentaram levar em conta as relações de gênero em suas formulações. No entanto, foi dada maior ênfase as elaborações teóricas vindas da teoria feminista cujo foco de análise se concentra na dinâmica das relações sociais entre os gêneros. A diversidade de olhares nos quais nos propusemos nesse capítulo não pretendeu de forma alguma esgotar todas as possibilidades de leitura que o nosso objeto de pesquisa suscita. Na verdade nossa intenção foi demonstrar de que maneira os conceitos desenvolvidos pelos autores nos possibilitava uma maior compreensão do nosso objeto. Obviamente que um aspecto relevante para tal feito foi justamente atentar para os limites e alcances que cada um dos conceitos desenvolvidos pelos autores tinha em relação ao nosso objeto de pesquisa, todavia sem fazer disso nosso foco principal.

Posto isto, caminhamos para o quarto capítulo da tese. Neste capítulo trabalhamos dados referentes à inserção feminina no mercado de trabalho. Nosso objetivo nesse momento constituiu-se em expor de forma sistemática essa inserção evidenciando os pontos de rupturas e reiteração da estrutura social sexista. A elaboração desse capítulo nos permitiu sistematizar um quadro mais amplo acerca da forma como as mulheres

vêm se inserido no mundo do trabalho, a partir de uma perspectiva institucionalizada. Para tanto buscamos entender a partir das pesquisas elaboradas nessa direção como o processo de reestruturação produtiva se fez sentir tanto nos homens quanto nas mulheres.

Na sua heterogeneidade, o processo de reestruturação produtiva tem uma nítida dimensão de gênero, pois seus efeitos perversos, desiguais e excludentes atingem de forma particular as mulheres. Por isto homens e mulheres estão implicados de modo distinto neste processo de mudanças, vivenciam-no e o percebem de maneiras distintas. É pertinente, portanto, colocar aqui a mesma questão posta por Hirata e Le Doré (1998), em relação à globalização: a reestruturação do capital está enfraquecendo ou fortalecendo as discrepâncias e os antagonismos de classe e de gênero e até que ponto ela está transformando a divisão sexual do trabalho? Para respondê-la cabe considerar, de um lado, as mudanças econômicas e demográficas e a intensificação dos intercâmbios internacionais, juntamente com as mudanças culturais e nos valores relativos ao papel da mulher na sociedade, impulsionadas pelas lutas feministas desde os anos 70 e pela atuação crescente das mulheres nos espaços públicos, levaram ao crescimento da participação das mulheres no trabalho extra-doméstico. Como observam Bruschini e Lombardi (2003, p.329) “A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicariam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo, processo que vem ocorrendo desde a década de 80”. De outro, as desigualdades sociais no mercado de trabalho, no emprego e nas relações salariais parecem ter se ampliado sob o impacto das políticas de flexibilização e dos novos métodos de gestão do trabalho e produção.

As questões trabalhadas nesse capítulo foram extremamente relevantes para a construção do quinto capítulo, uma vez que pudemos ampliar nosso conhecimento acerca da forma como homens e mulheres estão vivenciando suas experiências no mundo do trabalho, e em que medida estas vem impactando a definição de suas identidades sociais, especialmente no campo das relações de gênero.

Desta feita no quinto e último capítulo sistematizamos a partir da fala dos nossos entrevistados sobre o trabalho feminino de que maneira estes podem ser lidos à luz dos estudos elaborados no campo das relações de gênero. Desta feita começamos abordando o tema do trabalho com nossos informantes. Abrir nosso campo com esse tema nos pareceu particularmente útil. Isso porque, no pensamento sociológico clássico, a noção de trabalho como uma instância fundamental da teoria social, tal como analisada por Marx, Weber e Durkheim, constitui-se numa categoria central para a compreensão da sociedade moderna capitalista. Com a revolução industrial do século XVIII, a constituição do trabalho assalariado industrial como produtor de riqueza social, o surgimento do mercado de trabalho e o estabelecimento de um contrato de compra e venda da força de trabalho configura uma nova dinâmica societária. Como diz Castel, (1998),

“a partir de agora, o trabalho é uma mercadoria vendida em um mercado que obedece a lei da oferta e da procura. A relação que une o trabalhador a seu empregador tornou-se uma simples convenção, isto é, um contrato entre dois parceiros, que se entendem sobre o salário. Mas esta transação não é mais regulada por sistemas de coerções ou de

garantias externas a própria troca. O mundo do trabalho vai mudar de base. É uma revolução na revolução (CASTEL, 1998, p.250)

O desenvolvimento da sociedade capitalista na qual o trabalho assalariado industrial ocupa lugar central determinando as relações de produção e as relações sociais de exploração e dominação produzindo a mais-valia, o lucro e a alienação do trabalho, constituindo valores culturais, significados e identidades a partir de uma experiência comum compartilhada, como um fator chave de inscrição do indivíduo na estrutura social e na formação de sociabilidades, dando acesso a direitos e redes de proteção social, vem passando por uma profunda transformação.

Além dessas características, outros fatores-chave de estruturação do trabalho na sociedade moderna foram a separação entre a esfera doméstica e da produção, dissociação entre local de moradia e trabalho, a divisão cada vez mais acentuada entre propriedade privada e o trabalho assalariado. Assim, as empresas industriais buscaram aprimorar modelos produtivos visando a organização racional do trabalho e ao desenvolvimento sempre renovado de inovações tecnológicas. Desta maneira, a organização científica do trabalho elaborado por Taylor, cujo início data do final do século XIX, difundiu-se e se implantou no início do século XX, no mundo da produção capitalista com o objetivo de maior controle e intensificação do trabalho com o objetivo de alcançar uma maior produtividade.

Entretanto, a partir da implantação do Fordismo no início do século XX e sua rigorosa disseminação a partir da Segunda Guerra Mundial, algumas características

fundamentais do processo de trabalho e do trabalhador sofreram modificações importantes. O fordismo por meio das mudanças técnicas introduzidas no processo produtivo, implementou a produção seriada em larga escala e de produtos homogêneos, estabelecendo pela primeira vez a relação entre produção e consumo em massa.

Todos esses fatores, produção em massa, normatização das tarefas produtivas, nova relação salarial, obtenção de um novo status pelo trabalhador – o de ser também consumidor -, homogeneização cada vez maior da classe trabalhadora contribuíram para configurar um novo momento do mundo do trabalho.¹

Sendo assim, é justamente sobre essa perspectiva de trabalho que nossos informantes falaram. Pontuaram a forma como significam o trabalho em suas vidas. As experiências relatadas por eles sugeriram que o trabalho constitui-se uma das dimensões mais significativas de sua identidade. Esses depoimentos nos revelaram que um dos aspectos centrais do modelo predominante de masculinidade é o exercício do papel de provedor de sua família. Dessa forma foi possível perceber que o não cumprimento dessa função é motivo de desconforto e vergonha. Deste modo não seria demais afirmar que o trabalho constitui-se um dos elementos mais importantes na definição da identidade masculina, ocupando um lugar central em suas vidas.

¹ É importante salientar que, durante todo o referido processo, ocorreu uma separação cada vez mais acentuada entre o espaço produtivo masculino e o espaço doméstico, privado e feminino, resultando no entendimento do trabalhador industrial assalariado, masculino, como paradigmático para os estudos realizados. Assim a presença da mulher no espaço fabril e na composição da classe trabalhadora permaneceu invisível durante um longo período nas análises sociológicas. Mas, de forma mais acentuada, toda atividade de trabalho não remunerada realizada no âmbito doméstico e de importância fundamental para a reprodução dos trabalhadores, executada pelas mulheres, foi excluída da definição do trabalho entendido exclusivamente como industrial e produtivo.

Em seguida trabalhamos a percepção masculina acerca do trabalho feminino. Observamos que há uma expectativa em relação ao trabalho feminino, o que ele traz de positivo para a mulher e para o relacionamento do casal. Na sua grande maioria, os informantes demandam que as parceiras contribuam para o orçamento doméstico. Sendo assim, muitos esperam que a parceira construa uma carreira profissional. Os homens entrevistados reconhecem a participação das mulheres no orçamento doméstico e no mercado de trabalho, contudo foi possível observar que o trabalho doméstico continua sendo o nó dos arranjos domésticos familiares. É bem verdade que muitos dos informantes saíram da posição de “ajudante” doméstico da parceira, para desempenhar um papel mais ativo, especialmente quando ambos têm um trabalho em tempo integral. O que significa uma atualização do modelo familiar do qual foram herdeiros. Por outro lado, há circunstâncias conjunturais, quando a parceira está desempregada, ou trabalha meio período, em que eles se sentem mais desobrigados com o doméstico, e retornam a posição de “ajudante” de fim de semana. Na sua maioria, são ainda as mulheres (parceiras e empregadas) que dedicam mais horas do seu tempo aos serviços domésticos.

Finalmente concluímos a pesquisa retomando considerações realizadas ao longo da tese e apontando outros horizontes de possibilidades no campo dos estudos das relações de gênero, cujo foco consiste nas práticas e discursos sociais dos homens enquanto objeto de reflexão.

CAPÍTULO I

O LUGAR DO HOMEM NOS ESTUDOS DE GÊNERO

O homem atual começa a dar sinais de cansaço e parece não mais querer suportar a “courage” que o envolve e ao mesmo tempo o aprisiona... O homem, como “dono do poder”, reconhece que algumas condições sociais conquistadas (sair mais cedo de casa, iniciar antes que a mulher a vida sexual, etc.) não tem lhe trazido vantagens. O homem não é feliz como parece; de repente, percebe que a relação de dominação... fez dele o seu próprio prisioneiro. (COSTA, 1986)

Este capítulo trata do lugar do homem nos estudos de gênero, como bem nos informa seu título. Dito de outra forma, objetivamos traçar um itinerário acerca da forma como os estudos sobre homem e masculinidade se inseriram nesse campo de estudo a fim de demonstrar quais temas com relação ao estudo dos homens e da masculinidade vem chamando a atenção dos pesquisadores/as das relações de gênero. Para isso estaremos realizando uma revisão acerca da literatura que tem se dedicado a esse tema dentro dos estudos de gênero.

Dito isto, podemos afirmar que a questão do masculino emergiu com força nos estudos de gênero no Brasil nas últimas duas décadas do século XX, especialmente nas discussões e análises sobre sexualidade e saúde reprodutiva, dominadas até então por mulheres (para revisões recentes da literatura brasileira e latino-americana, ver: BEATTIE, 2002; VIGOYA, 2001; GIFFIN e CAVALCANTI, 1999).

A partir de então, segundo os estudiosos do tema, tem sido possível pontuar uma mudança de enfoque nos estudos de gênero, particularmente a partir de 1994, pós-Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, e pós-Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), que direcionaram sua atenção para a participação masculina e a responsabilidade dos homens nas questões que afetam o cuidado com os filhos e as decisões com relação à reprodução e à sexualidade.

No cenário bibliográfico das ciências sociais, há alguns anos, a masculinidade vem surgindo como uma categoria de discussão. A obra de Pedro Paulo de Oliveira (2004), que é uma versão de sua tese de Doutorado em sociologia, faz coro a esse movimento que procura tratar essa categoria como uma construção social.

Na sua introdução o autor apresenta a etimologia da palavra *masculinidade* – que surge no século XVIII para explicitar critérios de diferenciação entre os sexos. Sem cair na armadilha de reificar a masculinidade, logo de início, o autor chama a atenção para a insuficiência das definições acerca dessa expressão e encaminha o debate para a importância das suas características históricas, a sua força de arregimentação social, a imbricação com outros lugares simbólicos estruturantes e o seu poder de orientar a formulação de juízos. Em sua discussão, Oliveira (2004) chama a atenção para a masculinidade como um espaço simbólico de sentido estruturante que modela atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidos. Aqueles que seguem tais modelos não só são atestados como homens como também não são questionados pelos outros que compartilham desses símbolos. Em seguida, o autor desenvolve uma discussão com o

intuito principal de buscar a modelação da masculinidade a partir de uma sóciogênese moderna que se volta para instituições que foram decisivas para o surgimento de suas características contemporâneas fundamentais. Assinala que, nos séculos XVIII, XIX e parte do século XX, inúmeras características tidas como positivas – a exemplo da valentia, firmeza, inteligência e imponência – foram associadas ao ser masculino e vistas como qualidades sobre as quais a própria sociedade gostava de se autoprojetar. Discute ainda ícones, símbolos e reflexos dos períodos medievo e moderno que constituem o masculino ou em torno dele gravitam. Nesse ideal moderno, em que o temor da imaturidade é menor do que o da efeminação, a transformação de um menino em homem passa, primeiro, pela “aquisição de um certo padrão físico e, depois, através de uma adequação moral, que deveria culminar com a consagração do casamento” (p. 54). Ainda no século XIX, ressaltam-se os discursos médicos que alimentaram o slogan “mente sã num corpo sã” ajudaram a desqualificar aqueles – como insanos, negros, judeus, homorientados – que não se encaixavam no ideal burguês de masculinidade, imputando-lhes o status de serem diferentes ou serem deficientes sob algum aspecto. Junto a essa desqualificação, a mulher costumava também ser vista como ser inferior. A disciplinarização do corpo masculino também é tratada pelo autor. Esse mecanismo, que fazia parte de um processo social mais amplo, servia aos ideais de conquista e defesa e era incorporado ao cotidiano. Seguindo os eixos de docilidade e utilidade, “o processo de subjetivação quase que se igualava ao processo de sujeição presentes nas forças armadas, nas escolas, em conventos, internatos, colégios, quartéis, presídios, fábricas, hospitais, asilos etc.” (p. 63).

Seguindo a sua análise sobre o assunto, o autor passa para a contemporaneidade, discutindo o enredamento do ser masculino com fragilidades, angústias, crises, modismos e aparentes contradições. A discussão política e acadêmica em torno do ser masculino também é por ele tratada. Em termos acadêmicos, segundo Oliveira (2004), a epidemia da AIDS ensejou debates que tornaram públicos certos temas interditos, como as relações extraconjugais e homorientadas. No bojo dessa discussão, desencadeou-se o estímulo para as negociações femininas em prol de práticas sexuais seguras, questionando-se as bases convencionais em que predominava a determinação masculina no desenho e significado da heterossexualidade padrão. O autor observa que a AIDS também provocou uma reação do movimento gay que trouxe reflexos aos estudos sobre a masculinidade. Esse movimento se organizou no combate do recrudescimento do preconceito e do estigma imputados àqueles considerados vetores da disseminação da doença. Ainda em relação ao mundo contemporâneo, o autor observa que,

“apesar de todas as mudanças sócio-estruturais e todos os movimentos que continuamente contestam a hegemonia masculina, esse lugar simbólico ainda é bastante valorizado e funciona como bússola de orientação para a construção de identidades em diversos segmentos sociais” (OLIVEIRA 2000, p. 285).

Nesse sentido, ao se acompanhar o fluxo da produção sobre identidade² masculina percebe-se que nos anos 90 o tema ganha um fôlego especial, aglutinando boa parte das pesquisas desenvolvidas no campo dos estudos de gênero no Brasil. É também nesse período que o tema da masculinidade aparece com maior ênfase em outros países da América Latina. Até então, nos estudos sobre a vida privada, a fala de mulheres de diferentes camadas sociais era predominante. Sobre a subjetividade masculina pairava um quase silêncio, quebrado apenas por alguns pesquisadores/psicólogos que chamavam a atenção para uma suposta "crise da masculinidade". (UNBEHAUM, 2004)

A constatação de que muitas demandas colocadas pelo movimento feminista ainda não haviam sido equacionadas, redefiniu por outro lado, uma agenda de pesquisa e intervenção, sobretudo com questões relativas à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos. Não surpreende, portanto que a década de 1990, no âmbito dos estudos de

² Ora a identidade masculina foi desde cedo um dos primeiros elementos nos estudos sobre homens e masculinidade colocados em xeque no campo de estudo das relações de gênero. Isso porque o sujeito inserido historicamente numa determinada sociedade tem seu conhecimento do mundo determinado pelos significados e sistemas simbólicos. E é por meio desses significados e símbolos produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e aquilo que somos. Conforme argumenta Lago (1999), a identidade "procura justamente dar conta das contradições dos sujeitos, organizando-as numa história coerente, unitária, através da qual ele se referencia como portador de um passado, relacionando-o a um presente e às suas expectativas no futuro. Identidade não é algo acabado, com peso constituinte, mas, enfatizamos que é uma construção imaginária, um permanente processo de significações, de reelaborações, de investimento em novas identidades e novas significações". Em outras palavras a autora chama nossa atenção para o fato de que a identidade é construída na trama das relações sociais na medida em que os sujeitos incorporam as regras, as normas, os valores e a forma de pensar de cada cultura e de cada momento histórico. Para verificar como as identidades são construídas, é necessário analisar as diferenças sob a forma de posições contraditórias. Ser do gênero feminino ou ser do gênero masculino leva a perceber o mundo e estar nele de forma diferente. Homens e mulheres são construídos de acordo com as suas vivências e experiências pessoais. Assim, as identidades de gênero são marcadas por valores e padrões desiguais com funções atribuídas a cada um dos sexos. Nessa construção, a primeira diferença se faz pela identificação sexual no momento do nascimento. Porém, outras diferenças são construídas na relação do indivíduo com a cultura e com a sociedade, representada principalmente por família, escola, religião, trabalho. Gênero orienta para além do sexo, representa o masculino e o feminino na sua relação de produção social e cultural, na aprendizagem e reprodução dos comportamentos, é, portanto, o modo de ser de cada um no mundo que resulta na complexa teia das relações culturais. Para Bourdieu (2000), é através de um imenso trabalho de socialização contínua que as diferentes identidades se estabelecem como habitus claramente diferenciados e percebidos, segundo o princípio de divisão dominante. Assim, cabe ao homem o lugar externo, do oficial, do público, realizar todos os atos visíveis e arriscados como, por exemplo, as guerras. À mulher cabe o lugar interno, o privado, o escondido, como os afazeres de casa e o cuidado com os filhos.

gênero, tinha como referência um interesse específico pela construção social da masculinidade como objeto de pesquisa.

Ainda que a noção de gênero aponte para o caráter implicitamente relacional do feminino e masculino, até então os estudos de gênero vinham privilegiando pesquisas sobre a condição das mulheres na família, no trabalho, enfim nos diferentes espaços de poder. Os movimentos feminista, *gay* e lésbico tiveram papéis fundamentais ao alertarem para as desigualdades de gênero, para os direitos sexuais e reprodutivos. As evidências das diferenças de sexo e de como estas diferenças constroem as desigualdades de gênero e as relações de subordinação constituem, portanto, a base para o crescimento de pesquisas focalizando os homens e a construção das masculinidades.

Para Unbehau (2004) na América Latina, incluindo o Brasil, o interesse no homem como objeto de pesquisa está relacionado, no âmbito mais geral, às mudanças nas relações de gênero e à inadequação dos paradigmas explicativos diante da complexidade da dinâmica social; no âmbito mais restrito, político até, relaciona-se à constatação de que a compreensão das práticas masculinas, por exemplo, pode contribuir para melhorar os resultados de programas voltados para a saúde das crianças, para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e para as decisões de planejamento familiar. Em parte, essa temática surge como reflexo do desenvolvimento que os estudos feministas e de gênero alcançaram desde os anos de 1970 e que demonstravam a necessidade de novas e diferentes estratégias para maior equidade entre homens e mulheres, bem como para expressão das sexualidades e culturas sexuais. Sendo assim um novo horizonte no campo dos estudos de gênero apontava para um questionamento acerca dos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade

heterossexuais como via única na conformação das identidades sexuais e dos comportamentos socialmente estabelecidos.

Em meados dos anos 70 do século passado, os primeiros trabalhos sobre homens e masculinidades que surgiram foram diretamente influenciados pelas críticas feministas a explicações tradicionais sobre as diferenças de gênero. Alguns desses trabalhos sublinharam os custos para os homens acerca das prescrições dos papéis tradicionais de gênero, explorando como alguns aspectos da vida e experiências dos homens são limitados e subdesenvolvidos em decorrência da infundável pressão em exibir comportamentos associados à masculinidade (Kimmel, Messner, 1995). Outros estudos evidenciavam as conseqüências deixadas aos homens no campo da saúde em decorrência da rígida imposição dos papéis masculinos tradicionais.

De acordo como Kimmel e Messner (1995), um dos autores mais significativos em termos de crítica a organização normativa dos papéis sexuais masculinos foi Joseph Pleck (1981) em *“The myth of masculinity”*, onde com muita propriedade desconstruiu os elementos constitutivos desses papéis, após demonstrar que a literatura empírica não produziu evidências de suas características normativas. Segundo Pleck (1981), problemático, determinado historicamente e postulador de um ideal inatingível, o modelo de papéis de gênero masculino era incapaz de descrever as experiências dos homens.

Os trabalhos posteriores em grande parte se apoiaram nos pressupostos de Pleck, tecendo assim críticas à natureza estática desse modelo que impossibilitava o entendimento das maneiras como esses papéis se modificavam. Os novos estudos que

surgiam passaram a argumentar contra as definições normativas de qualquer um dos sexos e contra as instituições socializadoras como Família, Igreja e Estado, onde no interior das quais essas diferenças residem sob a forma de ideologia tornada inconsciente ao longo do processo de socialização (BOURDIEU, 1998). Assim sendo, a definição normativa de masculinidade passou a ser vista como dominante, mas não como a única versão. O novo modelo proposto por autores como Connell (1998); Nolasco (1993); Costa (1986) entre outros, passou a enfatizar o aspecto relacional das relações de gênero, onde a definição de um gênero dependia em parte do entendimento da definição do outro. Ou seja, o entendimento de que não se pode falar de masculinidade no singular tem sido a tônica de várias pesquisas empreendidas nesse campo de estudo.

Sendo assim, podemos perceber que hoje temos uma forte concentração de estudos sobre homens abordando a sexualidade. No entanto, temas como violência, saúde e paternidade³ estão emergindo como aspectos importantes das experiências masculinas, sendo gradativamente incluídos nas agendas de pesquisas. Embora nosso trabalho não tenha como foco principal nenhuma dessas dimensões, haja vista nossa preocupação central residir na forma como os homens significam o trabalho feminino, ou seja, da especial atenção ao universo do trabalho, contudo, acreditamos que tanto a sexualidade quanto a paternidade são dimensões sociais importantes na experiência

³ A paternidade tem sido um tema recorrente nas agendas de pesquisas acerca da masculinidade, pois se trata de um elemento importante nas novas reivindicações masculinas. As análises da condição de pai, assim como relatos de experiências que surgem dos novos grupos de homens de classe média, tendem a enfatizar a ausência do tradicional pai provedor na vida cotidiana da família. Nesse sentido o exercício de uma paternidade que inclui os cuidados corporais e as necessidades afetivas dos filhos tem sido visto como um caminho para a construção de um novo homem (Giffin, 1997), uma vez que um das características do modelo tradicional é a dificuldade que os homens têm de expressar seus sentimentos afetivos. (Lyra, 1998; Medrado, 1998). Mais adiante nos deteremos de forma mais elaborado sobre a paternidade.

cotidiana dos homens, portanto não poderíamos simplesmente avançar na construção dessa tese sem nos determos nesses temas que tem sido recorrentes nas agendas de pesquisas de várias obras das quais tivemos acesso. Desta forma vejamos como os estudos sobre homens e masculinidade vem se articulando em torno desses eixos temáticos.

1.1 Sexualidade, masculinidade e crise⁴

Para falar sobre sexualidade numa perspectiva masculina, Nolasco (1997) começa fazendo uma pergunta: *afinal o que é ser homem?* Para o autor tomando como base uma sociedade patriarcal, uma resposta para essa indagação poderia convergir para a representação do *homem de verdade*. Meninos e meninas crescem sob a crença de que mulher e homem são o que são por natureza. No modelo de masculinidade a ser seguido, ressaltam-se as idéias de que o *homem de verdade* é solitário e reservado no que se refere às suas experiências pessoais, ou, quando muito superficial e prático, direcionado para agir e realizar atividades. Por outro lado, espera-se que o homem compreenda as demandas emocionais de suas parceiras e de seus filhos, sendo cúmplice e sensível.

Giddens (1993) observa que a sexualidade masculina tende a expressar mais inquietação do que a feminina porque os homens separam a sua atividade sexual das

⁴ A palavra "crise" em algumas línguas tem uma conotação positiva, pois traduz uma mudança, uma abertura para uma nova concepção da questão. Qualquer mudança, entretanto, gera angústia, pois implica no desinvestimento libidinal de antigas posições em detrimento de novas. A crise da masculinidade não escapa à regra. O futuro nos dirá se a "masculinidade do século XXI" será menos carregada de pressões e de pré-conceitos ou se, ao contrário, assistiremos a um recrudescimento de valores e posições tidos como superados.

outras atividades da vida, onde são capazes de encontrar um direcionamento estável e integral. Essas inquietações cada vez mais vêm deixando de ser encobertas.

Para Goldenberg (1991) no final do século XX já era possível perceber tensões na construção da identidade sexual masculina. Estudos realizados com homens das camadas médias urbanas e intelectualizados apontam para tensões masculinas diante de padrões tradicionalmente construídos. Os homens estudados pela autora expressaram a existência de alguns marcos vigentes para a afirmação da identidade masculina: a iniciação sexual com prostitutas; a negação do homossexualismo; a referência constante a um certo padrão de comportamento sexual masculino (mesmo quando para rejeitá-lo); o desejo de corresponder às expectativas sociais (em especial dos amigos e das mulheres). Esses homens expressavam medo de serem questionados na sua masculinidade por se afastarem dos padrões tradicionais, por eles rejeitados.

Embora sabendo que há diferenças do que é ser homem e ser mulher no tempo, no espaço e especialmente no interior das classes sociais, Jablonski (1995), com base em Nolasco (1995), diz que é possível observar uma parcela significativa de homens que utilizam padrões tradicionais como o poder, agressividade, iniciativa e sexualidade incontrolada para construir a sua identidade sexual. Para o autor as tensões que surgem entre a manutenção do poder do macho nas relações íntimas entre os gêneros e a possibilidade de se viver novos modelos de masculinidade, em que se contemplam a associação entre sexo e afetividade e um relacionamento igualitário com a parceira amorosa, têm sido um dos motivos para se falar de uma crise masculina.

Ramos (2000) observa que, na década de 1980 nos EUA e nos últimos anos da década de 1990 no Brasil, surgiu uma discussão acerca da *crise da masculinidade*. Mas que crise é essa? Segundo o autor, com base em Trevisan (1987), o masculino não está em crise, uma vez que ele em si, é um gênero que vive em estado de crise permanente e endêmica na sociedade patriarcal. Nesse sentido, a masculinidade não é algo dado, mas algo que constantemente se procura conquistar. Para o autor, as conquistas do feminismo não determinaram a crise, mas a tornaram mais visível.

Seguindo a sua discussão, Ramos (2000) considera baseado em Foucault (1995), que falar atualmente de um novo homem e de uma nova mulher significa ordenar o que parece confuso. Quando não se pode mais falar de um único modelo hegemônico de ser homem e de ser mulher, do qual uma simples classificação binária (masculino versus feminino) dava conta, essa parece ser uma boa "técnica" para "restaurar" a classificação de gênero, mesmo que às avessas.

Damatta (1997) não aborda especificamente a crise da masculinidade, mas nos fala das inseguranças do ser homem. Para ele, num cenário em que se prega que a sexualidade se efetiva pela atração pelos opostos, a construção da masculinidade é atravessada por pontos de insegurança traduzidos principalmente pelo medo do homossexualismo e da impotência. Assim, dentre outros aspectos, os comportamentos masculinos apontam para o fato de que para que uma pessoa pudesse ser um homem, deveria primeiro sentir-se ameaçada de virar mulher. Para Damatta (1997), junto a esses medos, o homem também pode concentrar a sua preocupação de, mesmo sendo equipado para funcionar como macho, falhar na hora H. Nesse sentido, mais do que ter um pênis é saber se relacionar. Relacionar, para o autor, consiste basicamente em

descobrir que "ser homem" não é o mesmo que "sentir-se como homem". Ser homem [é] receber de uma mulher o atestado ou a prova de que se [é] verdadeiramente "*homem*" (DAMATTA, 1997, p.24).

A crise da masculinidade, voltando para Nolasco (1997), em parte está associada a valores sociais que transcendem a dimensão do indivíduo; caracteriza-se pela tentativa de homens se diferenciarem do padrão de masculinidade socialmente para eles estabelecido. Para o autor essa crise representa a quebra do cinismo a respeito da existência de um homem de verdade em torno do qual todo menino é socializado. Por seu intermédio, temos acesso a uma reflexão em face da inclusão de seus sonhos e sentimentos como um valor pertencente ao cotidiano masculino.

Para o autor, frente a esse cenário, abrem-se possibilidades relacionadas à transformação da intimidade, terreno tenso e confuso para o homem devido ao fato de os homens comumente pouco conhecerem as dimensões do contato, da proximidade, da troca, da solidariedade e da cumplicidade.

Goldenberg (2000) de certa forma questiona a existência da crise do macho: "Talvez o machão esteja realmente em crise, mas é possível que até ele consiga sobreviver, só que será obrigado a coexistir com outras formas de ser homem. O que não sobrevive mais é um modelo hegemônico de masculinidade com base na força, poder e virilidade, embora homens (e mulheres!) continuem alimentando esse ideal."

Dito isto, acreditamos que independentemente de existir ou não a crise da masculinidade, o fato é que, paralelamente aos resquícios dos padrões patriarcais para

uns e a vigência desses padrões para outros, experimentamos atualmente a possibilidade de construirmos a sexualidade masculina a partir de outros referenciais. Nas palavras de Gomes (1998), há momentos em que conseguimos mais dar voz à nossa forma de ser e, em outras vezes, reproduzimos os modelos, ficando até mesmo na caricatura desses modelos.

Fato é que as várias pesquisas em torno da identidade masculina têm apontado nos últimos anos para uma verdadeira crise da masculinidade do homem contemporâneo. O homem estaria sendo colocado em “xeque” porque estaria perdendo a noção de sua própria identidade, passando a buscar uma melhor descrição de si. Este fato, conjuraria um certo mal-estar⁵ semelhante àquele provocado pelo estado de decadência masculina no final do século passado, conforme descreve CECCARELLI (1997), BADINTER (1993), SCHOWALTER (1993).

Porém, esta discussão acerca de uma suposta crise da masculinidade não é tão recente assim. Podemos encontrar ecos dela desde o período vitoriano, conforme atestam os trabalhos de BIRMAN (1997), SPENCER (1996), GAY (1995), COSTA (1995), ALMEIDA (1995), FOUCAULT (1986), BADINTER (1986, 1993), entre outros.

Da teoria do monismo e dualismo sexual, passando pelo culto à masculinidade e finalmente chegando aos movimentos de minorias sociais da década de 60 até hoje,

⁵ O sentido que damos para o mal-estar refere-se a “um estado crônico, mas tolerável de desprazer, intrínseco à constituição do psiquismo e uma condição básica para a procura pelo homem das felicidades possíveis” Figueiredo 1998, p. 01.

tornou-se comum questionar as diferenças entre homens e mulheres, baseando em uma hegemonia sexista⁶ e de gênero.

Vejamos, então, como o conceito de sexualidade e principalmente de gênero perpassaram a construção cultural da diferença entre os sexos, e quais implicações estas tiveram para a chamada “crise da identidade masculina” contemporânea.

1.1.1 A diferença entre os sexos

Até o século XVIII, não era possível encontrar um modelo de sexualidade humana conforme entendemos hoje. Foucault (1986) vai ressaltar que o próprio termo sexualidade é um termo surgido no século XIX, portanto pertencente às sociedades modernas e pós-modernas.

Sem possuir um vocabulário que desse conta da sexualidade de homens e mulheres, o que vai se estabelecer são normas da diferença sexual entre ambos. A concepção dominante até então era a do *one-sex-model* ou monismo sexual. “No *one-sex-model*, que dominou o pensamento anatômico por dois milênios, a mulher era

⁶ O emprego do termo hegemonia sexista, refere-se, assim, à identidade sexual, conforme aprendemos a descrevê-la, ou seja, hetero, homo ou bissexual, apesar de haver, nos dias atuais, uma certa pluralidade de identidades sexuais como o(a) transexual, o travestismo e até mesmo o drag-queen e a drag-king, figurariam como identidades sexuais possíveis. O emprego do termo hegemonia do gênero, refere-se a própria identidade de gênero, conforme aprendemos a defini-la. Entendemos identidade de gênero como o conjunto de traços construídos na esfera social e cultural por uma dada sociedade, que definem conseqüentemente, quais os gestos, os comportamentos, as atitudes, os modos de se vestir, falar e agir, de forma semelhante para homens e mulheres. As identidades de gênero tendem a estar em consonância com o sexo biológico do sujeito, porém, não são estruturas fixas, encerradas em si mesmas; pelo contrário, podem e estão continuamente se renovando, em ebulição e a cada momento podem ser novamente moldadas de outras formas. Elas também são impostas pelo processo de socialização, que impede construções singulares, moldando subjetividades comuns a todos os indivíduos. Apesar de não ser uma condição para a formação das identidades sexuais, elas estão intimamente ligadas a escolha afetiva e sexual do sujeito. Nós podemos encontrar sujeitos masculinos ou femininos (identidades de gênero), que não necessariamente pertencem ao seu sexo biológico, e que podem fazer uma escolha afetiva e sexual do sexo oposto ao seu.

entendida como sendo um homem invertido⁷. O útero era o escroto feminino, os ovários eram os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina era um pênis” (LAQUEUR, 1989, *apud* COSTA, 1995, p. 100).

O modelo de perfeição estava representado na anatomia masculina, onde a regra fálica distinguia perfeitamente o domínio de superioridade e inferioridade masculina e feminina respectivamente. Concebida como um homem invertido e inferior, a mulher será um sujeito “menos desenvolvido” na escala da perfeição metafísica.

Na tentativa de manter e estabelecer as diferenças entre os sexos, outras teorias também foram construídas, conforme apontam os achados de Badinter (1996); Almeida (1996) e Costa (1995). Porém a narrativa mantém a diferença inferior da natureza anátomo-fisiológica da mulher.

Com o modelo de perfeição do corpo do macho, todas as outras características dependerão dessa forma. A relação entre reprodução, sexo e orgasmo será seguida conforme o modelo masculino.

Foi apenas na passagem do século XVIII para o século XIX que as sensíveis mudanças passariam a ocorrer, como a queda do conceito de unicidade e perfeição do corpo masculino para o *two-sex-model* (BIRMAN, 1997; COSTA, 1995; BADINTER, 1995; ALMEIDA, 1993).

⁷ Os “invertidos sexuais” era o nome dado ao que hoje denominamos homossexuais pela medicina oitocentista. As discussões de Costa (1992, 1995) nos dias atuais, tem contribuído para diminuição do “ideário preconceituoso” em relação ao homoerotismo.

Se a diferença entre os gêneros anteriormente voltava-se para a relação anátomo-fisiológica, com o *two-sex-model*, “o sexo político-ideológico vai ordenar a oposição e a descontinuidade sexuais do corpo” (...) justificando e impondo “diferenças morais aos comportamentos femininos e masculinos, de acordo com as exigências da sociedade burguesa, capitalista, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista implantada nos países europeus” (COSTA, 1995, p. 110-111).

De homem invertido, a mulher passa a ser o inverso do homem, ou, sua forma complementar. Apesar disto, as conseqüências morais dela advinda, manteriam ainda a inferioridade da mulher no conflito entre as esferas pública e privada, no conceito neoplatônico científico e religioso do mundo e na importância da nova ordem político-econômica do novo estado burguês (COSTA, 1995).

Parker (1991) enfatiza este pensamento, ao reconhecer que “as atividades do homem eram dirigidas para o mundo social mais amplo da economia, política e interações sociais, além do âmbito da família, enquanto os de sua mulher eram rigidamente restringidos, limitavam-se ao mundo doméstico da própria família” (p. 59).

Por outro lado, a bissexualização originária dos sexos também ressaltou o domínio masculino sob o feminino, sobretudo referindo-se a inferioridade da mulher enquanto “fragilidade” do corpo (ossos e nervos) e posteriormente quanto ao prazer erótico. A mulher seria mais frágil, desprovida de calor vital e sofreria de menos privilégios que os homens. A nova concepção da mulher, portanto, havia mudado, porém, isto não

implicaria na saída do patamar de inferioridade em que costumeiramente fora colocada. A mudança de concepção veio apenas reiterar a supremacia masculina, e não levar a mulher a um patamar de maior prestígio.

Com a chegada do século XIX o culto à masculinidade vai ser uma decorrência direta desta mudança da concepção biológica para a política, econômica e social, conforme afirmará Laqueur (1991, *apud* Costa, 1995): “Primeiro veio à reprodução das desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres, justificada pela norma natural do sexo. Em seguida, o que era efeito tornou-se causa. A diferença dos sexos passou a fundar a diferença de gêneros masculinos e femininos que, de fato, historicamente a antecederam. O sexo autonomizou-se e ganhou o estatuto de fato originário. Revolucionários, burgueses, filósofos, moralistas, socialistas, sufragistas e feministas, todos estavam de acordo em especificar as qualidades morais, intelectuais e sociais dos humanos, partindo-se da diferença sexual entre homens e mulheres” (p. 128).

Seguidamente, a imagem de “*homem invertido*” da mulher vai se colar ao próprio homem, demarcando o estatuto de anormalidade frente às subjetividades sexuais masculinas. O homem agora passaria pela irremediável possibilidade de ser um “invertido sexual”, e por consequência, passível de cura, já que a inversão era tida como “doença” na escala evolutiva humana. Segundo Foucault (1986), “sexualidades periféricas provocam a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos (...). O homossexual do século XIX torna-se um personagem (...). É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constitui-se no dia em que foi categorizada menos como um tipo de relação sexual do

que como uma certa qualidade de sensibilidade sexual, uma certa maneira de inverter, em si mesmo, o masculino e o feminino” (p. 43).

A partir da inferioridade “social” e “política” da “fragilidade” do sexo dos “invertidos sexuais” e da mulher, a feminilidade passará a atormentar o imaginário social do homem burguês. Algo precisava ser feito para que esse estado de decadência não fosse tomado como norma social. A partir desse instante, dar-se-á o culto à masculinidade no século XIX.

1.1.2 O Culto à Masculinidade: breve itinerário

A discussão sobre gêneros perpassou o campo fisiológico e chegou aos ditames das regras e papéis sócios e culturalmente estabelecidos pela sociedade burguesa do século XIX.⁸

A Revolução Francesa primeiramente, que apregoava os ideais de *liberdade, igualdade e fraternidade*, e posteriormente a Revolução Industrial e as conseqüentes guerras mundiais que se sucederam, trouxeram uma desordem no papel do homem burguês, que tentava se reconstruir, fazendo com que se consolidasse uma masculinidade e uma virilidade hegemônica comum a todos os homens (MOSSE, 1998; GAY, 1995; ALMEIDA, 1995; BADINTER, 1993).

⁸ Compreendemos papéis sociais como “padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar (...) através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é ser considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas.” Conforme Louro, 1997, p. 24.

Sob a ameaça de uma feminilidade inerente a alguns homens, decorrente do medo de tornarem-se homossexuais⁹, e diante da obrigatoriedade de por a prova o seu sexo forte, os homens tiveram que cultivar mais do que nunca a sua masculinidade e a sua virilidade, caracterizando também a primeira crise da identidade masculina.

Badinter (1993) pontuará a crise da identidade masculina, cujos ecos chegam até nós, através de países de civilização refinada, ou seja, “(...) onde as mulheres desfrutam de uma liberdade maior que em outros lugares; exprimem a necessidade de mudança dos valores dominantes e são consecutivas a perturbações ideológicas, econômicas ou sociais. (...). Nos séculos XVII e XVIII, a crise só concerne às classes dominantes, ou seja, à aristocracia e a burguesia urbana” (p. 11). Dentro desta ótica, a Europa e os Estados Unidos aí estariam incluídos. Não é de admirar que o nascimento dos *gender's studies*¹⁰, tenham florescido justamente nesses países.¹¹

⁹ Vale lembrar que a imagem do homossexual masculino na Europa oitocentista estava muito ligado à imagem feminina, dado que o “tipo homossexual” da época era afeminado, sendo possível, portanto, uma certa quantidade de feminilidade “atingir” os homens.

¹⁰ Os men's e women's studies foram decorrentes do movimento feminista, como forma de compreender as diferenças entre homens e mulheres. Se por um lado, os women's studies passaram a procurar uma definição do papel feminino mais condizente com a sua importância na sociedade na segunda metade deste século, por outro, os men's studies passaram a rediscutir a masculinidade, procurando criar um papel masculino que melhor descrevesse o novo modelo que se redefinia na contemporaneidade.

¹¹ Diferentemente de Badinter, Veloso (1996) vai reportar-se a um trabalho comunitário desenvolvido numa cidade metropolitana do Nordeste do Brasil - Recife - nos dias atuais, junto a um grupo de homens de classe média baixa e baixa, sob sua coordenação. Estes homens reúnem-se para discutir o significado de “ser homem” na contemporaneidade, e discordam quanto ao ideário machista e masculinista nordestino, construído sobre a égide do patriarcalismo e suas concepções acerca do sentido de “ser homem” nos dias atuais. Retomando o pensamento de Badinter (1993) “se a masculinidade se ensina e se constrói, não há dúvida de que ela pode mudar. No século XVIII, um homem digno deste nome podia chorar em público e ter vertigens; no final do século XIX, não o pode mais, sob pena de comprometer sua dignidade masculina. O que se construiu pode, portanto, ser demolido para ser novamente construído” (p. 29), sobretudo após o culto da masculinidade.

Gay (1995) em seu Cultivo do Ódio, vai verificar uma estreita ligação entre a irracionalidade do ódio ao culto à masculinidade e ao seu respectivo contraste a feminilidade.

As preocupações com uma possível feminilização por parte de alguns homens fizeram com que investissem e construíssem para si uma série de papéis e traços representativos da sua condição “masculina”, de forma que descrevesse melhor o atual homem vitoriano, em contraste com o seu oposto, a mulher, e mais inadvertidamente, o seu inverso, o homossexual.

Da mesma forma como alguns homens costumam se descrever hoje, “**ser homem**” no século XIX significava “**não ser mulher**”, e sobre todas as hipóteses jamais **ser homossexual**. A identidade sexual e de gênero do homem, estava intrinsecamente ligada à representação do seu papel na sociedade. Os traços que os descreviam, voltava-se para a forma de se vestir, a forma de andar, a maneira de se comportar, a entonação de voz, etc., assim como também era ressaltado a forma física, a musculatura, os contornos do corpo masculino, a elegância, o vigor físico e a beleza, e por fim, as qualidades psicológicas do homem como a agilidade, a coragem, a distinção, a bravura, o heroísmo, conforme as descrições pontuadas por Gay (1995). A sociedade masculinista burguesa, dado essa premissa, construía, assim, a nova imagem de homem, e como consequência, vieram às duras provas pelas quais o homem deveria enfrentar como as lutas, como um dos “componentes do comportamento masculino”.

Exemplos de personagens másculos ecoavam através da arte vitoriana, representada, sobretudo na literatura, pintura e escultura da época. Nos círculos de amizade, ressaltavam-se com eloquência, quem representava o mais perfeito ideal de beleza masculina, bem como o ideal de virilidade.

Se a possibilidade de feminilização era mal vista para os homens vitorianos, a masculinização também o era para as mulheres. Masculinidade e feminilidade, até certo ponto, eram cultuadas, ora mais para uns, ora mais para outros no século XIX. Homens e mulheres deveriam restringir-se ao seu papel social de acordo com a sua identidade biológica, de macho e fêmea, e, por conseguinte, sua escolha afetiva e sexual deveria voltar-se para o sexo oposto ao seu. A norma desviante era totalmente repelida e punida. Segundo alguns autores tais como Mosse (1998); Showalter (1993) e Badinter (1993), seriam estes os marcos que pontuaram o estado da **decadência masculina**, sobretudo após a noção de bissexualidade introduzida por Freud.

Por outro lado, Freud reforçou no imaginário social burguês, a idéia de uma atividade e uma passividade hegemônica no homem e na mulher (Gay, 1995) frente a sua sexualidade. Observamos isso na maioria dos seus trabalhos, que tratam da sexualidade dos adultos e das crianças.

Enfim, com a noção de bissexualidade e com o crescente avanço dos movimentos feministas que nesta época começavam a tomar forma, sobretudo na Europa, alguns autores (Nolasco, 1995, 1993; Badinter, 1993, 1986) concordam que isto traria como consequência, a crise da masculinidade.

Segundo Mosse (1998) a busca das mulheres por igualdade e independência, especialmente forte na Inglaterra, representou o desafio mais efetivo à oposição social dos homens. Esse desafio incluía uma crítica da sexualidade masculina, centrada no duplo padrão de comportamento moral que se esperava de homens e mulheres (p. 293).

A redefinição da masculinidade fornecida pela **decadência** e representada pelos homossexuais encontrava ancoradouro apenas nos padrões estereotipados de papéis sociais tão bem sublinhados por Mosse (1998) e Gay (1995) ao retomarem os valores sociais e culturais vigentes da época.

“O ideal masculino era um bastão erigido contra a decadência; representava em palavras, em pinturas e em pedra um ideal de virilidade casta, o qual penetrou profundamente na consciência burguesa.” E complementa: “a masculinidade foi a rocha sobre a qual a sociedade burguesa construiu boa parte de sua auto-imagem, mas a imagem idealizada da masculinidade parece igualmente para a evolução da chamada sexualidade anormal, em grande parte, denominada pela contra-imagem que a fazia representar” (Mosse, 1998, p. 304).

Com a saída das mulheres do espaço privado para o público, como decorrente das duas guerras mundiais, da industrialização e do movimento feminista que ora tentava se firmar, o resultado foi uma verdadeira avalanche de pesquisas, discussões e redefinições de papéis sociais cujo gênero foi tomado como ponto de partida para a discussão, e herdeiro dos *gender studies*.

Na medida em que o movimento feminista propunha uma rediscussão acerca dos novos papéis sociais estabelecidos pela norma sexual e moral burguesa, tanto para homens quanto para mulheres, e na medida em que esta discussão passou a ser tomada sob o ponto de vista feminino, passou-se a ficar mais delimitado e fortalecido a representação da mulher enquanto “ser social”.

Inaugurava-se, portanto os estudos sobre gênero (*gender studies*), onde os estudos sobre homens foi um reflexo diretamente decorrido do avanço dado pelas mulheres na conquista de uma cidadania e de seus direitos, na ordem pública e privada, na ordem moral e sexual, e que passaram a propor novamente, uma nova forma de ver o homem, agora, bastante diferente daquela em que os vitorianos apregoavam.

De fato, como decorrente do aparecimento dos estudos de gênero masculino na Europa e Estados Unidos, os homens passariam a reivindicar uma nova qualidade no espaço social, redefinindo a si mesmo, não mais como um “macho” inveterado, onde sua virilidade estaria intocada. O novo homem agora admitia sua fraqueza, sua fragilidade; o corpo já não servia para impor uma condição masculina. A sensibilidade feminina também passaria a fazer parte das novas subjetividades masculinas. A forma de vestir, de falar, de se comportar, já não mais se sustentariam por si só. Até mesmo uma possível *quantidade de feminilidade* já passava a ser admitida pelos homens. Mas nem sempre, esse novo conjunto de características masculinas contemporâneas, conseguiu dizer da verdadeira identidade masculina. Ela não conseguiria descrever a *todos os homens*, promovendo, com isso, a atual crise de identidade masculina.

Como podemos observar as pesquisas que vem constituindo o homem como objeto de reflexão, aponta para uma significativa importância da sexualidade na definição da identidade masculina, principalmente a maneira como socialmente esta vem sendo legitimada pela sociedade em cada período histórico. Sendo assim podemos perceber que não só a sexualidade passa pela definição social da identidade masculina como também um outro elemento vem sendo ressignificado no universo das práticas masculinas, e que nos dias atuais tem sido um elemento recorrente na definição daquilo que as pesquisas nessa área vem apontando como parte da prática desse “novo homem”, qual seja, o exercício da paternidade. Esse tem sido um tema amplamente estudado pelas pesquisas mais recentes na área dos estudos de gênero com enfoque masculino. Assim sendo, julgamos necessário abordar nesta tese um conjunto significativo de pesquisas que vem compondo essa área de estudo. Posteriormente esse será também um tema que veremos emergir nas falas dos nossos informantes.

1.2 Paternidade

Como dito anteriormente, a questão da paternidade vem ganhando destaque como foco de pesquisas, devido às demandas atuais em se compreender a importância de uma nova elaboração das funções paterna e materna na sociedade (ABLONSKI E FÉRES-CARNEIRO, 2002; COWAN & COWAN, 2000; LEWIS & DESSEN, 1999; WALZER, 1998; BOECHAT, 1997; SANCHEZ E THOMPSON, 1997). O tema surge juntamente com a deflagração de uma suposta crise da masculinidade que, de acordo com Nolasco (1993), encontra seu fio condutor na paternidade, onde através da relação com os filhos, de sua participação na casa, o homem revive experiências circunscritas ao seu ambiente familiar de origem. E o exercício da paternidade, incluindo cuidados corporais e necessidades afetivas dos filhos, pode ser um caminho para a construção de

um novo homem, pois uma das características do modelo tradicional de masculinidade é a dificuldade que eles têm de expressar afeto e ternura.

Goldenberg (2000) levanta a possibilidade de os homens atualmente viverem uma situação inversa àquela em que foram criados. Até algum tempo atrás, os relacionamentos entre pais e filhos eram marcados pelo distanciamento e por uma postura autoritária dos pais. Hoje se assiste a uma proximidade do contato, incentivando a demonstração de afeto e a participação ativa durante o crescimento das crianças. Ainda segundo a autora, estar-se-ia presenciando maior flexibilidade nos papéis paterno e materno, que podem sair dos estereótipos rígidos e experimentar novas situações.

Salem (1987) apresenta “O casal grávido” como um novo ideal de participação do homem burguês das camadas médias como genitor. Nesse padrão, espera-se que ele acompanhe ativamente, todo o processo de gravidez e parto, incluindo cursos de preparação, com um investimento afetivo igual ao da mulher. O filho é visto como indivíduo psíquico que precisa deste novo pai mais próximo e envolvido com sua criação e cotidiano. E a autora conclui que mais do que maternidade e paternidade, o projeto do “casal grávido” diz respeito a um ideal de conjugalidade igualitária.

Em relação à paternidade, Fein (1978) apresenta três perspectivas diferentes: a tradicional, a moderna e a emergente. Na tradicional, encontra-se o pai como provedor, que oferece suporte emocional à mãe, mas não se envolve diretamente com os filhos, exercendo o modelo de poder e autoridade. Já a moderna enfatiza seu papel no desenvolvimento moral, escolar e emocional. E a emergente origina-se na idéia de que os homens são psicologicamente capazes de participar ativamente dos cuidados e

criação das crianças. O autor também afirma, com base em pesquisas realizadas, que para alguns homens o divórcio pode ser uma boa oportunidade para aproximá-los dos filhos. Assim, ele enfatiza a importância do pai no desenvolvimento da criança, da aquisição da identidade de gênero.

Lewis e Dessen (1999), ao analisarem os fatores que influenciam no envolvimento dos pais na vida em família, lembram que o contato paternal com as crianças pode assumir formas diferentes em função de fatores como desemprego, trabalho da esposa, divisão de trabalho entre os genitores, etc. Além disso, os autores lembram que qualquer exame mais detalhado da paternidade deve levar em conta as interações familiares e os contatos de cada membro da família com os processos culturais em ação, o que torna a análise em questão bem complexa. Outros pesquisadores vêm, ao longo da última década, explorando a idéia de que a vida das crianças pode ficar melhor caso tenham a oportunidade de manter relacionamentos com adultos de ambos os sexos (ARDITTI, 1999; AMATO & BOOTH, 1997; AMATO & KEITH, 1991; GREENBERG & O'NEILL, 1990).

Corneau (1995) ao abordar o ponto em discussão, ainda que sob uma perspectiva teórica calcada na Psicologia Analítica, afirma que o medo da intimidade, a falta de contato com os próprios sentimentos e a agressividade reprimida constituem-se em problemas cruciais, pois se o homem não tem relação com seu pai não consegue estabelecer sua própria identidade. Segundo o autor, a criança precisa reconhecer-se nos pais e ser reconhecida por eles, construindo, a partir daí sua própria identidade. Quando isto não acontece, o sujeito irá buscar uma segurança exterior, para compensar a insegurança interior relativa à sua identidade. Ainda de acordo com o autor, a paixão do

homem pelo poder significa a necessidade de se apoiar em algo para provar aos outros sua masculinidade. Essa máscara aprisionaria a sensibilidade masculina, ao mesmo tempo em que manteria o homem escravo dos modelos sociais. Ainda de acordo com o autor o envolvimento do homem no cuidado dos filhos além de servir de referência acerca do universo masculino, seria algo capaz de dar ressonância de forma positiva às questões emocionais, sociais, afetivas e cognitivas dos filhos.

Pesquisas nesta área vêm apontando que o modelo tradicional de pai calcado na figura autoritária que exige disciplina a qualquer custo, parece estar sendo, aos poucos, reformulado (ALDOUS, MULLIGAN & BJARNASON, 1998). A discussão em torno da nova identidade masculina vem crescendo, dentro e fora do âmbito acadêmico, tornando-se alvo de debates na sociedade contemporânea.

As demandas agora parecem estar mudando o modelo tradicional de pai distante, provedor e autoritário, dando lugar a alguém participativo, envolvido nas questões de sua prole. São transformações significativas, que remexem sentimentos e relacionamentos e fazem com que, ao se tornar pai, o homem procure resgatar a experiência que teve com o seu próprio pai, o que pode gerar sofrimento e desconforto (DANTAS, 2003).

Para Corneau (1995), o pai tem três papéis a desempenhar com os filhos. Primeiro é o de “separar” a criança de sua mãe e vice-versa; ele entra na vida dos dois, rompendo a simbiose estabelecida e coloca um limite na vida da criança ao reivindicar à mãe para si próprio também, estabelecendo uma relação triangular pai – mãe – filho que implica em conflitos, mas que são fundamentais e construtivos, se vivenciados de modo

saudável e respeitoso. Quando o pai recusa esse papel “conflitogênico” que lhe foi conferido, cria uma enorme dificuldade na organização dessa tríade familiar. O segundo papel apresentado por Corneau (1995) é o de ajudar a confirmar a identidade de seu filho ou filha. O investimento paterno ao menino e à menina lhes dá segurança e auto-estima. Winnicott (1982) destaca sua importância, não só como apoio emocional à mãe (através de uma boa relação entre ambos), mas como a pessoa que sustenta a lei e a ordem na vida da criança (na interação que estabelece com os filhos e experiências compartilhadas), e à medida que se oferece como objeto de identificação. O terceiro papel do pai seria o de transmitir “a capacidade de receber e de interiorizar os afetos, de carregá-los consigo” (CORNEAU, 1995, p.51). Esse contato aproxima pais e filhos, gera cumplicidade, além de um relacionamento emocional. As experiências cotidianas de intimidade, juntamente com o exercício dos papéis propostos pelo autor, ajudariam o pai a se vincular aos filhos de forma genuína e salutar.

Para os autores que estudam hoje esta questão (RAMIRES, 1997; JABLONSKI, 1998; OLIVEIRA, 1998; NOLASCO, 1995, 2000; BRASILEIRO, JABLONSKI & FÉRES-CARNEIRO, 2002; DANTAS, 2003; FELZENSZWALB, 2003), a identidade masculina, afirmada através da força e da invencibilidade, vem sendo questionada, abrindo possibilidades para o homem entrar em contato com um universo desconhecido; mas ele estaria fragilizado, porque não sabe lidar de forma mais precisa com suas emoções, além de não ter aprendido a expressar seus sentimentos do modo que hoje se julga mais adequado. Isto se traduz, por exemplo, na dificuldade em se mostrar inseguro e com medo, visto que foi educado para dar conta de tudo, “sem tugar nem mugir”. Já a mulher, estimulada historicamente a agir de maneira mais delicada, teria mais condições em suas relações sociais e familiares.

Entrelaçado à questão da identidade masculina, conforme a influência de perspectivas teóricas oriundas da década de 70 (LEWIS & DASSEN, 1999; NOLASCO, 1993 E RUSSEL, 1978), o exercício da paternidade implica em grandes desafios, esteja o pai em uma família monoparental, biparental, ou reconstituída. Para Dorais (1994), um primeiro desafio relaciona-se à constância da figura parental que, mesmo diante das mudanças familiares e sociais, deverá constituir um vínculo com os filhos. Outro, de igual importância, diz respeito à adaptação face à emancipação feminina, que requer o pai mais presente na vida dos filhos, dividindo tarefas, impondo limites juntamente com a mãe, com práticas que possibilitam a participação de ambos, complementares e voltadas a um compromisso com o bem-estar das crianças.

1.2.1 Paternidade – das atitudes ao comportamento

Segundo Jablonski (1998), os efeitos da emancipação feminina junto aos homens podem ser divididos em duas áreas: das atitudes e dos comportamentos. Quanto à primeira, nota-se um crescente interesse deles em participar, cada vez mais, da educação e cuidados com os filhos. Mas, no campo dos comportamentos, a divisão de tarefas parece utopia, com uma promessa de mudança que não é cumprida, aumentando a frustração das mulheres.

De acordo com pesquisa levada a cabo pela CNSR Le Monde em 2000), 80% dos pais, apesar do discurso igualitário, na prática, não participam em quase nada da educação e cuidados infantis e menos ainda dos afazeres domésticos. A pesquisa em

questão, com mil pais entrevistados, mostra a diferença entre as bem intencionadas atitudes igualitárias e a prática do dia-a-dia, sendo a distribuição de tarefas na casa ainda bastante marcada pela divisão sexual, com as mulheres arcando com a maior parte delas.

Por outro lado, Pleck (1997) confirma, em suas pesquisas, que a mulher tem convocado cada vez mais seu companheiro a participar dos cuidados destinados à prole. O autor encontrou fatores que podem ajudar ou atrapalhar o homem para se fazer presente, como a idade (filhos pequenos sensibilizam mais que os adolescentes), o sexo dos filhos (meninos receberiam mais atenção) e o dia da semana (fins-de-semana seria o momento mais apropriado para o pai exercer sua função). Diante deste quadro, muitas mulheres sentem-se sobrecarregadas, visto que a divisão igualitária dos papéis não acontece na prática, contribuindo para que ela se veja solitária nas funções diárias. Jablonski (1999) coloca que a passagem das atitudes ao comportamento não tem ocorrido satisfatoriamente, qualitativa ou quantitativamente. O homem parece confuso diante de tantas mudanças e a elaboração do novo papel ocorre lentamente. Assim, uma divisão mais igualitária de funções parece ser o primeiro passo em direção à mudanças eficazes.

À medida que os filhos crescem, apesar de possíveis atitudes igualitárias pré-existentes, a divisão de trabalhos dentro do lar tende a ficar mais estereotipada, quebrando a igualdade total defendida pelos jovens solteiros de ambos os sexos (BRYANT E ZICK, 1996).

A disparidade de papéis pode ser vivenciada pelas mulheres de forma bastante dolorosa, uma vez que quebra a promessa de igualdade de funções, alimentada por atitudes dos próprios homens, o que se constitui em uma fonte adicional de conflitos, numa área já carregada de problemas. Para as mulheres – mais diretamente as de classe média, em contexto urbano, isoladas, com poucos parentes e tendo como companhia constante apenas os vizinhos quase que indiferentes, o que resulta é um agravamento de sentimentos negativos: solidão, tédio, aborrecimento, cansaço e tensão (COONTZ, 1997; JABLONSKI, 1998).

Outros pesquisadores reforçam com seus dados esta diferença entre opiniões e ações. Assim, Coverman e Sheley (1986) observaram em seus estudos nos anos 60, que os homens despendiam apenas quinze minutos diários nos cuidados aos filhos. Demo (1992) assinala que de lá para cá a participação masculina tornou-se mais efetiva, principalmente entre os pais com menos de 30 anos de idade ou com filhos pequenos. No entanto, ele mesmo reconhece que as mudanças não têm sido as esperadas, embora apresente uma tendência de aumentar, com os filhos adolescentes recebendo mais atenção do que quando bebês.

Atkinson e Blackwelder (1993) procuraram observar a evolução do tema paternidade ao longo do século XX, tal como foi exposto em revistas norte-americanas populares (*Life*, *Look* e *People*), genéricas (*Fortune* e *New Yorker*) femininas (*Harper's Bazaar* e *Good Housekeeping*) dirigidas à família (*Child Today* e *Parents*) e de notícias (*Newsweek*, *Time*) e concluem que tanto o interesse na paternidade quanto sua definição flutuaram significativamente ao longo do século. De qualquer modo, esta análise de conteúdo também apontou para o fato de que, flutuações à parte, toda vez que a

participação feminina na força de trabalho cresceu, ou a taxa de fertilidade desceu, houve maior preocupação da opinião pública com a função paterna.

Estudo similar realizado por LaRossa et al (1991), chegou a resultados similares, mas não iguais. Suas reflexões basearam-se no material publicado sob a forma de *cartoons* no *Saturday Evening Post*, de 1922 a 1968, e de 1971 a 1978. O título do artigo - “*The Fluctuating Image of the 20th Century American Father*” - revela que a competência ou não dos pais no trato com os filhos, retratadas comicamente, não seguiu a lógica de acompanhar gradual e linearmente mudanças sociais significativas, como a entrada da mulher na força de trabalho ou o aumento do igualitarismo. Para estes autores, fatores culturais, além do papel exercido pelas duas grandes guerras, a Depressão e uma nova visão de família interagiriam para tornar nebulosa a evolução da função paterna tanto nos EUA, como em outros países do Ocidente. Deve-se levar em conta, no entanto, que este trabalho de LaRossa baseou-se no humor, área por excelência excessivamente crítica, e mais preocupada com exageros risíveis do que com o retratar isento da realidade.

Já em meados do século XIX, o movimento de industrialização havia cristalizado a feminilização de tudo que se relacionava à esfera doméstica, bem como a marginalização dos pais no tocante ao envolvimento com os filhos. Para Phares (1996), esta tendência perdurou até os anos 70, quando os pais começaram a ser convocados para suas novas missões.

Enfim o que podemos perceber é que os estudos de gênero que versam sobre o significado que a paternidade tem para os homens, em seus contextos para o seu projeto

de vida, vem problematizando as dificuldades que os homens enfrentam e o impacto das transformações conjugais para o exercício da paternidade. Estas pesquisas apontam a paternidade como uma dimensão fundamental na vida dos homens, sejam eles dos segmentos populares, sejam dos médios, para os quais o exercício da paternidade está relacionado a fatores específicos que precisam ser considerados. Entre os fatores que influenciam a construção social da paternidade está a relação familiar (com o pai, com a mãe e depois com a própria mulher ou mãe de seu filho); as condições sociais e econômicas; a relação com o grupo de pares. Também a estrutura sociocultural de uma dada sociedade marca a vida de homens (e de mulheres) e por consequência exerce efeito sobre a paternidade, até mesmo na disponibilidade de tempo que os homens têm para se dedicar aos filhos e à família. Algumas tarefas com relação aos filhos e à casa demandam mais tempo do que outras, influenciando a divisão social e sexual do trabalho, da mesma forma que certos valores e costumes estabelecem expectativas com relação à masculinidade e à paternidade.

Acreditamos que paternidade, assim como a maternidade, é um momento de transformação, marcada pela assunção da responsabilidade (de prover, de cuidar, de proteger). Essa relação aparece em quase todas as pesquisas a que tivemos acesso. Outra dimensão que vem marcando a experiência dos homens em seus grupos familiares diz respeito à precarização do trabalho remunerado entre os homens, afetando sobremaneira a identidade masculina, ao colocar em risco o lugar de provedores econômicos do grupo familiar, conseqüentemente, o próprio exercício da paternidade. Isso porque tradicionalmente na sociedade ocidental, a masculinidade se constitui pelo papel que o trabalho exerce na vida dos homens. O trabalho, fosse ele camponês ou industrial, envolvia o corpo masculino, que se distinguia do feminino pela força física. No final do

século XX e início do século XXI, este paradigma do valor do trabalho masculino associado à força vem sendo substituído no mundo do trabalho pelo paradigma da competência, que está associado ao conhecimento de tecnologia, particularmente de informática. Este é, portanto, um dos paradoxos do mundo do trabalho que tem influído diretamente nas identidades contemporâneas, pois neste processo parte significativa dos trabalhadores não qualificados perdem seus empregos, e, por conseguinte, o lugar tradicional de provedor que é esperado e reconhecido como um dos valores centrais da masculinidade. Sobre esse aspecto do universo masculino, qual seja a do trabalho enquanto lugar de afirmação da identidade masculina repousa parte das atenções desenvolvidas nessa tese, pois ao fomentarmos um ambiente onde os homens da nossa pesquisa pudessem falar da forma como eles significam o trabalho feminino, estes acabavam falando também do valor e dos significados que o trabalho tem em suas vidas.

Feito então essa breve, mas necessária discussão acerca da forma como esses dois eixos temáticos, sexualidade e paternidade e mais recentemente o trabalho, vêm se articulando dentro dos estudos de gênero sobre a masculinidade, tal resgate das pesquisas empreendidas nesse campo nos parece particularmente útil, pois estas vêm apontando para um cenário de profundas transformações nos padrões normativos do que é ser homem. Tal cenário apresentado pelas pesquisas aqui citadas nos evidencia um quadro de tensão marcado por mudanças e permanências nas experiências masculinas. Sendo assim, vejamos mais de perto como essas tensões vêm se processando no cotidiano das experiências dos homens.

1.3 Mudanças e permanências: breves considerações

Diante das discussões postas até aqui, pudemos perceber que um acelerado processo de transformações socioculturais tem marcado a vida de homens e de mulheres, mais especificamente destas, que passaram por significativa mudança, como atestam estudos realizados nas últimas três décadas. Outra constatação sugerida pelas pesquisas é a de que tais transformações são responsáveis pelas especulações sobre a atual insegurança masculina diante da mulher independente e sobre a presença de um “novo” homem, de um “novo pai”, aspectos constantemente explorados pela mídia e que se tornaram hoje objeto de pesquisas acadêmicas e projetos de intervenção como os que acabamos de ver.

Tanto os jornais como as pesquisas apontam para um suposto “novo” padrão de comportamento de homens e de mulheres: o casamento tardio, o crescimento do divórcio, a maternidade e paternidade extemporâneas, são fatos que testemunham algumas das mudanças nas relações de gêneros bem como nas relações familiares. Concepções sobre o masculino como sinônimo de macheza, virilidade, heterossexualidade e força têm sido questionadas e o que se percebe é a coexistência de diversas masculinidades.

No âmbito das pesquisas acadêmicas, temas como sexualidade, aborto, contracepção e articulação trabalho/família, que constituíam a pauta de estudos sobre direitos reprodutivos e sobre a condição feminina, tinham como objeto de estudo, como já citado anteriormente, basicamente a mulher. A esfera reprodutiva na perspectiva masculina é um campo, por exemplo, pouco conhecido, apesar de ser marcante a

participação de homens em decisões sobre políticas públicas direcionadas a saúde ou a família. Estudos sobre famílias, em especial nas áreas de sociologia, antropologia e história a despeito da ênfase na importância dos homens para a família como chefe-provedor, apresenta ainda poucas informações sobre homens, no que se referem às suas atividades no espaço doméstico e sobre os efeitos das masculinidades, nas mulheres, nas crianças e nos próprios homens¹².

O que teria então motivado neste momento, um maior enfoque das ciências humanas na importância do envolvimento masculino em questões como reprodução, paternidade e sexualidade? Segundo Unbehaum (1998) esse interesse está relacionado à constatação de que a compreensão e o conhecimento das práticas masculinas podem contribuir para melhorar os resultados de programas voltados para a saúde, para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e nas decisões sobre planejamento familiar. Em parte essa demanda surge, de um lado, com a entrada das mães no mercado de trabalho, os pais foram convocados a se ocupar dos filhos, e de outro, há indícios de desejo masculino em ampliar seu envolvimento na criação dos filhos.

As mulheres ao ingressarem no mercado de trabalho, ao ocuparem outros espaços públicos e exercerem com maior liberdade sua sexualidade, acabaram de certa maneira, por ‘bagunçar’ as relações familiares e de gênero. Segundo Bruschini (1994) o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi uma das transformações sociais mais marcantes ocorridas no país desde os anos setenta do século passado. No entanto, o fato de, ao longo das últimas décadas terem alcançado

¹² A presente pesquisa privilegiará tal perspectiva, qual seja a do olhar masculino sobre o espaço doméstico.

vários direitos, especialmente na área do trabalho, entre os quais a licença maternidade, a regulamentação do trabalho doméstico, não diminuiu, porém, a desigualdade entre homens e mulheres com relação às oportunidades no mercado de trabalho, a ocupação de cargos de comando e políticos e a igualdade salarial. Mas de certa maneira favoreceu alguma participação masculina na esfera doméstica e no cuidado dos filhos, alterando assim, os arranjos domésticos e instituindo outras formas de relação entre homens e mulheres.

Na prática, podemos observar um número significativo de homens assumindo as mais diversas tarefas com as crianças e com a casa. No cinema, nos parques, nos restaurantes é sempre possível encontrar homens sozinhos com seus filhos, enfrentando situações de indisciplina, preocupados com o filho que não quer comer, perdendo o fôlego no jogo de futebol. (UNBEHAUM, 1994). Mas de que homens estamos falando? Que contexto social é esse que favorece a emergência de tais transformações? Boa parte dos estudos se refere especialmente a indivíduos de camadas médias e a um estilo metropolitano de vida. (GOLDENBERG, 1998)

As mulheres têm buscado não somente ocupações remuneradas, dentro e fora da casa, mas também sua realização profissional e pessoal. De certa maneira essa atitude das mulheres tem provocado um processo de negociação que favorece o estabelecimento de relações mais igualitárias. Porém, a conquista pelas mulheres de uma relativa igualdade na esfera do trabalho, se mantém ao lado da desigualdade de gênero na esfera privada. Essa aparente contradição é reveladora de um foco de tensões: o desejo feminino em compartilhar com os homens as responsabilidades familiares se

mescla ao desejo de não abrir mão de um dos poucos espaços de poder que as mulheres dispõem.

Diante dessa breve discussão acerca do quadro geral de como vem se configurando as transformações ocorridas nos padrões de comportamento de homens e mulheres na sociedade, podemos então, partir do pressuposto de que um dos pilares da identidade masculina tradicional é o papel de provedor que desempenha perante a família, e é a partir dessa obrigação masculina que deriva seu papel na manutenção da autoridade moral da casa. Goldenberg (1991) constata que a aceitação por parte dos homens, da participação feminina no mercado de trabalho remunerado representou uma drástica reformulação da identidade masculina tradicional enquanto provedor da família. Isso porque como mostra Parry Scott (1990) em estudo de famílias de baixa renda no nordeste, há um enfraquecimento do papel de provedor do homem, frente ao cenário de pobreza atual. Esse enfraquecimento tem sido identificado por alguns autores como consequência das transformações sociais globais herdadas da tradição patriarcal. Ora se o poder do patriarca baseava-se em seu domínio sobre a família, que por sua vez organizava os meios de produção e a força de trabalho na sociedade rural, o advento da industrialização representou uma drástica transformação na organização familiar e conseqüentemente na sociedade onde o poder do patriarca acabou por enfraquecer-se.

Os estudos desenvolvidos por Arackcy Rodrigues (1978) e Carmem Cinira de Macedo (1979) na década de 70 do século passado, mostraram que os maridos da classe trabalhadora consideravam então o trabalho remunerado das esposas como um mal apenas temporariamente necessário, de modo que, a participação da mulher na força de trabalho remunerado era invisível historicamente, e antecedeu em muito o

reconhecimento social do fenômeno ‘mulher trabalhadora’ e a transformação da (auto) identidade (AGUIAR, 1983).

Estas pesquisas de uma forma geral nos chamam a atenção para as transformações ocorridas nas práticas masculinas ainda não consolidadas, e é justamente aí que reside o maior desafio na pesquisa sobre o gênero masculino, qual seja o da mudança social, isso porque, este é um processo no bojo do qual as práticas e ideologias relacionadas ao velho padrão coexistem e se entrelaçam com outras, que representam o novo (GOLDENBERG, 1991). O velho, mesmo ‘repudiado’ existe socialmente e é referido quando se pergunta ‘o que é ser homem’ (NOLASCO, 1995). ‘O novo’, por outro lado, está no estado de vir a ser, e vários autores mencionam a falta de elaboração social e de termos adequados para nomeá-lo (idem), além de seu possível desdobramento em mais de um padrão (ARILHA, 1999) e do fato de ele depender de uma aceitação pelas próprias mulheres. Isso sugere que os estudos desses temas dinâmicos terão que lidar não somente com os estereótipos e as representações estabelecidas do que é ‘ser homem’, mas também com as posturas individuais e de grupo amplamente diferenciadas perante esses padrões (COSTA, 1997). Em outras palavras, o cenário atual acerca das relações de gênero informado pelas pesquisas, nos mostra que na verdade estamos presenciando a construção de novos atores sociais.

Connell (1995), responsável por introduzir a idéia da inexistência de uma forma única de construção do masculino nas sociedades, citado anteriormente, defende a idéia de que as masculinidades deveriam ser compreendidas como configurações de prática, onde se levaria em conta a posição dos homens nas relações de gênero. Esclarecendo o uso da expressão “configurações de prática” diz que a ênfase deve recair nas

experiências concretas presentes no cotidiano dos homens e não apenas nos comportamentos que as sociedades esperam dos homens nos diferentes contextos sócio-culturais. A idéia de masculinidade hegemônica, isto é, aquela de homens brancos, heterossexuais, de setores médios urbanos da população, que tenderia a se configurar como o conjunto de práticas dominantes, vem sendo problematizada pelas pesquisas que tem as relações de gênero como foco. Segundo autores como Connell (1995) e Almeida (1993), é preciso, no entanto estar atento às interpretações do tipo “super simplistas”, que tenderiam a pressupor que existe masculinidade negra ou masculinidade dos trabalhadores e assim por diante. Trata-se de reconhecer a existência de múltiplas masculinidades, onde a construção da masculinidade apareça como um projeto coletivo e individual em constante transformação, influenciando e recebendo influências de instituições e práticas.

E é justamente, nesse cenário composto de tensões entre velhos e novos modelos de poder, de hierarquias que configuram as relações de gênero, que se insere esse trabalho. Como podemos observar as pesquisas nesta área nos mostram um horizonte marcado por mudanças e permanências. As mudanças podem ser observadas principalmente com o enfraquecimento, mas não desaparecimento, do sistema patriarcal. As negociações pelas quais os valores hegemônicos de masculinidade vêm passando, observados através de uma maior inserção do homem no cuidado dos filhos e a possibilidade de vivenciarem sua sexualidade de forma distinta daquela passando por seus pais, são alguns dos elementos que vem fazendo parte de processo de mudança pela qual o homem nos dias atuais vem experienciando. Concomitante a isso, as pesquisas também nos mostram que alguns elementos dentro do universo masculino são

mais difíceis de serem negociados, como por exemplo, a uma maior participação do homem nas tarefas domésticas, entre outros.

Posto isto, como dito anteriormente, neste trabalho nosso esforço se dá no sentido de compreender, a partir de uma perspectiva de gênero, o discurso masculino sobre o trabalho feminino. Ou seja, como os homens da nossa pesquisa significam o trânsito lar/trabalho das mulheres nessa nova configuração das relações de gênero, onde valores recém adquiridos contrastam com velhos padrões normativos do que é ser homem. Com isso, acreditamos que esse olhar poderá nos informar acerca das transformações ou mesmo negociações que vem ocorrendo, como tem demonstrado pesquisas da área, nas relações de gênero, e em especial com os homens. Em outras palavras, perceber como tais mudanças nas estruturas das relações de gênero, provocadas em grande parte pela saída da mulher do espaço privado para o espaço público, se fizeram sentir especificamente nos homens.

CAPÍTULO II

QUANDO SE FORMA O CAMPO: O INTERESSE PELA PESQUISA

“Para ser objeto dos problemas que se tomam como objeto, é preciso fazer a história social da emergência desses problemas, da sua constituição progressiva, para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como problemas legítimos, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais. (...) Em todo caso, descobrir-se-á que o problema, aceite como evidente pelo positivismo vulgar, foi socialmente produzido, num trabalho coletivo de construção da realidade social...” (BOURDIEU, 2000, p. 21)

O empreendimento de uma pesquisa social constitui-se numa tarefa que se pressupõe vários momentos. A saber, o da coleta de dados, os instrumentos mais apropriados para tal fim, e subseqüentemente sua análise bem como o nível em que esta se dará, enfim um conjunto de elementos a ser bem orquestrado pelo pesquisador, sem nunca perder de vista as necessidades postas pelo objeto estudo. Nosso objetivo nesse momento constitui-se em expor de que maneira definimos e nos apropriamos das técnicas de coletas de dados da pesquisa bem como de sua posterior análise. Na presente pesquisa a escolha dos pressupostos metodológicos procurou situar em termos de tempo e lugar os motivos pelos quais estão sendo problematizados determinados modos de entendimento de mundo, no caso que nos interessa aqui como os homens da nossa pesquisa significam o trânsito lar/trabalho de suas esposas e colegas de trabalho nessa nova configuração das relações gênero.

Nesse sentido, um aspecto importante colocado na abordagem dos “problemas de gênero” ou questões de gênero para a prática da pesquisa social reside justamente na possibilidade que esta área de estudos nos traz no sentido de colocarmos alguns

elementos sobre a história social da constituição do gênero como uma categoria de análise, de modo que esse foi um objetivo perseguido desde o início desta pesquisa.

Sendo assim, começaremos com a descrição do universo empírico sobre o qual a presente pesquisa se deteve. Essa descrição nos proporcionará um melhor entendimento acerca das escolhas metodológicas e teóricas que fizemos ao longo da pesquisa.

2.1 Quando o campo sai do texto e vira realidade

Essa pesquisa é fruto de um longo processo de maturação intelectual que iniciamos a mais de onze anos atrás quando definíamos, ainda na graduação, nosso tema de pesquisa para a elaboração da monografia de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Na verdade trata-se particularmente do fechamento de um ciclo, porém, não do debate. Quando falo de processo me refiro a todo um itinerário acadêmico e intelectual que nos trouxe até essa proposta de estudar gênero numa perspectiva masculina. Na verdade essa era uma possibilidade que somente recentemente me coloquei. Isso porque o foco das pesquisas que até então tinha desenvolvido, tanto na graduação como no mestrado, estavam centrados numa perspectiva feminina das relações de gênero. No entanto, o processo de maturação intelectual que estes estudos sobre gênero a partir da ótica feminina nos forneceram, apontaram para a necessidade de ampliarmos o escopo dos nossos estudos nesse campo de pesquisa. Sendo assim, a partir dessa necessidade sentida com maior força na construção de minha dissertação de mestrado, elaborada no programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco, onde estudávamos a conciliação do lar/trabalho na perspectiva de mulheres operárias da Indústria de beneficiamento da castanha do caju – USIBRAS (Usina brasileira de óleos e castanha) na cidade de

Mossoró/RN se apresentou de forma mais clara. Naquele momento de conclusão de pesquisa, senti uma enorme falta da percepção masculina sobre a mesma situação de pesquisa proposta as mulheres, uma vez que meu trabalho se propunha a analisar a percepção feminina acerca do lar/trabalho a partir do debate teórico das relações de gênero. Constatada então a necessidade da inclusão do ponto de vista masculino para o avanço do nosso próprio entendimento e amadurecimento do debate a que nos propusera, partimos em busca de tal objetivo. É justamente nesse momento de auto-reflexão que compomos nosso objeto de pesquisa, a saber, a compreensão do discurso masculino sobre o trabalho feminino numa perspectiva de gênero.

Diante dessa nova situação de pesquisa uma pergunta nos ocorreu: *como fazer o texto virar realidade?* A resposta a essa pergunta nos permitirá descrever o universo empírico sobre o qual nossa pesquisa se debruçou, delineando assim os rumos metodológicos seguidos pela pesquisa.

2.1.10 universo empírico da pesquisa

Posto isto, partimos então para outro momento da pesquisa, a saber, a definição do local ou mesmo como comporíamos nossa amostra. Foi então que elegemos a Cia Müller de Bebidas Nordeste, cujo nome fantasia é *Caninha 51*, situada na cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE – BR 101 sul km 28. A escolha da Cia se deu por dois motivos: primeiro pelo contingente significativo de mulheres ocupando postos de trabalho apontados como tipicamente masculinos, e segundo pela entrada que me foi facilitada. Posteriormente abordaremos de forma mais detalhada esses aspectos.

A Companhia Müller de Bebidas foi fundada em 1959 por Guilherme Müller Filho, um brasileiro de origem alemã, que segundo o relato da Coordenadora responsável pela filial Nordeste, considerado um dos mais importantes empreendedores da indústria de bebidas do país. Foi nesse ano que Sr. Müller iniciou a produção e comercialização da Cachaça 51, que logo se transformou no produto líder entre as cachaças do país. Segundo Guilherme Müller, a Caninha 51 é um marco na história da cachaça brasileira.

A matriz da Companhia foi fundada na cidade de Pirassununga, interior do Estado de São Paulo. Na década de 60 do século passado a companhia engarrafava a Caninha 51 em vasilhames de cerveja de 600 ml e depois em frascos brancos de litro. No final dessa mesma década, a Caninha 51 tornou-se mais atraente com o novo rótulo e o lançamento do conta-gotas de alumínio. Nos anos 70 grandes conquistas e novos recordes foram alcançados com a expansão do produto no mercado nacional. Surge *“uma boa idéia”*.

Para garantir a demanda do mercado em expansão, o Sr. Müller importou a mais moderna linha de engarrafamento da época. A expansão gerou recordes de produção, graças aos investimentos em tecnologia e a uma pioneira política de gestão de qualidade. No final da década de setenta, a empresa lança o conceito *“51 – Uma Boa Idéia”*. Mais que um slogan de sucesso e de lembrança para os consumidores brasileiros, a 51 se tornou um marco para o mercado publicitário brasileiro, sendo a primeira aguardente com comunicação profissional e integrada. A década de oitenta começa com grandes investimentos na formação de equipes de gerentes, vendedores e promotores para atender ao mercado sempre em expansão. Em 1982, a empresa

implementa novas estruturas organizacionais e escritórios comerciais em todas as regiões do Brasil, otimizando o contato com seus clientes. Em 1983, a empresa passa a se chamar Caninha 51 Ind. e Com. de Bebidas Ltda. Na mesma década, outro fato fundamental para o crescimento da marca 51 foi o investimento em pesquisa de mercado, para conhecer cada vez mais o consumidor e assim oferecer produtos que atendam às suas exigências.

Na década de 90, a empresa recebe o nome de Indústrias Müller de Bebidas Ltda., e dá início ao processo de exportação da marca Caninha 51, que no exterior foi batizada de Cachaça 51 e é reconhecida como um produto genuinamente brasileiro. O primeiro lote de 51 foi para o Japão. Hoje, o produto é exportado para mais de 40 países na Europa, Ásia e Américas do Norte, Central e Sul. O sucesso desta década foi reconhecido através dos diversos prêmios conquistados pela empresa, entre os quais estão os Certificados ISO 9001 (Gestão da Qualidade) e ISO 14001 (Gestão do Meio Ambiente). Em 1998, a empresa muda para o nome de Companhia Müller de Bebidas.

No ano de 2000 a Cia. Müller de Bebidas dá continuidade aos Programas de Qualidade. Hoje a Companhia Müller de Bebidas é a maior e mais importante produtora de cachaça do país. A Corporação é responsável hoje pela geração de 2.500 empregos diretos em todo o país. A empresa implantou em todas as suas áreas operacionais sofisticados sistemas tecnológicos. Sua gestão tanto operacional, quanto gerencial, funciona amparada em um elevado grau de informatização e digitalização. Para Coordenadora da filial Nordeste, a Müller detém o mais sofisticado processo de produção de aguardente de cana do mundo. Todas as etapas da cadeia produtiva são concebidas e geridas a partir de processos, métodos e tecnologia das mais avançadas da

indústria de destilados. Um permanente Programa de Gestão da Qualidade transformou a Companhia em referência no setor. Sua busca incessante pela melhoria de suas práticas e processos resultou na conquista das ISO's 9001 e 14001. A empresa é a única no setor de destilados de cana no Brasil a deter essas duas certificações. A Companhia Müller de Bebidas é também a única do setor de bebidas destiladas do país a ter conquistado o grau de excelência em produtos com qualidade internacional para exportação do Governo Brasileiro, com o certificado Brazil Premium.

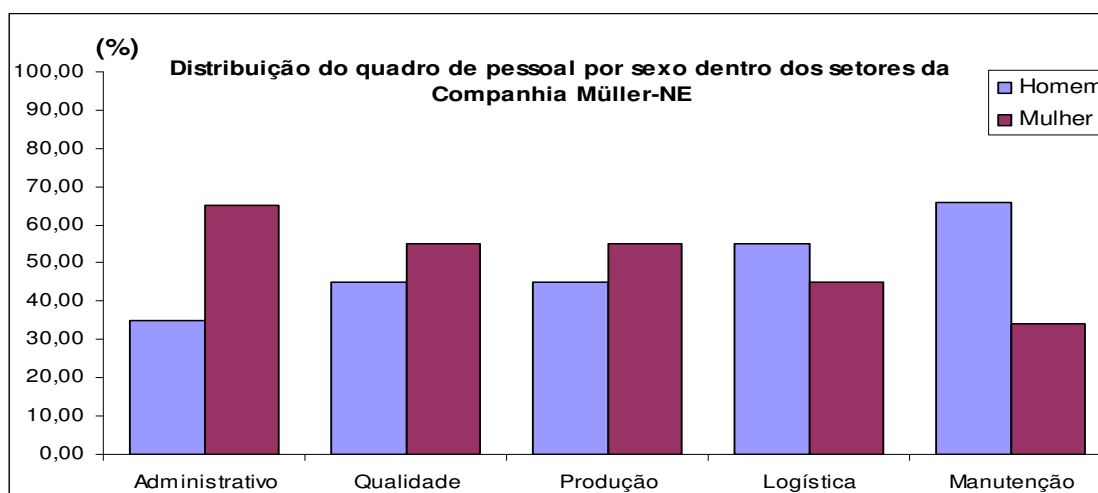
Essa descrição da Companhia diz respeito a sua história no geral. A Companhia Müller de Bebidas Nordeste faz parte do processo de expansão que a corporação iniciou nos anos 90. Suas instalações datam do final dessa década. A instalação da Companhia na região Nordeste cumpriu o objetivo de se tornar mais competitiva em todo território nacional.

A Companhia Müller de Bebidas Nordeste é a única filial da região nordeste responsável pelo abastecimento da mesma. A filial conta 268 funcionários distribuídos entre as linhas de produção e escritórios. Funciona no horário administrativo e em dois turnos - das seis da manhã as quatorze e vinte horas da tarde, e das treze e quarenta as vinte e duas horas da noite. Este então se constitui no espaço físico onde entramos em contato com os nossos informantes e a partir desse contato formamos uma rede de informantes, a seguir falaremos da forma como esse contato se deu.

A escolha da companhia se deu por motivos bem práticos. Num primeiro momento pensei em voltar para Mossoró/RN e retornar a USIBRAS para retomar o contato com minhas antigas informantes e através delas fazer contato com seus

respectivos companheiros e aí formaria uma rede de informantes a partir das indicações dos primeiros homens. No entanto, antes que esta possibilidade fosse concretizada, fui apresentada a Cia Müller de Bebidas Nordeste, através do meu esposo que passou a fazer parte da Cia. Ao chegar à Companhia algo totalmente inusitado lhe chamou muito a atenção, o número elevado de mulheres em posição de chefia na Companhia, em especial chefias de setores tradicionalmente masculinos como os de Manutenção Industrial que cuida da manutenção elétrica e mecânica dos equipamentos do setor de produção e que no caso específico da Cia Müller também cuida do setor de utilidades¹³. Outra observação constatada por ele foi à de que não só os cargos de chefia eram compostos por maioria feminina, como também a distribuição do quadro de funcionários por setor apresentava essa mesma tendência. Como mostra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 1



Se compararmos os dados referente à participação feminina da Cia Müller com os dados fornecidos pelo IBGE com relação a evolução da participação feminina no setor

¹³ Particular no sentido de que não são todas as indústrias que a área de utilidades está ligada ao setor de manutenção. A área de Utilidades dentro de uma indústria é responsável pelo tratamento de efluentes, geração de vapor e ar comprimido como também geração de energia elétrica alternativa. De um modo geral essa área é autônoma em relação ao setor de manutenção.

Industrial de Transformação, como demonstra a tabela a seguir, perceberemos que a Müller vem de certa forma na contra-mão das estatísticas nacionais apontadas pelo IBGE.

TABELA 1

Brasil: Indústria de Transformação – 1985/93/97 Evolução da participação do pessoal ocupado feminino

Setor	1985		1993		1997	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Metalurgia	91,48	8,52	89,00	11,00	89,62	10,38
Material Elétrico/Comunicações	67,54	32,46	70,65	29,35	71,25	28,75
Produtos Alimentícios	75,90	24,10	67,45	32,55	64,39	35,61
Bebidas	90,95	9,05	90,92	9,08	85,13	17,87
Fumo	65,92	34,08	57,02	42,98	60,97	39,03
Química	82,96	17,04	81,54	18,46	82,06	17,94
Farmacêutico	97,16	32,84	64,07	35,93	64,11	35,89
Cosméticos/Perfumaria	66,80	33,20	59,38	40,62	61,63	38,37
Material Plástico	70,87	29,13	72,07	27,93	69,05	30,95
Editorial/Gráfica	78,23	21,77	73,27	26,73	67,96	32,04
Mecânica	91,79	8,21	84,74	15,26	82,89	17,11
Material de transporte	89,72	10,28	87,88	12,12	84,35	15,65
Borracha	85,29	14,71	87,07	12,93	77,45	22,55
Fio/Tecido	49,24	50,76	51,17	48,83	50,35	49,65
Vestuário	22,04	77,96	23,34	76,66	27,59	72,41
Calçado	54,74	45,26	49,50	50,50	50,70	49,30
Outros	80,11	19,89	82,48	17,52	83,53	16,47
Total	73,65	26,35	71,67	28,33	71,87	28,13

Fonte: IBGE/PNADs de 1985, 1993 e 1997.

A tabela mostra a evolução da participação feminina pelos diversos ramos industriais. E com relação ao ramo de bebidas podemos perceber que sua evolução foi bastante tímida se comparados a outros ramos industriais onde a expansão do trabalho feminino se deu de forma mais significativa. É justamente aí que reside à particularidade da Cia Müller de Bebidas Nordeste, onde mais de 70% dos cargos de chefia são ocupados por mulheres, e onde mais de 50% do pessoal ocupado por setores são compostos por mulheres. As linhas de manutenção consideradas um terreno majoritariamente masculino, como atestam várias pesquisas, Bruschini (1995), Lavinas

e Linhares (1997), Silva (2004), na Cia Müller de Bebidas Nordeste é chefiado por uma mulher. De modo que, esta se apresenta num quadro bem atípico no que diz respeito às indústrias do seu ramo tanto a nível nacional quanto regional, pois em uma visita ao sindicato das indústrias de bebidas –SINDBEBI- sessão Pernambuco, situada a Rua da Aurora – Boa vista/Recife, pude constatar que de forma geral as indústrias do ramo de bebidas seguem as tendências das estatísticas nacionais informada pelo IBGE.

Posto isto, ao nos deparamos com este cenário apresentado por meu esposo, quando da sua inserção na Companhia, comecei a me perguntar qual leitura os homens fariam desse contexto de trabalho feminino. Pensamos então que essa situação de trabalho de maioria feminina seria então o ambiente propício para os objetivos da nossa pesquisa. Isto porque inseridos nesse ambiente de trabalho de maioria feminina os homens teriam de alguma forma mais intimidade com a realidade da inserção feminina no mercado de trabalho. Foi aí que abandonei a idéia de voltar para Mossoró/RN, e me propus olhar esse novo campo empírico de pesquisa, para pensar *o olhar masculino sobre o trabalho feminino*, com o objetivo de saber como os homens significam o trânsito lar/trabalho das mulheres nessa nova configuração das relações de gênero, aonde tanto no mundo trabalho quanto da casa vem passando por um processo de negociação quanto aos padrões normativos dos papéis femininos e masculinos no conjunto das estruturas sociais. E a partir dessa percepção, pesquisar o processo de mudança e permanência de valores e concepções do masculino, revelando as contradições desse processo presentes nos discursos dos sujeitos sobre trabalho feminino. Nessa altura dos acontecimentos com relação à definição do meu campo empírico de pesquisa o *texto já havia tornado-se realidade*, no sentido de que a pesquisa tomara contornos empíricos definidos.

Posto estas considerações acerca do universo empírico da pesquisa, gostaríamos de falar dos desdobramentos do mesmo. Como dito anteriormente, nossa intenção primeira era então a de que os homens da pesquisa falassem de suas percepções a respeito do trabalho feminino dentro da configuração da CMB-NE onde a maioria do contingente de trabalhadores era do sexo feminino e assumindo postos de trabalhos majoritariamente masculinos.

No entanto, o desenrolar da pesquisa nos conduziu para fora da fábrica. Fora porque quando pensávamos em conversar sobre a forma como os homens significavam o trabalho das mulheres e o trânsito delas entre casa e trabalho, eles não se reportavam a CMB-NE, mas falavam de suas experiências pessoais com suas esposas, mães e namoradas, sem necessariamente se reportarem a conjuntura da Companhia. Isso ficou mais evidente quando entrevistamos os maridos das trabalhadoras da CMB-NE. Sendo assim, as intenções iniciais da pesquisa que nos conduziram até a Companhia acabou por limitar-se ao local onde encontramos nossos informantes.

2.2 Quem são os informantes: os desdobramentos do campo de pesquisa

A pesquisa contou com a participação de trinta homens e uma mulher. Os homens distribuídos entre maridos e colegas de trabalho das mulheres que trabalham na Companhia Müller de Bebidas Nordeste. Foi através das mulheres que trabalham na Companhia que tivemos acesso aos homens, elas nos apresentaram aos seus respectivos maridos bem como aos seus colegas de trabalho. A pesquisa contou ainda com a

participação da Coordenadora dos Recursos Humanos, na época responsável interinamente pela filial, com o objetivo de obtermos informações acerca da política de contratação adotada pela Cia Müller de Bebidas Nordeste. Nossa intenção em entrevistar a responsável pelo departamento dos Recursos Humanos era a de entender porque na Müller Nordeste a distribuição do pessoal ocupado por setor, de alguma forma privilegiava a presença feminina. Vale ressaltar que essa configuração só é válida para a Müller Nordeste, como venho enfatizando no decorrer dessa exposição.

Quando definimos a amostra entre maridos e colegas, pensamos na possibilidade de enriquecermos nosso debate na medida em que a partir de uma única situação de pesquisa proposta, a percepção masculina acerca do trabalho feminino, os homens pudessem pensar de lugares diferentes sobre essa questão. Ou seja, iríamos dispor de um olhar localizado no mundo público, o trabalho, fornecido pelos colegas dessas mulheres e um olhar localizado no mundo privado, o da casa, fornecido por seus companheiros. Feito então essa divisão metodológica, acreditávamos que tal procedimento nos possibilitaria ampliar as lentes com as quais enxergaríamos a dinâmica das relações de gênero no mundo do trabalho como da casa. Esse recorte do mundo do trabalho e da casa se dá pelo fato destes serem aspectos centrais do modelo predominante de masculinidade, a saber, o papel de provedor de sua família. Autores como Carrara (2006); Costa (2004); Almeida (1996); Nolasco (1991) entre outros, apontam o trabalho como um dos elementos mais importantes na definição da identidade masculina, ocupando lugar central em suas vidas.

Os homens da nossa pesquisa ficaram divididos da seguinte forma: doze colegas de trabalho e dezoito maridos, numa faixa etária que vai de vinte e dois a quarenta e

quatro anos de idade, cuja escolaridade vai desde o ensino médio ao superior. Na composição da amostra não seguimos padrões rígidos de definição. Basicamente o que levamos em conta foi classificá-los em maridos/companheiros e colegas de trabalho. Para maiores detalhamento a cerca da composição da nossa amostra elaboramos um quadro de caracterização dos informantes. Vejamos então:

TABELA 2 - QUADRO GERAL DE CARACTERIZAÇÃO DOS INFORMANTES

Nome	Idade	Situação conjugal ^a	Escolaridade ^b	Nº e sexo dos filhos (homem) – M (mulher)	Profissão	Forma de participação na pesquisa
Fernando	26	S	NM	Sem filhos	Analista PCM	Entrevista individual
João	31	C	NM	1H	Op. produção	Grupo focal 1
Josiel	41	C	NM	1H1M	Mecânico	Grupo focal 2
Tiago	25	S	SI	Sem filhos	Analista PCP	Entrevista individual
Paulo	45	C	NM	3M2H	Encarregado	Grupo focal 1
Hélio	37	C	SC	1H1M	Coord. Logística	Entrevista individual
Heury	25	C	SI	Sem filhos	Mecânico	Grupo focal 2
Diogo	22	S	SI	Sem filhos	Analista Eng.	Entrevista individual
Fábio	33	C	SC	1M	Engenheiro	Entrevista individual
Batista	22	C	NM	1H	Pedreiro	Grupo focal 2
Henrique	43	D	SC	Sem filhos	Analista PCP	Entrevista individual
Cleidson	28	C	NM	Sem filhos	Eletricista	Grupo focal 1
Edvaldo	36	C	NM	2H1M	Lubrificador	Grupo focal 2
Carlos	41	C	NM	2H	Op. Caldeira	Grupo focal 2
Robson	30	C	SC	2H	Supervisor	Entrevista individual
Adeildo	32	C	NM	1H	Encanador	Grupo focal 1
Adriano	39	C	NM	1H1M	Padeiro	Grupo focal 2
Denys	32	C	SC	2H	Analista CPD	Entrevista individual
Sólon	34	C	NM	3H1M	Vendedor	Grupo focal 1
Antonio	42	C	SC	1H1M	Comprador	Entrevista individual
Josias	37	C	SC	1H	Administrador	Grupo focal 2
Francisco	33	C	NM	1H2M	Vigilante	Grupo focal 2
Bismarck	35	C	SI	2M	Coord. Manut.	Entrevista individual
Eudes	27	C	NM	Sem filhos	Vendedor	Grupo focal 2
Jairo	33	C	SC	1M	Analista RH	Entrevista individual
Sandro	32	C	NM	1M	Op. produção	Grupo focal 1
Roberto	35	C	NM	1H1M	Feirante	Grupo focal 1
Nilton	48	C	SC	1H 1M	Motorista	Grupo focal 1
Frederico	44	D	SC	2M1H	Supervisor Almox.	Entrevista individual
Renato	41	C	SI	2H	Téc. Químico	Grupo focal 2

Fonte: entrevistas e grupo focal

^a Situação conjugal: C – casado, S – solteiro, D – descasado

^b Escolaridade: Nível médio – NM, Superior completo – SC, Superior incompleto – SI

2.3 As orientações metodológicas da pesquisa

Na primeira metade do século XX, positivistas reunidos no Círculo de Viena legaram uma série de características à ciência a partir da "concepção científica do mundo" que idealizavam. Esses preceitos edificavam a ciência como o único tipo de conhecimento válido, objetivo, metódico, preciso, perfectível, desinteressado, útil e necessário, combinatório de raciocínio e experiência, hipotético, explicativo e prospectivo (Cupani, 1985). O cientista era visto como um sujeito propenso a examinar o seu material de trabalho, dele sempre desconfiando. Um conhecimento desinteressado, nesse caso, é antes de tudo objetivo, porque é a objetividade que protegerá o cientista de inclinações e necessidades pessoais ao aplicar seus resultados de pesquisa. (CUPANI, 1985, p.16-17)

O sujeito do processo de alcançar esse saber desinteressado, destituído de crenças, ideologias, filosofias, religiões, uma história, relações sociais, parece seguir a necessidade de imparcialidade, neutralidade e autonomia. Esse tipo de conhecimento só faz sentido se consideramos a ciência uma atividade desinteressada, estanque, à parte de qualquer ligação entre si e com a sociedade. Ignorada também as relações de poder confrontantes e o seu tempo e espaços particulares.

Essa orientação metodológica é uma posição que dificilmente se sustenta na investigação de objetos localizados no mundo social, e no caso particular desta tese tal procedimento metodológico não se coaduna com os objetivos propostos pelo nosso objeto de estudo bem como os pressupostos teóricos aqui adotados.

Giddens (1978), diz que "a sociologia trata de um universo que já está constituído pelos próprios atores sociais dentro de quadros de significância, e o reinterpreta dentro de seus próprios esquemas teóricos" (GIDDENS, 1990, p.171). Ou ainda, nos termos desse mesmo autor: "o conhecimento sociológico espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstituindo tanto este universo como a si mesmo" (GIDDENS, 1990, p. 24). Os atores sociais, ao se apropriarem dos conhecimentos produzidos pela sociologia, atribuem-lhes novos significados e, ao mesmo tempo, desafiam a sociologia a alcançar novos avanços.

É justamente nessa perspectiva de análise que nossa pesquisa está inserida. Ou seja, sabendo que essa relação sujeito/objeto situada socialmente está implícita na elaboração do conhecimento que se pretende. Para tal feito lançaremos mão das contribuições da hermenêutica filosófica de Hans Georg Gadamer, filósofo que ficou conhecido como o autor de **Verdade e Método** (sua obra prima), morreu aos 102 anos de idade, em 14 de março de 2002. Nesta obra o objetivo do autor era o de apresentar o compreender do intérprete como fazendo parte de um acontecer que decorre do próprio texto que precisa de interpretação.

Gadamer (1977) está interessado não em redefinir as ferramentas metodológicas utilizadas para se abordar o objeto das ciências humanas, mas sim, compreender o que essas ciências são na realidade, visto que, essa pressuposição ontológica: "o que elas são?", é o que assegura a própria conduta objetiva dessas ciências. De fato, é o que se percebe em sua introdução:

"A hermenêutica aqui desenvolvida não é, por conseguinte, uma metodologia das ciências humanas, mas uma tentativa de compreender o que as ciências humanas são na verdade, para além

da sua autoconsciência metodológica, e o que as liga à totalidade da sua auto-experiência do mundo." (GADAMER, 1997, p. 31)

Gadamer (1977), assim, examina a natureza das ciências humanas como um prisma através do qual vê a totalidade da nossa experiência do mundo. E é justamente na compreensão da "nossa experiência do mundo", contrapondo-se à Dilthey e seguindo Heidegger, que Gadamer alicerça a sua "virada hermenêutica", partindo de dois princípios fundamentais, salientados por Outhwaite (1994): a universalidade e a historicidade da hermenêutica, entretanto, concebidos de modo distinto da hermenêutica romântica.

De fato, a tradição que encontrou a sua maior expressão em Dilthey foi universalista no sentido de que aspirou a uma metodologia geral para as ciências humanas fundamentada na natureza da consciência ou espírito (Geist) humano e no conceito de "experiência vivida" (Erlebnis). Para Gadamer, no entanto, a universalidade da hermenêutica é uma dimensão fundamental de toda consciência humana tal qual ela é expressa na linguagem¹⁴. (COSTA, 2004)

O problema da historicidade, por seu turno, foi abordado pela Hermenêutica Romântica em termos dos preceitos desenvolvidos pelo historicismo (historicism), ou seja, devido à diversidade das civilizações humanas, nós apenas podemos pensar sobre elas a partir de suas próprias categorias. O fato é que, nessa perspectiva, há um problema metodológico, enquanto que em Gadamer há algo "além do método", visto

¹⁴ Para Gadamer, segundo Bleicher (1980) a linguagem não é meramente um instrumento do pensamento, mas ela própria trabalha para nos revelar um mundo; nós nos movimentamos dentro dele e com base nele. Em última análise, é a linguagem que forma a 'tradição', a 'pré-compreensão' de nós mesmos e do nosso mundo.

que, aquilo que é ressaltado pelo historicismo, afeta a natureza de tudo aquilo que nós pretendemos entender, é a própria inevitabilidade do "pré-conceito" e da hermenêutica nos termos de Oliveira (1996): "há hermenêutica porque o homem é hermenêutico, isto é, finito e histórico, e isso marca o todo de sua experiência no mundo".

Susan Heckman (1986) sugere três elementos do pensamento de Heidegger que são fundamentais para apontar o seu legado na obra de Gadamer. Em primeiro lugar, seguindo as idéias de Heidegger acerca da noção de tempo e a sua conhecida afirmação de que "o tempo é o horizonte do ser", onde é salientado o caráter finito e histórico do eis-aí-ser, deixa-se de lado a discussão de Edmund Husserl acerca da dicotomia sujeito-objeto, segundo a qual o sujeito é "retirado" do mundo enquanto espectador que não tem nele lugar, e se desloca, na ontologia heideggeriana, a atenção em direção aos modos por meio dos quais os seres humanos existem no mundo e à maneira como as coisas são nele encontradas. Em Gadamer, a incorporação disso se dá como "historicidade da compreensão". Em segundo lugar, ele extrai de Heidegger a idéia de "estrutura de antecipação" da compreensão, origem da noção gadameriana de "pré-conceito". Em terceiro e último lugar, Gadamer (1977) re-utiliza a noção romântica de "círculo hermenêutico" do modo como Heidegger o compreendeu, dedicando-se a descrever o seu funcionamento interno, em Gadamer, trataremos de forma mais detida, as noções de "*pré-conceito*" e de "*círculo hermenêutico*", perpassando outras que se encontram a elas intrinsecamente vinculadas.

Pré-conceito e/ ou pré-concepção, para Gadamer (1977), não se refere a algo que deve ser neutralizado ou deixado de lado, mas sim algo do qual não podemos nos abster, e que, por sua vez, torna-se a própria condição de possibilidade de qualquer pretensão à

"verdade" em ciência. Percebe-se que ao estabelecer a inevitabilidade do *"pré-conceito"* como uma condição de ser-no-mundo, Gadamer (1977), redefini, por um lado, as idéias iluministas de autonomia da razão e de autoridade e, por outro, reabilita a noção Romântica de tradição. De certa forma, ele subverte as noções de ciência ocidental e de método científico, visto que ambas estão alicerçadas na possibilidade de objetivar a experiência e de libertá-la de todos os elementos históricos (HECKMAN, 1986), de tal forma que os *"pré-conceitos"* seriam apenas restos de uma mentalidade não esclarecida, que obsta à autodeterminação racional (BLEICHER, 1980).

Gadamer (1977) nos diz que a idéia iluminista de Razão absoluta ignora o fato de a Razão só se poder afirmar em condições históricas, ou seja, é como se nós não fôssemos donos dos sentidos, visto que, eles apenas existem no diálogo concreto entre o passado e o presente, entre a tradição e as circunstâncias dadas nas quais ela opera, o que foi definido por ele como *"fusão de horizontes"*, em outras palavras, a reunião entre passado e presente, no ato da compreensão, possibilita ampliar o horizonte do intérprete para abranger o objeto a princípio pouco familiar, e nesse processo forma um horizonte novo, ampliado, e é nesse ponto, no convergir de posições inicialmente divergentes, que pode surgir o verdadeiro significado, este constituído na forma dialógica de um acordo, de modo que, nessa experiência comunicativa é que chegamos a compreender e a conhecer plenamente aquilo que antes permanecia como uma parte obscura do nosso pré-entendimento, do nosso horizonte inicial (BLEICHER, 1980).

Seguindo em defesa da tradição e da importância do diálogo entre os contextos, Gadamer (1977) reabilita também o conceito de autoridade criticado pelo iluminismo,

isto devido ao fato de que a rejeição do suposto caráter arbitrário pode se revelar como verdadeiro, ou seja, "não se deve jogar fora a água da banheira com o bebê dentro". A esse respeito, citemos o próprio Gadamer:

"A natureza da experiência hermenêutica não reside no fato de algo ser exterior e pretender a admissão. Pelo contrário, somos dominados por algo e precisamente através dele despertamos para o novo, o diferente, o verdadeiro. Platão tornou-o bem claro na sua bela comparação entre o alimento para o corpo e o alimento para o espírito: ao passo que podemos recusar o primeiro (por exemplo, a conselho de um médico), o segundo entrou já em nós. (GADAMER, 1977, p. 9-10)

Em síntese, contra o iluminismo, Gadamer (1977) afirma os eventuais direitos da tradição e, contra os românticos, faz valer a força da razão, não percebendo, assim, qualquer contraste entre a razão e a tradição (REALE E ANTISERI, 1991). Essa inevitabilidade do *"pré-conceito"* e os papéis desempenhados pela autoridade e pela tradição, associados por sua vez à linguagem, levaram a críticas em relação a sua obra, acusando-o de conservadorismo e de relativismo metodológico, visto que qualquer *"pré-conceito"* ou interpretação parecem ser válidos. Entretanto, em Gadamer (1977), isto não parece estar completamente evidente. Gadamer, como sugere Outhwaite (1994), não está fornecendo uma espécie de "contra o método", mas está preocupado com os processos que precedem e subjazem aos métodos interpretativos.

A noção de pré-conceito sugere a idéia de que o intérprete não é uma tábua rasa no sentido lockeano; ao contrário, inserido em uma tradição, o intérprete põe em jogo os seus próprios preconceitos na tentativa de fazer justiça à proclamação da verdade do texto, ultrapassando, deste modo, o seu ponto de vista inicial e isolado e a sua

preocupação com a individualidade do autor. O intérprete, assim, integra-se em um contexto de tradição, que pode ser divulgado e considerado a estrutura comum dos *pré-conceitos básicos e secundários* (BLEICHER, 1982).

A existência de pré-conceitos verdadeiros, para Gadamer (1977) é um fato, encontrá-los é tarefa da hermenêutica, e as ferramentas para a sua consecução vinculam-se à idéia de "distância temporal" e da "história dos efeitos", diferentemente da Hermenêutica Romântica, a distância não é um problema metodológico, mas uma condição de interpretação, isto é, devido ao fato de o autor parti do pressuposto de que interpretar significa constituir um projeto, o qual, por seu turno, encontra-se em constante re-elaboração devido ao persistente embate de hipóteses interpretativas em relação ao texto. Hipóteses essas que se multiplicam através da infinidade de lentes ou horizontes que o abordam, logo, produzindo distintos efeitos. Daí deriva-se também a noção de que o círculo hermenêutico não é tratado como "círculo vitiosus", visto que Gadamer (1977) o utiliza alicerçado por conceitos que permitem uma abertura constante à tradição, à pluralidade de sentidos e ao diálogo entre os horizontes históricos (COSTA 2004).

Neste sentido de um modo geral, percebe-se que a hermenêutica filosófica de Hans-Georg-Gadamer insere uma enorme quantidade de novos conceitos, além de reconfigurar outros tantos derivados do Romantismo e do Iluminismo. A reconfiguração desses conceitos está estruturada em torno do deslocamento da hermenêutica enquanto modalidade de uma teoria do conhecimento, tal qual foi abordada por Dilthey e pelos filósofos da história alemã no século XIX, para um questionamento relativo às próprias

possibilidades ontológicas do homem e das ciências que dele falam. De acordo com Ricouer (1977), agora ao invés de nos perguntarmos como sabemos, perguntaremos qual o modo de ser desse que só existe compreendendo. Assim, a hermenêutica não se constitui como uma teoria ou método que pode ser comparado com outros, mas diz respeito, principalmente, à análise do processo universal da compreensão (HECKMAN, 1986), e essa por sua vez, não corresponde à idéia de transposição para o mundo interior do autor e uma recriação de suas vivências, conforme é percebido na hermenêutica psicológica de Dilthey e Schleiermacher (OLIVEIRA, 1996), mas um entender-se a respeito da "coisa". Esse entendimento, segundo Gadamer (1977), apenas pode ser efetuado através da linguagem.

Por fim, ao longo desta pesquisa procuro entender o processo de convivência dos valores predominantes de gênero e os valores recém adquiridos, na sua articulação com as representações simbólicas masculinas. Deste modo, acreditamos e defendemos nesta pesquisa essa postura metodológica acima exposta. Os princípios da interpretação hermenêutica aqui desenvolvida nos darão subsídios para uma melhor compreensão do objeto ora estudado, operando como guia para nosso entendimento acerca da dinâmica social em questão. Entendendo que a dinâmica do processo de pesquisa no âmbito social nos possibilita essa fusão de horizontes entre pesquisador e objeto, pois como falamos anteriormente, nosso encontro com o objeto de estudo desenvolvido nessa tese constitui-se um desafio intelectual de amadurecimento teórico que desde o início nos propusemos. Sendo assim, no decorrer da elaboração deste trabalho observamos que seria um equívoco de nossa parte não levar em conta os preconceitos bem como os elementos de tradição que permeiam o ambiente empírico dos sujeitos da nossa pesquisa. Na verdade foi possível observar, mais adiante falaremos a esse respeito, que

estes elementos desenvolvidos pela hermenêutica gadameriana se mostraram bastantes significativos na percepção dos homens participantes da pesquisa ao falarem da forma como significam o trabalho em suas vidas e de suas esposas e colegas.

2.4 Estratégias metodológicas

Posto isto, optamos nesta tese de doutoramento por fazer uma abordagem qualitativa, pois acreditamos que ela nos proporcionará uma visão mais ampla dos pressupostos que desejamos investigar, visto que, a dinâmica social é permeada de fatos e valores dificilmente observados em outras abordagens. Segundo Chizotti (1991) “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito, o objeto e a subjetividade do sujeito (CHIZOTTI, 1991, p.79). Desta forma, o pesquisador passa a fazer parte da elaboração do conhecimento, analisando e interpretando os fenômenos norteadores das questões, atribuindo-lhes significados.

Quando situamos nossa abordagem ao nível qualitativo não se trata de uma escolha entre quantitativo e qualitativo simplesmente, pois cada método tem uma importância. No entanto, neste trabalho seria impossível tratar de questões de gênero sem o instrumental da pesquisa qualitativa. A importância de se conhecer a forma como os homens vem significando a inserção feminina no mercado de trabalho assalariado, bem como o trânsito lar/trabalho vivenciado pelas mulheres com quem eles convivem é sem dúvida um aspecto esclarecedor das relações de gênero. No entanto, para compreendermos de forma mais profunda a dinâmica e o sentido que os dados apresentados pela pesquisa têm na estruturação das relações sociais, a pesquisa

qualitativa é necessária, uma vez que esta nos permite uma prospecção no cotidiano, no sentido de conhecer a relação entre macro estruturas e os micros processos sociais desenvolvidos pelos sujeitos. Ora o estudo de práticas sociais é fundamental à compreensão das relações sociais e que tratadas a partir de estudos qualitativos nos possibilitará encontrar os elementos que produzem a dialética do movimento da vida social entre permanência e mudança. Nesse sentido, as abordagens qualitativas nos possibilitam encontrar as diferenças presentes no contexto social em relação aos padrões dados como universais.

Deste modo os instrumentos de coleta de dados utilizados pela presente pesquisa foram entrevistas semi-estruturadas e/ou guiadas e grupo focal. Entendo que estes se coadunam aos postulados teórico-metodológicos, bem como aos objetivos propostos pela pesquisa, optamos pela entrevista por se tratar de uma técnica importante que nos possibilitaria o desenvolvimento de uma estreita relação com os homens da nossa pesquisa. A Entrevista guiada ou semi-estruturada requer do pesquisador conhecimento prévio dos aspectos que se deseja pesquisar e com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista. Quanto ao grupo focal este teve origem na sociologia. Hoje, é amplamente utilizado na área de marketing e também tem crescido em popularidade em outros campos de ação. Dentro da ciência social, foi Robert Merton quem publicou o primeiro trabalho utilizando o *Focus Group*; Paul Lazarsfeld e outros, mais tarde, introduziram essa técnica na área de marketing (MORGAN, 1988). Uma entrevista com Grupo focal envolve uma discussão objetiva conduzida ou moderada que introduz um tópico a um grupo de respondentes e direciona sua discussão sobre o tema, de uma maneira não-estruturada e natural (BAUER, 2000). O foco ou o objeto de análise é a interação dentro do grupo. Os participantes influenciam uns aos outros pelas respostas,

às idéias e colocações durante a discussão, estimulada por comentários ou questões fornecidas pelo moderador (pesquisador ou outra pessoa). Os dados fundamentais produzidos por essa técnica são transcritos das discussões do grupo, acrescidos das anotações e reflexões do moderador e de outros observadores, caso existam. As características gerais são: envolvimento de pessoas, reuniões em série, homogeneidade dos participantes quanto aos aspectos de interesse da pesquisa, geração de dados, natureza qualitativa, discussão focada em um tópico que é determinado pelo propósito da pesquisa. Deste modo, a opção em utilizar o grupo focal nos possibilitou um detalhamento aprofundado de como os homens no seu dia-a-dia significam o trânsito lar/ trabalho de suas esposas e colegas de trabalho.

Em ambas as técnicas de coleta, selecionamos dois indicadores que guiaram nossas conversas com os homens da pesquisa: 1) qual a percepção que eles tinham dessa nova configuração das relações de gênero que deu maior abertura a inserção da mulher no mercado de trabalho, desempenhando atividades antes exclusivamente masculinas; 2) como eles percebiam essa saída da mulher do espaço restrito do lar para o mundo do trabalho, e suas conseqüências para os arranjos familiares em casa. Na medida em que a discussão acerca dessas duas questões avançava, íamos pontuando na própria fala dos entrevistados outras questões que estavam diretamente correlacionadas a essas duas primeiras questões. De modo que, tal dinâmica de discussão efetuada ora através de entrevistas individuais, ora através de grupo focal, proporcionou a pesquisa um material empírico de fundamental importância para o entendimento da forma como os homens da nossa pesquisa se posicionam frente às novas demandas nas relações entre os gêneros.

Posteriormente a coleta dos dados realizada através das técnicas de pesquisa explicitadas, submetemos os dados coletados pela pesquisa à análise de conteúdo. Quando optamos em realizar uma análise de conteúdo, partimos do pressuposto de que uma parte do comportamento, opiniões ou idéias de uma pessoa se exprime sob a forma verbal ou escrita, assim sendo, acreditamos ser esta uma escolha apropriada para os objetivos aqui perseguidos. Ora, o homem é um ser inalienavelmente social, ou seja, tudo aquilo que o torna homem pertence à ordem social, ao mundo da cultura, ao universo simbólico historicamente construído, proposição defendida por COSTA (2004). Sendo assim, ao optarmos por submeter o material empírico da pesquisa a uma análise de conteúdo, nos foi permitido observar os motivos de satisfação, insatisfação, opiniões subentendidas externadas pelos nossos informantes. Segundo Bardin (1997), a análise de conteúdo torna possível analisar as entrelinhas das opiniões das pessoas, não se restringindo unicamente as palavras expressas diretamente, mas também aquelas que estão subentendidas no discurso.

A fim de empregarmos com êxito a análise de conteúdo ao material recolhido pela pesquisa, observamos três princípios elaborados por Bandin (1997) indispensáveis ao emprego da análise de conteúdo: o da objetividade, seguindo regras pré-estabelecidas, obedecendo a diretrizes claras e precisas, de forma a propiciar diferentes análises sobre o mesmo conteúdo, a fim de que outros analistas possam chegar aos mesmos resultados. Sistemática foi outro princípio observado, pois todo conteúdo deve ser ordenado e integrado nas categorias escolhidas, levando em consideração, é claro, os objetivos perseguidos. O último princípio observado foi o aspecto quantitativo, isto é, contabilizamos a frequência em que ocorre a repetição do discurso elaborado pelos nossos informantes.

Por fim, acreditamos que este caminho que tomamos ao longo da construção da tese, ou seja, as escolhas teóricas e metodológicas aqui adotadas nos possibilitaram uma melhor compreensão do processo de convivência dos valores predominantes de gênero e os valores recém adquiridos, bem como evidenciar como estes se articulam com as representações simbólicas masculinas apresentadas pelos homens da nossa pesquisa.

CAPÍTULO III

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

“Toda teoria, a palavra mesma diz, constitui um programa de percepção, sendo isso tanto mais verdadeiro no caso das teorias do mundo social. E sem dúvida existem poucos casos nos quais o poder estruturante das palavras, sua capacidade de prescrever sob a aparência de descrever, ou então de denunciar sob a aparência de enunciar, seja tão indiscutível” (BOURDIEU, 1996:153)

Procurar evidenciar como se deu o desenho teórico da presente tese, constitui-se nosso esforço nesse momento. Desse modo objetivamos discutir as possibilidades teóricas existentes que dialogam com nosso objeto de pesquisa, bem como definir de que forma a presente tese se apropria dos vários conceitos trabalhados pelas tradições teóricas aqui adotadas. Em outras palavras, no presente exercício de auto-reflexão sobre as posturas teóricas assumidas na composição e elaboração do objeto de estudo desta tese, começarei com a discussão dos principais autores e correntes do pensamento social com os quais procurei dialogar criticamente no intuito de estabelecer um referencial particular de análise.

É de fundamental relevância entender que em uma pesquisa, as teorias auxiliam a estruturar o pensamento sobre a realidade, dando-lhe significado, sentido aos dados coletados na pesquisa. Até recentemente, as teorias sociológicas se localizavam em tradições científicas cujos pressupostos quanto à constituição da sociedade (o que é sociedade, como se dá a articulação entre indivíduo e sociedade, como se relacionam sujeito e objeto do conhecimento em ciências sociais) se expressavam de um modo

bastante definido através de abordagens que enfatizavam os níveis macro em que se assumia que a sociedade afeta os indivíduos, embora reconhecendo que esses possuem a capacidade de alterar, em parte, os padrões comportamentais, as teorias funcionalistas e do conflito são exemplos desse nível de abordagem, a primeira identificando Durkheim como um de seus principais representantes e a segunda inserida numa tradição Marxista. A nível micro, nessas abordagens o enfoque se coloca no plano da subjetividade, do modo como os indivíduos interpretam e criam seu mundo social. Essa é uma reivindicação dos “individualistas metodológicos”, tradição teórica na sociologia representada por Max Weber.

Para a presente pesquisa situacionar tão somente nosso objeto, as relações de gênero numa perspectiva masculina, a fim de saber como os homens significam o trânsito lar/trabalho das mulheres, um ou outro nível de abordagem me parece insuficiente diante das novas possibilidades teóricas hoje existentes. Deste modo, a presente pesquisa partiu de uma nova ótica inaugurada especialmente pelo movimento feminista de cunho acadêmico, qual seja a do gênero. Tal perspectiva permaneceu invisível durante muito tempo nas tradições teóricas não só na sociologia, mas na própria produção do conhecimento de uma forma mais ampla.

Posto isto, para o presente trabalho nos apoiamos, de um lado, nas elaborações teóricas de gênero, poder e masculinidade desenvolvidas pela teoria feminista e de masculinidade, e de outro pelas contribuições advindas do estruturalismo construídas por Pierre Bourdieu.

3.1 Gênero estrutura estruturante das relações sociais: um breve itinerário

Nesta pesquisa trabalhamos gênero como um conceito que diz respeito a um tipo de hierarquia social que posiciona homens e mulheres de forma diferentes no conjunto das estruturas sociais, dito de outra forma, como o gênero funciona e valoriza diferencialmente homens e mulheres no mundo social. Portanto, parto do pressuposto teórico de que gênero é uma categoria analítica importante para o entendimento do processo de desigualdades econômicas e sociais vivenciadas por homens e mulheres. Este é construído socialmente, historicamente mutável e se refere à organização social das relações entre os sexos.

Ao estudar as questões relacionadas a gênero na teoria social contemporânea, indubitavelmente nos deparamos com uma discussão já antiga e de extrema importância para o desenvolvimento das ciências sociais, a saber, natureza e cultura. Poderíamos nos perguntar então: Onde acaba a natureza? Onde começa a cultura? Ainda por Levi Strauss (1982): “*O homem é um ser biológico ao mesmo tempo em que é um indivíduo social.*” Haveria uma preponderância de uma sobre a outra? Ou não, ambos, o biológico e o cultural, têm o mesmo peso para o entendimento do comportamento e das interações humanas?

Ao conceito de gênero é atribuída a construção social que torna desiguais mulheres e homens. Sua utilização representou um caráter de contraponto, respondendo as interpretações biologistas que vinculam a diferença sexual às posições sociais

hierarquicamente diferentes entre mulheres e homens. O entendimento moderno do mundo mudou esta configuração, principalmente a partir das primeiras tentativas de superação das desigualdades sociais entre homens e mulheres. Utilizando a concepção dicotômica natureza *versus* cultura, ou sexo *versus* gênero, Bruschini (1998) expõe o conceito de gênero como sendo:

Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres. Usar “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica (BRUSCHINI, 1998, p.51)

Há também os que pensam que até mesmo o sexo é construído socialmente. Para os etnometodologistas a categorização sexual é um hábito, raramente questionado (WHARTON, 2005). Acreditam que a categorização sexo e a “atitude natural” são construções sociais assim como as realidades biológicas e físicas. Essa concepção nos remete ao ideário da imutabilidade do sexo, defendido pelas estudiosas francesas do início do século XX. Elas se recusavam em separar as esferas social/biológica, bem como os conceitos gênero/sexo. Seu entendimento era de que o sexo sofre uma elaboração social.

Analisando as formulações de Simone de Beauvoir, Saffioti (2005) destaca que gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Com efeito, o corpo é essencial para definir a situação da mulher ou do homem no mundo, porém é insuficiente para

defini-la enquanto mulher ou defini-lo enquanto homem. Os primeiros ensaios e estudos sobre as desigualdades entre mulheres e homens buscavam situar-se sobre o aspecto feminino, sobre seu corpo e sexualidade. As características biológicas, entre elas a pouca força física e até mesmo o menor peso do cérebro, estavam no centro desta concepção. Na tentativa de explicar que é da “natureza” feminina ser frágil e da “natureza” masculina ser forte. Que o lugar “natural” da mulher é a casa, e o lugar “natural” do homem é a rua. Esta naturalização da condição humana nada mais é do que uma resposta para legitimação das desigualdades sociais. A explicação biológica para a condição naturalmente subalterna da mulher sustenta-se até o avançar do capitalismo industrial. Neste momento, as condições históricas se transformam. O movimento feminista, organizado coletivamente, surge com o objetivo de opor-se a situação subordinada das mulheres “pegando carona” nas mudanças que marcaram a história ocidental européia a partir do século XVIII, vinculado ao desenvolvimento da democracia através das Revoluções Francesa e Americana.

A racionalidade, elemento constitutivo de um novo tempo aberto pela sociedade ocidental, ora denominado modernidade, abriu espaço à transparência e a vida social ganhou mais visibilidade. Neste momento, é difícil, para não dizer impossível, ocultar a existência de sujeitos imprescindíveis à produção e a reprodução da vida cotidiana. Assim, a racionalidade moderna, somada a pressão do movimento organizado de mulheres, levou-as não só ao cenário político, mas fundamentalmente à esfera pública, buscando uma saída da obrigatoriedade da vida doméstica privada. Ao mesmo tempo, o trabalho mecânico avança na estrutura social mundial. A força de trabalho feminino, mesmo biologicamente mais “fraca” que a masculina, ganha espaço, pois agora a

diferença entre homens e mulheres não se mede por ossos e músculos. Com a industrialização os dois passam a ter mesma força necessária para o trabalho.

A participação feminina avança através do início das discussões sobre as mulheres e o tema do *gênero* nos bancos universitários, bem como na luta das ruas e praças. Nos Estados Unidos, os estudos feministas originam-se dos protestos de pesquisadoras na década de sessenta. A crítica da estrutura organizacional científica e sua hierarquia são a “ponta de lança” para elaboração de uma nova concepção sobre as desigualdades entre mulheres e homens. A princípio, enquanto *feminist* ou *women's studies*, as pesquisadoras feministas americanas iniciam a reflexão sobre a experiência das mulheres e suas aspirações. No Brasil, de forma diferenciada, as pesquisadoras feministas não procuraram criar espaços alternativos sobre o tema, mas sim integrar-se à dinâmica científica estabelecida a procura de reconhecimento científico de suas preocupações intelectuais. Os estudos feministas neste período procuravam, nesse sentido, expor e questionar a subalternidade feminina em vários aspectos sociais.

A historiadora Joan Scott (1991) destaca o comportamento dos pesquisadores não feministas a respeito da temática das mulheres. A tendência apresentada era, mesmo reconhecendo sua possível relevância teórica, descartar este tipo de estudo. Cita:

As mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente; a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica. (SCOTT, 1991, p. 34)

Assim, é lançado um desafio teórico que teve que ser respondido. Entender e constituir uma categoria de análise que seja relacional, pois mulheres e homens são indivíduos que se diferenciam sob o aspecto reprodutivo. Com efeito, só podemos defini-los correlativamente. Para tal, a substituição dos chamados estudos feministas ou das mulheres pelo termo *gênero* como categoria de análise se fez urgente. Ocorre que por um determinado tempo, em vários estudos, foi visível a substituição dos termos “mulheres” por “gênero”, mais pelo fato de ser uma necessidade de inclusão do tema nas ciências sociais, do que propriamente uma construção de um conceito que compreende a necessidade de relação entre homens e mulheres. Visando a aceitabilidade científica do campo de pesquisa relacionado ao estudo das mulheres, o conceito gênero apresentou tendência à neutralidade, pois enquanto o termo “estudo das mulheres” ou “história das mulheres” salienta a posição feminina como agentes sociais históricos, o termo “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, não se constituindo, criticamente, às análises sociais vigentes. Para tal, necessitava-se acrescentar aos estudos sobre a mulher uma noção relacional, entre homens e mulheres, com objetivo de transformar os paradigmas sociais, trazendo à luz da ciência novos temas. O uso do termo gênero destaca que tanto mulheres quanto os homens são produtos do meio social e, desta forma, suas condições de vida são variáveis e históricas.

Logo, foi largo o passo produzido nas análises sociais sobre o tema, pois chama a atenção para o fato de que parte da humanidade estava na invisibilidade. Já nas praças e ruas, na tentativa de justamente se livrar desta invisibilidade, surge uma série de transformações culturais e sociais. No embate por igualdade de gênero, três perspectivas podem ser delineadas no que se refere às teorias que caracterizam esses movimentos. A

primeira delas, denominada feminismo liberal, destaca a luta pela igualdade de oportunidades e direitos individuais, como o voto, a igualdade no mercado de trabalho, os mesmos direitos legais para os homens e para as mulheres entre outros. As críticas a esta perspectiva existem, sobretudo no que se refere à ênfase ao individualismo e a ausência de discussão e aprofundamento sobre as questões culturais, construindo desta forma uma crítica social limitada. A segunda perspectiva é o feminismo marxista, que reivindicava principalmente direitos no mercado de trabalho. Para estas feministas o Estado as tratava como instrumento de controle e opressão do capitalismo, pois como força de trabalho, atuavam enquanto exército da reserva e no trabalho doméstico serviam como instrumento de acumulação do mercado capitalista. Teoricamente, esta concepção aplicou as ferramentas de Marx aos métodos e nas análises na relação de gênero. A terceira e última perspectiva, o feminismo radical, pode ser entendido como uma fusão das duas últimas. As feministas radicais utilizam o termo para se referir a uma estrutura geral de dominação do homem na sociedade. Utilizando-se de estratégias políticas de reivindicação, seu foco é a intimidade pessoal, como casamento e relacionamentos, que para elas são apenas formas de contrato pessoal, sendo a reprodução apenas uma das muitas formas de se oprimir a mulher (BRADLEY, 1996).

Todas essas lutas e reivindicações de cunho liberal, marxista ou radical, representam uma demarcação do social sobre a natureza. De fato, todas as “limitações” femininas que faziam das mulheres mais fracas ou menos aptas a determinadas atividades do que os homens são construções da sociedade a fim de nos diferenciarmos. Diferenciar, fundamentalmente, os que têm acesso aos bens ou recursos simbólicos ou economicamente escassos, e por isso, mais valiosos, dos que não têm esse acesso.

Desta forma a natureza por muito tempo foi utilizada como principal (senão única) responsável pelas diversas formas de desigualdade humana. A fim de promover uma ruptura com as leituras biologizantes da relação entre os sexos, várias teorias de gênero foram empreendidas nesse sentido, a chamada teoria de status ou teoria dos papéis sociais, cujo em pano de fundo está presente o *indivíduo* e como a sociedade pode ser incorporada a este indivíduo; as teorias focadas nas *interações sociais*, que entende gênero como sendo construído no dia-a-dia das pessoas, e por isso estamos “a todo o momento” fazendo gênero; e as teorias focadas nas *instituições*, ou seja, através das instituições nós reproduzimos a personalidade e o comportamento que devemos ter, sejamos homens ou mulheres.

3.1.1 Abordagens ao nível do indivíduo

Uma das mais destacadas e criticadas leituras sobre gênero é sem dúvida o funcionalismo, apresentada aqui a partir da leitura de Parsons e Bales que entendem a diferença de gênero no interior da família moderna em termos de papéis “expressivos” (femininos) e papéis “instrumentais” (masculinos). Nesta concepção, apresentada como funcionalista, a família (bem como suas funções sociabilizadoras) é apresentada enquanto instituição fundamental na manutenção do funcionamento regular da ordem social. As diferenças entre as mulheres e os homens são estudadas nesta teoria através dos conceitos de papel sexual e status. Nessa leitura, as diferenças sexuais são mais evidentes e cumprem um papel mais central na instituição familiar, pois as relações entre os gêneros funcionam primordialmente para assegurar a reprodução social. Ainda reconhecem que os indivíduos se constroem através da vida social, negando, portanto as

visões biológicas e psicológicas sobre a “naturalização” das identidades humanas. Esta análise funcionalista levantou uma série de críticas, apesar de o senso comum ser contra as teorias “naturalistas”. A primeira delas é sobre sua clara legitimação do papel subordinado das mulheres limitando-a ao espaço privado, da família e da reprodução social. Ainda nesse sentido, conceber gênero somente como um papel social restringe o campo de análise ao comportamento individual, perdendo seu poder de explicação mais amplo. Por fim, entender gênero em termos de diferenças sexuais é reduzi-lo a uma única variável empírica, imutável da organização social.

Neste contexto o conceito de gênero é construído como categoria social que interfere no cotidiano das pessoas. Antes mesmo de nascer já são criadas expectativas para o novo indivíduo. A primeira pergunta a nova alma anunciada é: “É menino ou menina?” Da cor do quarto a escolha profissional, as oportunidades de vida já são construídas pela família que o espera. Sua suposta fragilidade ou virilidade já está construída no imaginário social familiar e será levado consigo por toda vida, tendo peso imponderável em suas escolhas pessoais. Mais do que uma identidade apreendida, o gênero deste novo indivíduo estará imerso nas complexas teias das relações sociais, políticas, econômicas e psicológicas entre homens e mulheres; relações estas que fazem parte da estrutura social institucionalizada da sociedade. Esta construção é dada através de processos de socialização e educação dos sujeitos para se tornarem homens ou mulheres e ainda, no estabelecimento dos padrões sociais entre eles. A teoria do status entende gênero como algo que ordenamos para fazer a vida social mais administrável. Esta teoria entende que sexo serve como fator de organização social, assim a dependência na categorização sexo como um caminho para organizar as interações

tende a criar expectativas e estereótipos de gênero. As pessoas aprendem a esperar certos tipos de comportamento e reações dos outros, baseadas na sua categoria de sexo, respondendo aos outros, baseadas no que acreditam ser esperado delas e assumem que os outros agirão da mesma forma. Essa teoria reconhece que os efeitos de gênero na interação social podem variar de situação para situação, podendo o gênero ser “ativado” mais em algumas situações que em outras. Por Maria Luiza Heilborn (1998), as atitudes e ações das pessoas que se diferenciam através do sexo variam de sociedade para sociedade, de tempos em tempos:

O comportamento esperado de uma pessoa de um determinado sexo é produto das convenções sociais acerca do gênero em um contexto social específico. E mais, essas idéias acerca do que se espera de homens e mulheres são produzidas relacionalmente; isto é: quando se fala em identidades socialmente construídas, o discurso sociológico/ antropológico está enfatizando que a atribuição de papéis e identidades para ambos os sexos forma um sistema simbolicamente concatenado. (HEILBORN, 1998).

Com efeito, em vista das sociedades modernas, estamos organizados por critérios de diferenciação, não só de gênero, mas também de raça, classe, origem regional, idade entre outros, que demonstram experiências sociais bastante diferenciadas. Cabe o destaque para a insuficiência da compreensão da sociedade observando apenas pela ótica do sexo frágil oprimido pela dominação masculina. Ou ainda, sob o ponto de vista de classes antagônicas.

É imprescindível, pois, pensar a vida social de forma articulada e concatenada com as mais diversas categorias. Somam-se a estas observações algumas críticas apontadas por Kimmel (1992). A primeira a se destacar diz respeito à singularidade dos

papéis. Os significados de masculinidade e feminilidade variam entre as culturas, através do tempo histórico, entre os homens em qualquer cultura. Desta forma não podemos falar de masculinidade e feminilidade como essência constante, singular e universal. Existe então realmente somente um papel sexual masculino e somente um papel sexual feminino? Outras diferenças (raça, classe, sexualidade, idade...) moldam e modificam nossas definições de gênero. Com efeito, a teoria do papel sexual não pode acomodar completamente essas diferenças entre homens e mulheres. Podemos assim falar de masculinidades e feminilidades. Outro ponto que merece destaque diz respeito à estrutura social. A noção de papel e a construção de gênero enquanto um set de atributos individuais dá mais atenção aos indivíduos do que a estrutura social, e sugere que o papel feminino e o papel masculino são complementares. E ainda, a teoria é inadequada na compreensão de dinâmicas de mudança. Na teoria do papel sexual, movimentos pela mudança social, como o feminismo ou a liberação gay, são movimentos pela expansão das definições dos papéis e para a mudança da expectativa desses papéis. Seu objetivo é expandir as opções de papéis para mulheres e homens, cujas vidas são constrangidas por estereótipos tendo como objetivo a redistribuição do poder na sociedade.

3.1.2 Abordagens ao nível das interações – fazendo gênero

A historiadora Joan Scott, destacada estudiosa das relações de gênero, em *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* apresenta quatro elementos inter-relacionados que visam auxiliar na compreensão mais ampla das relações de gênero. Em primeiro lugar destaca os “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Maria e Eva como símbolo da mulher – mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de

inocência e corrupção”. Tais símbolos apresentam diversas representações, mas antes de serem somente diferentes, são contraditórios, porém não excludentes. Segundo elemento refere-se a “conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher.” Exemplo disto é a obrigação comportamental “viril” para o homem e “sensível” para a mulher. Terceiro elemento é a “noção de fixidez (...) que leva a aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros” A pesquisadora defende a superação desta visão binária e ainda a restrição do uso do gênero ao sistema de parentesco, pois o gênero não é somente construído nesta instância. Há de se somar à esfera econômica e a da organização política. Por fim, o quarto elemento se refere à noção de identidade subjetiva. Aqui, percebemos como as identidades de gênero são elaboradas a partir de conceitos, imagens e símbolos, fazendo com que homens e mulheres carreguem consigo uma carga do simbólico e do cultural. A partir destes elementos, Scott propõe o estudo das relações de gênero com base nas identidades socialmente construídas e suas relações com as organizações sociais e representações culturais historicamente específicas. Este guia de investigação é proposto pela estudiosa também nas análises de outros processos sociais, com destaque para classe e raça. Nessa mesma lógica, em Kimmel, adepto da teoria social construcionista, quando dizemos que a nossa identidade de gênero é socialmente construída, significa dizer que nossa identidade é uma junção flexível de significados e comportamentos que nós construímos através de valores, imagens, prescrições que encontramos no mundo que nos cerca. Segundo o autor para alguns de nós, tornar-se mulher ou homem adulto é como seguir o curso de um rio, sem esforço,

de forma suave através de comportamentos e atitudes que sentimos familiares. Para outros, tornar-se masculino ou feminino é uma interminável tortura, um pesadelo onde somos diariamente forçados a agir de forma diferente da que gostaríamos. Neste sentido, através das interações entre os indivíduos no seu dia-a-dia, o gênero é construído, sendo fundamental para o entendimento desta análise a percepção do fato de que a interação social produz um mundo diferenciado pelo gênero.

3.1.3 Abordagens ao nível das instituições

Segundo Kimmel (1992) seria impossível explicar gênero sem o adequado entendimento sobre “o poder”. Não por ser o poder uma consequência das diferenças de gênero, mas por ser o poder o produtor destas diferenças de gênero em um primeiro plano. Como gênero, poder não é uma propriedade de indivíduos, uma posse que uns tem e outros não, mas sim uma propriedade de uma vida em grupo, de uma vida social.

Poder corresponde a habilidade humana não apenas ao ato, mas ao ato em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e se mantém na existência somente enquanto o grupo se mantém unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” nos referimos ao seu empoderamento por um certo número de pessoas que agem em seu nome. No momento em que o grupo cujo poder foi originado começa a ...desaparecer, “seu poder” também desaparece.. (KIMMEL,1992)

O argumento de que o poder é propriedade de um grupo, e não de um indivíduo qualquer, está relacionado ao argumento de que gênero é tanto propriedade de instituições, como parte de nossas identidades individuais. As instituições criam padrões normativos de gênero, expressam uma lógica institucional de gênero e são uns dos

principais fatores de reprodução da desigualdade de gênero. Com efeito, a identidade de gênero dos indivíduos molda as identidades de gênero das instituições, e as instituições expressam e reproduzem as desigualdades que compõem a identidade de gênero. Wharton (2005) cita Acker para salientar que muitas das instituições que definem as chamadas “regras do jogo”, tanto na sociedade americana como na maioria das sociedades, incorporam aspectos de gênero. Vejamos:

Gênero está presente nos processos, práticas, imagens e ideologias, e distribuições de poder em vários setores da vida social. Tomando mais ou menos o funcionamento total, a estrutura institucional dos Estados Unidos e de outras sociedades são organizadas por linhas de gênero... (essas instituições) tem sido historicamente desenvolvidas por homens, geralmente dominadas por homens, e simbolicamente interpretadas do ponto de partida dos homens em posições vantajosas, no presente e historicamente.
(WHARTON 2005,P.81)

Em outro trabalho Acker (1991) constata que as mulheres têm estado invisível na realidade das organizações, e que os comportamentos e estruturas organizacionais têm sido identificados pela neutralidade de gênero, entretanto são sempre constituídos a partir da perspectiva do masculino. Este gênero-neutro remete a uma estrutura assexual, sendo construído a partir da identidade e imagem de gênero nas instituições. Desta maneira, nos modelos organizacionais, é visível a presença de vantagens tornadas como naturais aos homens, em consequência dos processos correlacionados a essa “pseudo-neutralidade”. Um exemplo disto é a imagem dada a administradores. Para esta tarefa é exigida características de habilidade analítica e firmeza na resolução de problemas que em princípio são aspectos que estariam mais facilmente presentes no homem. Voltando ao trabalho de Amy Wharton (2005), podemos entender como as instituições se tornam uma importante fonte de opinião cultural sobre o mundo social, incluído aí opiniões

sobre gênero. As instituições constroem verdadeiros roteiros que guiam nossas vidas sem que nós mesmos possamos nos dar conta. A família ou o trabalho são poderosas instituições que servem como fontes de opinião para a maioria das pessoas sobre o que homens e mulheres devem ser, ou em o que devem se tornar. De que forma devem se comportar e o que estão aptas ou não a fazer. Essas opiniões sobre gênero também valem para as próprias instituições na maneira como elas constroem sua organização e suas práticas. Gênero neste plano não pode ser visto somente como algo de posse individual, mas sim como um aspecto importante da organização social. Parte da estrutura social e da cultura.

É justamente nesse plano das instituições que está ancorado nosso argumento de pesquisa. Defendemos a idéia de que muito embora os aspectos normativos da masculinidade hegemônica (provedor, virilidade, força, iniciativa sexual...) se encontrem em pleno processo de negociação, estas esbarram em resistências subsidiadas em parte por instituições sociais mantenedoras do padrão normativo de masculinidade como, por exemplo, família, trabalho, religião, política entre outros, cujo reflexo dessa reprodução podemos observar na divisão sexual das tarefas no mundo da casa e do trabalho.

Nesse sentido segundo Sandra Harding (1990) os esforços da teoria feminista¹⁵ não consistem em negar os postulados teóricos das varias tradições teóricas existentes, mas seu projeto é o de revisão, ou seja, dar visibilidade a dinâmica das relações de gênero propondo assim, o que ela vai chamar de *Standpoint*¹⁶, uma espécie de teoria do ponto de vista feminino. A autora chama atenção para ambição de tal projeto, uma vez que tal proposta põe em xeque a prática epistemológica até então observada, qual seja, a do gênero ignorada como força explicadora da dinâmica social.

No quadro geral das teorias sociológicas, as grandes narrativas tornaram invisíveis as relações de gênero na dinâmica da vida social. Assim sendo para os propósitos empreendidos pela presente pesquisa, o conceito de gênero elaborado pela teoria feminista nos permitirá dar visibilidade ao que era invisível.

3.2 A masculinidade como um ideal culturalmente elaborado

Costa (2004) define masculinidade¹⁷ como um lugar simbólico/imaginário de sentido estruturante nos processos de subjetivação. Diz ainda que esta se apresenta como uma significação social, um ideal culturalmente elaborado ou sistema relacional que aponta para uma ordem de comportamentos socialmente sancionados. Com esta

¹⁵ A teoria feminista foi em geral entendida, pelo menos por suas primeiras autoras, como em si mesma uma forma de política – isto é, como "política por outros meios". Pretendia facilitar a mudança no mundo da vida cotidiana analisando – e expondo – o papel que as ideologias de gênero desempenham (e têm desempenhado) no esquema abstrato subjacente a nossos modos de organização. Isso significava reexaminar nossas suposições básicas em todos os campos tradicionais do trabalho acadêmico – história, literatura, ciência política, antropologia, sociologia, etc.

¹⁶ A epistemologia do ponto de vista feminista defende que o conhecimento é socialmente situado. Às mulheres é concedido um privilégio epistemológico de um olhar diferenciado do homem.

¹⁷ A palavra masculinidade vem do latim *Masculinitate* e quer dizer qualidade de masculino ou másculo; virilidade.

definição, a tentativa do autor é a de colocar em discussão a masculinidade frente as suas características históricas, sua força de arregimentação social, sua imbricação com outros estratos, formas e sistemas simbólicos da sociedade, seu poder de indicar e orientar predicções, que definem entre outras coisas, juízos perceptíveis, cognitivos e estéticos. (COSTA, 2004, p.14)

É importante acrescentar que muitos dos estudos internacionais baseiam suas análises no conceito de masculinidade dominante ou hegemônica cuja proposição é creditada a Connell (1995), autor considerado pioneiro nessa linha de análise nos estudos sobre homens. Para Connell, a masculinidade hegemônica é definida como uma configuração de gênero que incorpora a resposta atual aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, garantindo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. A hegemonia será estabelecida somente se existir correspondência entre padrão cultural e o poder institucional, seja ele coletivo e/ou individual. Quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para a hegemonia de uma masculinidade particular são gradualmente destruídas. A hegemonia é vista como historicamente mutável. Sendo assim, Connell propõe um quadro teórico para entender as masculinidades e examinar as vinculações entre vida pessoal e as estruturas sociais¹⁸. Apresenta a complexidade das mudanças da masculinidade e suas várias possibilidades. Segundo ele, os problemas referentes à definição dos conceitos de masculino e feminino se devem ao fato de que a vida cotidiana é uma arena da política de gênero, onde os tipos de conhecimento de gênero estão em constante debate. O conhecimento sobre gênero está sujeito, portanto a explicações e pontos de vista

¹⁸ Mills C, Wright (1965) chamou essa conexão de “Imaginação sociológica”, ou seja, a habilidade de perceber as conexões entre problemas pessoais e estruturas sociais.

conflitantes que convivem tanto no nosso dia-a-dia, como no debate teórico sobre a questão. Connell lança mão do conceito gramsciano de “hegemonia” para propor a noção de masculinidade hegemônica. Incorpora em sua análise de gênero o processo e as práticas sociais que constroem a dinâmica das masculinidades, reconhecendo os processos de configuração de gênero (e das masculinidades) como dinâmicos e recortados por três dimensões: 1) Relações de poder: a subordinação feminina e a dominação masculina constituem a principal linha divisória de poder na configuração dos gêneros. Tal construção persiste, apesar das resistências articuladas principalmente pelo feminismo e pelas mudanças que vêm ocorrendo nas práticas sociais como, por exemplo, o aumento da chefia feminina nas famílias; 2) Relações de produção: a ordenação do gênero se dá no trabalho e na divisão das tarefas. Muito embora o emprego feminino tenha crescido com a incorporação das mulheres nas economias capitalistas, o ganho real de salários feminino é menor em relação ao masculino; 3) Catexis ou investimento emocional nas relações: é definida nos termos freudianos como energia emocional vinculada a um objeto de desejo. As relações que se estabelecem entre o objeto desejante e objeto do desejo podem ser consensuais ou coercitivas, independentemente se o prazer obtido é igualmente dado e recebido.

A proposta de Connell avança no sentido de centrar sua análise na dinâmica dos processos e relações por meio das quais homens e mulheres se inserem na dimensão de gênero. No entanto, parece-me um pouco estreita tal proposta, pois acaba aprisionando os indivíduos dentro de uma classificação (ainda que cada indivíduo possa ser dominante em relação a um tipo, e subordinado em relação ao outro), mostrando ser de difícil operacionalização.

O que acho útil reter da proposta de Connell para o meu trabalho é a idéia de múltiplas masculinidades, as quais estão social, cultural e economicamente inscritas em um tempo histórico. Essa noção nos permite reconhecer a diversidade das experiências masculinas no decorrer do curso da vida dos homens. Sendo assim, no decorrer do meu trabalho referir-me-ei a valores predominantes ou hegemônicos da masculinidade. Esses valores seriam aqueles socialmente aceitos e exaltados por uma determinada sociedade ou grupo social, em um determinado período do tempo. Tem, portanto, caráter histórico e mutável. Isso me parece mais interessante e útil do que tentar classificar masculinidades de acordo com um esquema teórico construído a partir de realidades culturais e sociais distintas da nossa. Por fim, é importante ressaltar que os valores predominantes operam no sentido de exercer um poder organizador e controlador sobre homens e mulheres. Dessa forma, interessa aqui enfatizar o processo de convivência entre valores hegemônicos da masculinidade e valores recém-adquiridos, assim como o permanente processo de transformação dos valores e disputa pelo poder e pela legitimidade social e cultural.

Partindo então da definição de masculinidade, como sendo um ideal culturalmente elaborado e, sobretudo, situacional¹⁹, proposta por Costa (2004) e articulada à idéia de masculinidade hegemônica elaborada por Connell (1995) estudar as relações de gênero centradas numa perspectiva masculina, ou seja, procurar perceber como os homens significam o trânsito lar/trabalho das mulheres nessa nova configuração das relações de gênero constitui-se um empreendimento relativamente recente, isso porque de um modo

¹⁹ Os estudos sobre masculinidade vêm caracterizando-se pela ênfase nas condições e nos contextos que se colocam para os homens vivenciarem as diversas masculinidades. De um modo geral tais estudos buscaram identificar e analisar como os homens atualizam os valores hegemônicos masculinos, considerando as matrizes culturais e históricas em que interagem.

geral os estudos de gênero vinham concentrando-se basicamente nos estudos sobre mulher, no entanto, essa lacuna vem sendo preenchida por esforços de pesquisa como esta. Porém, mais do que preencher uma lacuna²⁰ nos estudos de gênero, o estudo da masculinidade como objeto de pesquisa nos estudos de gênero, vem demarcar um profundo amadurecimento do debate teórico acerca das relações de gênero. Esse amadurecimento do qual me refiro não se trata do fato do homem ter sido inserido nos estudos, pois pesquisar e escrever sobre os homens e masculinidades não é algo novo ou inusitado, estes sempre foram objeto de pesquisa nas ciências sociais, estudos sobre classe trabalhadora, as gangues, delinquência, os papéis sexuais na família, sobre sexualidade e identidade, além de muitos outros, tangenciaram o tema, mas nunca chegaram a colocar o homem, em sua condição de ser masculino, enquanto tópico essencial do debate acadêmico²¹. A esse respeito Costa (2004) diz:

“Quando algo que sequer reparávamos, pois funcionava a contento, deixa de assim proceder, logo percebemos sua importância e sua função até então assumidas sem maiores problemas”. (COSTA, 2004, p.141)

É aqui que os movimentos feministas tiveram papel importantíssimo, ao desafiar essa posição de superioridade natural que os homens historicamente ocuparam e

²⁰ Nas décadas de 80 e 90, surgiram muitos estudos sobre os homens e masculinidades, realizados na sua maioria por pesquisadores homens dos EUA, Austrália, Canadá e Inglaterra, que se inseriram no campo dos estudos de gênero. De maneira geral a literatura internacional sobre masculinidades tem focalizado a dinâmica das relações de poder entre os sexos. Esses estudos convergem em relação ao crédito dado ao feminismo pelo avanço teórico e metodológico do conceito de gênero. (Kimmel, 1987; Connell, 1995).

²¹ Temas como violência e paternidade surgiram como aspectos importantes das experiências masculinas e foram sendo gradativamente incorporados aos estudos de gênero, tanto no âmbito internacional como nacional. As pesquisas recentes sobre homens e masculinidades vêm, de certo modo, seguindo os mesmos passos teóricos e metodológicos percorridos pelos estudos de gênero de enfoque feminista, em que a definição normativa de masculinidade é vista como dominante, mas não como única versão. De acordo com Kimmel e Messner (1995) o desafio a concepção de masculinidade dominante surgiu de homens cujas masculinidades são vistas como desviantes, como os homossexuais. O entendimento de que não se pode falar de masculinidade e feminilidade no singular tem sido a tônica de várias elaborações teóricas nesse campo de pesquisa na década de 80 do século passado.

ocupam. Tal postura de enfrentamento e visibilização da masculinidade como uma estrutura de poder que predispõe comportamentos socialmente sancionados em situações distintas, promoveu no campo teórico das relações de gênero um intenso debate sobre a crise da masculinidade. Vejamos mais de perto os desdobramentos teóricos que tal debate a cerca da crise da masculinidade suscitou.

3.2.1 Construções em ruínas: crise da masculinidade

Alguns autores e historiadores apontam uma crise em relação à masculinidade já no final do século XIX, como já dito anteriormente, quando o movimento feminista começa a contestar mais diretamente algumas das prerrogativas masculinas mais tradicionais, como por exemplo, o direito ao voto que era restrito aos homens.

Para o antropólogo Sérgio Carrara²² (2006) do ponto de vista histórico essa crise da masculinidade teria de ser remetida pelo menos ao final do século XVIII, ao período das revoluções burguesas, onde diversos tipos de hierarquias sociais foram questionados entre elas as hierarquias de gênero, que posiciona homens e mulheres de maneira diferente na sociedade.

²² Sérgio Carraga é doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor pela University of Chicago, professor adjunto do programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Publicou dois livros: Tributos a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40 e Crime e Loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século.

A partir dos ideais de igualdade e libertários dessas revoluções as hierarquias que se mantiveram depois delas e durante todo o século XIX permaneceram numa crise contínua (CARRARA, 2006). A emergência dos estudos sobre masculinidade, na concepção do autor, deve ser considerada como uma espécie de sintoma de um processo mais amplo de desarticulação e corrosão do poder masculino, constituído um ponto mais evidente dessa “crise”. Isso porque, para Carrara (2006) no momento em que essa identidade masculina se visibiliza, ela se fragmenta, os estudos sociológicos e antropológicos vão falar em masculinidades e não mais de masculinidade.

O autor ao discutir esse processo de fragmentação, parte da idéia de que num período bem anterior ao século XX a identidade masculina se encontrava dividida entre duas versões muito diferentes. Uma versão que ele chama de agonística (guerreiro), ligada a morte, e uma versão domesticada (pai de família). Carrara (2006) desenvolve um argumento dizendo que essas duas versões sempre tiveram presentes na configuração da identidade masculina. De um lado o autor nos apresenta uma dimensão da identidade masculina baseada na idéia de excessos sexuais, e também excessos de várias ordens (violência, aventura, risco, desenraizamento e enfrentamento de morte). Essa dimensão da identidade masculina está ligada a certos aspectos do código de honra tradicional masculino que colocava esses valores, considerados transcendentais, acima dos valores da família e em alguns contextos mais importantes do que a própria comunidade e a religião. Somente como exercício, imaginemos, por exemplo, que no século XIX se um homem fosse desonrado, ele jamais poderia evitar um duelo dizendo que ele tinha filhos para criar. Desse ponto de vista o autor identifica uma dimensão

anti-social constitutiva da identidade masculina geralmente associada à juventude²³. Essa versão se opõe à domesticada, do pai de família (provedor, trabalhador, pacato, previdente, doméstico). De acordo com Carrara (2006) essa versão tem algo de feminino num certo sentido, se comparado a versão do guerreiro.

Sociólogos e antropólogos contemporâneos apontam para outros estilos de masculinidades que se constituem a partir da relação entre marcador de gênero, a masculinidade agora visível, com outros marcadores sociais como idade, geração, classe, raça e orientação sexual. Dito de outra maneira, estilos de masculinidade se sucedem na vida de um indivíduo ou na vida de uma sociedade e se relacionam enquanto masculinidades hegemônicas e subalternas para usar as expressões utilizadas por Connell (1995), em outras palavras elas se hierarquizam. O que vale dizer que as identidades masculinas elas não são construídas apenas em relação de oposição ou complementariedade e simetria às identidades femininas, mas também a outras identidades masculinas.

Tal processo de crise da masculinidade provocado em parte pela fragmentação da identidade masculina, segundo Carrara (2006), projeta versões concorrentes entre si mesmas dispostas sobre um contínuo, onde os pólos são tipos ideais de masculinidade e feminilidade. No pólo da masculinidade encontramos: o sujeito por excelência, autonomia, agência, livre arbítrio... E no pólo da feminilidade: objeto, descontrole,

²³ Poderíamos mencionar vários arquétipos aqui denominado de agonístico: Os caubóis americanos, os malandros brasileiros, os chefes de tráfico das favelas cariocas, os mafiosos italianos..... são todos heróis e anti-heróis simultaneamente - não constituem família, são justiceiros, desterritorializados.

heteronomia, penetrabilidade. Temos dois pólos, mas as identidades masculinas se disporiam entre eles de modo a projetar várias identidades.

Essa tensão colocada por Carrara (2006) entre essas versões concorrentes de masculinidade que acabamos de falar, nos parece particularmente útil no sentido de nos possibilitar ampliar as lentes com as quais enxergamos a dinâmica das relações de gênero que nos propomos estudar, entendendo que essas versões vão sendo atualizadas de acordo com os contextos sociais e culturais nos quais estão inseridos.

3.3 A questão do poder nas relações de gênero

Retomando a discussão acerca do poder iniciada anteriormente na sessão “plano das instituições”, acreditamos que entender a questão do poder e em especial do poder nas relações de gênero constitui-se um elemento fundamental na construção desta tese, uma vez que tal entendimento nos proporciona uma melhor compreensão do modo como os homens significam o trânsito lar/trabalho das mulheres nessa nova configuração das relações de gênero, onde os modos hegemônicos de ser homem foram questionados em sua essência. Vejamos de que forma nos apropriamos desse conceito.

Julieta Kirkwood (1986), ao discutir os nós do poder afirma:

...O poder não é, o poder se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que os outros façam ou pensem. (KIRKWOOD, 1986, p.64)

Seguido essa mesma linha, Marcela Lagarde (1993) vai mais adiante e define poder como:

... A capacidade de decidir sobre a própria vida. Como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais, aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos (...). Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição, domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo acumula e reproduz o poder. (LAGARDE, 1993, p.154)

Como podemos ver, estes conceitos de poder vão além do poder político formal presente no âmbito do Estado, do poder resultante das hierarquias funcionais. Em nosso trabalho partimos do pressuposto de que o poder opera em todos os níveis da sociedade. Entendemos que as instituições e as estruturas do Estado são elementos dentro de certas esferas de poder, cujas concepções se fundem na complexa rede de relações de força, nesse sentido podemos dizer que este é um aspecto inerente a todas as relações do mundo social.

Retomando Scott (1996) com relação à questão do poder, a mesma diz que o gênero dá significado as relações de poder, é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. No caso desta tese o entendimento da forma como se articula gênero e poder nos parece particularmente útil, na medida em que nos possibilita compreender como funcionam as estruturas do patriarcado²⁴ no conjunto da sociedade. Nosso argumento de tese sustenta a idéia de que o domínio patriarcal apresenta na sociedade distintas manifestações, ele está presente no cotidiano do mundo

²⁴ Patriarcado é a organização sexual hierárquica que confere privilégios aos homens.

doméstico e do mundo público. Segundo Bourdieu essa divisão desigual do poder operado pelo patriarcalismo que confere aos homens a posição dominante e as mulheres a posição subalterna, perpassa toda estrutura social. O autor diz que a dominação masculina estende-se por todas as instituições e processos justificada sob a afirmação de diferenças biológicas, o que Bourdieu vai chamar de biologização do social ou socialização do biológico.

Feito então essa breve exposição da forma como utilizamos conceitos de gênero, poder e masculinidade na construção teórica da presente tese, vejamos de que maneira esses conceitos se articulam aos postulados teóricos estruturalistas elaborados por Bourdieu.

3.4 Poder simbólico, campo e habitus na dinâmica do gênero

O autor sugere que as ações dos indivíduos e a estrutura social estão estreitamente relacionadas. Isso significa dizer que se a estrutura social existente condiciona a ação dos indivíduos, ela pode não obstante ser transformada por essa ação. Sendo assim, para um melhor entendimento dessa dinâmica entre agente e estrutura utilizaremos as concepções de poder simbólico, campo e habitus desenvolvidas por Bourdieu. A fim de entendermos de que forma vem se construindo os processos de negociação da masculinidade identificados nas várias pesquisas empreendidas nesse campo²⁵.

²⁵ Para maiores aprofundamentos dessa questão ver: Almeida (1995); Costa (1995); Heilborn (1998); Kimmel (1993); Nolasco (1993) entre outros.

Na perspectiva de Bourdieu (2000), os símbolos afirmam-se como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. Já o campo surge como uma configuração de relações socialmente distribuídas, que através da distribuição das diversas formas de capital - no caso da cultura, o capital simbólico - os agentes participantes em cada campo são munidos com as capacidades adequadas ao desempenho das funções e à prática das lutas que o atravessam. As relações existentes no interior de cada campo definem-se objetivamente, independentemente da consciência humana, onde na estrutura objetiva do campo (hierarquia de posições, tradições, instituições e história) os indivíduos adquirem um corpo de disposições, que lhes permitem agir de acordo com as possibilidades existentes no interior dessa estrutura objetiva: o habitus. Desta forma, o habitus funciona como uma força conservadora no interior da ordem social.

Dito isto, vejamos mais de perto como ele desenvolve cada uma dessas perceptivas teóricas. Sua obra intitulada de “a dominação masculina”, importante estudo que oferece subsídios a temática das relações de gênero, onde através do trabalho etnográfico realizado numa tradição estrangeira, a dos montanhese bérberes de Cabília, o autor se propõe a trabalhar a dimensão propriamente simbólica da dominação masculina, tomando este tipo de dominação como exemplo por excelência da violência simbólica (suave, insensível e mesmo invisível a suas próprias vítimas) que se exerce pelas vias puramente simbólicas da comunicação, do conhecimento e também do sentimento. Bourdieu entende como poder simbólico:

“O poder de constituir ou de transformar a visão do mundo, deste modo, a ação sobre o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente

daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma “illocutionary force”, mas que se define numa relação determinada, e por meio desta, entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz a crença.”(BOURDIEU, 1989, p.14)

Bourdieu (2000) aborda ainda os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural. Seu objetivo é realizar uma etnologia com o propósito de quebrar a aparente relação familiar que nos liga a nossa cultura ocidental moderna²⁶, apoiando-se assim na análise da sociedade Cabila para tal feito.

Ainda nesse mesmo trabalho Bourdieu (2000) apresenta suas considerações sobre o que considera como as estruturas de dominação entre os sexos tomando como base o universo social Cabila. Segundo o autor, tal estrutura está presente de modo concomitante, em estado objetivado em todo mundo social e em estado incorporado nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Em outras palavras, sua tese é a de que a reprodução da dominação é conseguida porque as mulheres são instruídas para assimilarem o mundo de acordo com as categorias próprias do pensamento masculino. Por sua vez, este esquema produz uma lógica na qual a força da ordem masculina ao mesmo tempo em que se manifesta não necessita de justificação, uma vez, que tal esquema é produto de um trabalho incessante (portanto histórico) de reprodução para o qual contribuem

²⁶ Através desse estudo, o autor propõe uma reflexão da sociedade americana e européia, acerca da incorporação da dominação. Bourdieu (2000) mostra que esta dominação se dá a custa de um forte trabalho de coletivo de socialização difusa e contínua, onde as identidades distintivas que a arbitrariedade cultural institui se encarnam em habitus.

agentes específicos e instituições (especialmente, Estado, igreja, escola e família), onde a violência simbólica promove uma naturalização do que é histórico e culturalmente construído.

O autor constata ainda, que o homem de certo modo constitui-se prisioneiro de tais estruturas, pois a virilidade constitui-se um ideal sempre buscado e ao mesmo tempo inatingível. A virilidade, afirma o autor, é uma noção iminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de “medo” do feminino (BOURDIEU, 2000, p.59). Sendo assim para o autor, a dominação não está inscrita em uma natureza, mas esta é produto de um trabalho de socialização, ou seja, construído socialmente, onde instituições socializadoras como a família, a escola, a igreja e o próprio Estado, se revestem de uma ideologia tornada inconsciente ao longo do processo de socialização.

Percebemos então que as reflexões de Bourdieu partem do pressuposto de que o indivíduo e suas ações não são unicamente responsáveis pela formação do todo social – a sociedade. Compreender a subjetividade de cada homem como sujeito legitimado no espaço público pela sociedade não nos leva a uma compreensão mais acabada do fenômeno da divisão social dos papéis masculino e feminino tão arraigado no conjunto da sociedade. De igual modo, assumir uma postura estruturalista considerando o sujeito como mero executante de algo que lhe é imposto exteriormente e objetivamente programado, reduz o agente a um autômato escravizado por algo que não nasce, nem pertence a si mesmo e o torna desprovido de toda a capacidade criativa de intervenção e criação na sociedade a que pertence. Sendo assim, optamos por analisar o tema aqui proposto, seguindo orientações que ao mesmo tempo enfatiza o sujeito e a estrutura.

Os trabalhos de Bourdieu no geral estão centrados na interrogação de como um sistema opressivo e explorador se estabiliza e se reproduz. Em suas palavras diz:

“Se eu tivesse que caracterizar meu trabalho em duas palavras (...), se eu tivesse que lhe aplicar um rótulo, eu falaria de Constructivist Structuralism ou Structuralist Constructivism. Por estruturalismo (...) quero dizer que existem no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos (...) estruturadas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas ou representações. Por Construtivismo quero dizer que há, de um lado, uma gênese social de esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo habitus, e de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos”. (BOURDIEU, 1989, p.311)

A proposta sociológica de Bourdieu é de síntese, onde se leva em conta tanto a estrutura quanto o sujeito. Ao tentar esta síntese, Bourdieu vai de encontro às duas linhas de abordagem sociológica que fundamentam a discussão da problemática dicotômica agente social *versus* estrutura social. Temos então, num pólo, o conhecimento objetivo durkheimiano que reifica a sociedade, como algo exterior ao indivíduo, como coisa, onde o agente social se apresenta como única e exclusivamente executante de uma estrutura objetivamente programada exterior a si mesmo. No outro pólo, temos a sociologia compreensiva de Weber e o conhecimento fenomenológico que parte do indivíduo, do sujeito, para definir fenômenos sociais. O todo social só pode ser apreendido através das ações individuais. A ação não é mais entendida como mera execução de regras, mas sim como centro de significação. Para Weber a sociedade não é algo exterior ao sujeito e tampouco algo reificado. A sociedade não existe enquanto

totalidade, mas existe nas diversas interações dos indivíduos que a compõem e na sua subjetividade.

Bourdieu vai então reintroduzir o agente social negligenciado pelo objetivismo e, ao mesmo, tempo colocá-lo em ação num campo objetivamente estruturado, ou seja, os agentes sociais entram em ação num espaço social onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. Os atores se defrontam e interagem em relações de poder. Para conceituar esta idéia de estrutura bourdieuniana, o mesmo retirou do baú da filosofia escolástica a idéia de *modus operandi*, que segundo o autor trata-se de disposição pra se operar em determinada direção, a que chamou de *habitus*. Esta é a ponte de mediação encontrada por Bourdieu para resolver a questão agente/estrutura. Como ele mesmo define *habitus* é:

“Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas e estruturantes, isto é, como princípio que gera a estrutura, as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que por isso sejam o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim sem que se tenha a necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingí-lo, mas sendo ao mesmo tempo coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983, p.15)

Em outras palavras, o *habitus* orienta e dá forma as ações do indivíduo. Como ele mesmo é produto das relações sociais, tem tendência para reproduzir as mesmas relações que o geram. Essa estrutura vai então relacionar a ação do agente social à sociedade como um todo. A ação encontra-se objetivamente estruturada sem ter sua origem necessariamente na mera obediência às regras ou na motivação do ator para atingir determinado fim consciente. O indivíduo interioriza assim normas e valores e também sistemas de classificação que vão permitir que ele seja capaz de distinguir os

elementos que identificam o seu campo social. Os elementos interiorizados vão direcionar as escolhas e as ações do agente. O *habitus* é interiorizado no indivíduo, é adquirido através de processos de aprendizagem (escola, família) e da experiência, se transformando gradualmente em percepção geradora de ação e classificação. A objetividade é interiorizada não sendo mais algo externo ao indivíduo, o *habitus* é então social e individual, pois se refere tanto ao grupo social que o incorpora quanto ao indivíduo que o interioriza. Esta interiorização é subjetiva, mas não é exclusivamente individual (ultrapassa assim a questão do sujeito). O que assegura a homogeneidade do *habitus* é precisamente o fato de este ter sido gerado no seio de relações sociais. Os indivíduos que interiorizam um *habitus* vão interiorizar representações objetivas mediante as posições sociais que ocupam, reproduzindo assim as mesmas relações que geraram esse *habitus*. A estrutura de um *habitus* anterior vai conduzir a estruturação de novos *habitus* posteriores. Bourdieu (1970) consegue então desenvolver uma teoria prática onde o sujeito é considerado em função das relações objetivas que estruturam a sociedade, considerando na sua teoria as necessidades subjetivas do agente e a objetividade estruturada da sociedade.

Segundo Bourdieu (1989), a prática é definida como produto da relação entre o *habitus* e a situação e acontece num espaço socialmente pré-determinado e estruturado. Esse espaço é o *locus* onde o ator se encontra inserido em posições pré-fixadas e no meio do qual ele age. A esse *locus* Bourdieu chama de *campo*. Estes posicionamentos pré-fixados e a estruturação de relacionamentos vão possibilitar ou não a efetivação da ação do agente. As chances de efetivar a ação encontram-se pré-determinadas e

objetivamente estruturadas no interior do campo. Este é então o espaço onde se manifestam relações de poder.

A interação entre os agentes sociais implica numa relação de poder. O que vai determinar a posição social do agente e conseqüentemente o seu nível de poder é a posse do que Bourdieu chama de capital social, que vai estruturar o campo entre dois pólos opostos: os dominantes, que são aqueles que se encontram na posse máxima de capital social e os dominados que se caracterizam pela ausência ou raridade de capital social. Este capital social é constituído por bens simbólicos, que não são necessariamente constituídos pelo capital econômico.

Segundo as reflexões aqui empreendidas, podemos dizer então que a construção dos gêneros está, portanto imbricada ao processo de socialização, formação e educação dos sujeitos. Observando que as formas de ser homem e mulher, devem ser circunstanciadas ao espaço e ao tempo em que se manifestam, definindo-se, portanto, como construções sociais e históricas particulares de sujeitos femininos e masculinos, construções estas que se fazem de acordo com diferentes modelos, ideais, imagens que tem as diferentes classes, raças, religiões e etc., sobre mulher e sobre homem. E na concepção de Bourdieu, tais construções sociais dos sexos não se dão, contudo, sem atingir a reprodução do sujeito particular que é o que delimita a escala mínima do processo reprodutivo, tornando-se impensável fora da rede que a vincula com outras dimensões. Em suas próprias palavras:

“O golpe de força que o mundo social exerce sobre cada um dos sujeitos consiste em imprimir em seu corpo (...) um verdadeiro programa de

percepção, de apreciação e de ação que, na sua dimensão sexuada e sexuante, como em todas as outras, funcionam como uma natureza (cultivada, segunda), isto é, com a violência imperiosa e (aparentemente) cega da pulsão ou fantasma (...). Ao se aplicar a todas as coisas do mundo, a começar pela natureza biológica do corpo (...) este programa social naturalizado constrói a diferença entre os sexos biológicos de acordo com os princípios de divisão e visão mítica do mundo, princípio que são eles mesmos o produto da relação arbitrária da dominação dos homens sobre as mulheres, a qual esta inscrita na realidade do mundo, enquanto estrutura fundamental da ordem social". (BOURDIEU, 2000, p.112)

Feito então essa explanação, necessária ao entendimento do desenho teórico da tese, acreditamos que os conceitos fornecidos por Bourdieu articulados à teoria feminista e masculinista sobre gênero, poder e masculinidade nos possibilitou ampliar os horizontes iniciais acerca do nosso objeto de pesquisa, nos fornecendo uma maior compreensão a cerca da forma como os homens da nossa pesquisa significam o trânsito lar/trabalho de suas companheiras e colegas de trabalho.

CAPÍTULO IV

TRABALHO FEMININO: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

Até aqui temos enfatizado os caminhos seguidos pela pesquisa, quanto às escolhas teóricas e metodológicas, procurando situá-las ao nosso objeto de pesquisa. Expomos no primeiro capítulo as várias pesquisas que tem tratado a questão do gênero numa perspectiva masculina, mostrando os principais enfoques levantados por esses estudos, com o objetivo de demonstrar em que lugar dentro do campo dos estudos de gênero se localiza o foco da nossa pesquisa. Logo em seguida falamos das escolhas teóricas e metodológicas que vem orientando a nossa pesquisa expostas nos capítulos dois e três. Posto isto, gostaríamos então no presente capítulo de nos dedicar a demonstração de um quadro panorâmico acerca do trabalho feminino no Brasil. Desta feita, nossa intenção constituí-se em entender de que maneira a mulher vem se inserido no mercado de trabalho para posteriormente contrapor esse quadro de inserção feminina ao discurso masculino elaborado por nossos informantes.

4.1 Trabalho feminino no Brasil

As transformações ocorridas nas diferentes esferas da economia capitalista nas últimas duas décadas e que afetaram tão diretamente o mundo do trabalho, tem sido associadas à crise do fordismo, à transformação da base técnica com o desenvolvimento das tecnologias da informação, mas também, e talvez fundamentalmente, à emergência e difusão em escala global de novos paradigmas de organização e gestão da produção e

do trabalho que tem como orientação mestra, a busca de qualidade e flexibilidade ao menor custo.

No Brasil, este processo de mudanças identificado desde o final dos anos 70 na indústria, ficou conhecido como reestruturação produtiva. A reestruturação produtiva significa a emergência de um novo padrão de acumulação que reorienta o conjunto das relações sociais, transforma não apenas a organização da produção, os mercados e as relações de trabalho, mas também reconfigura o mundo do trabalho e a própria classe trabalhadora. Uma das faces mais visíveis dessas transformações, ou seja, a busca desenfreada pelo aumento de produtividade e pela competitividade tem se constituído em um processo destrutivo que elimina postos de trabalho, aumentando o número de desempregados, provoca uma enorme precarização do trabalho e a exclusão de milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Através das distintas formas de subcontratação, da realocização de grandes fábricas e da desterritorialização do espaço produtivo, tornado possível pela revolução da informática, esse processo transforma o universo do trabalho, aumentando a diversidade, a heterogeneidade e a complexidade da classe trabalhadora.

Os trabalhadores fabris, com contratos permanentes, são reduzidos ao mínimo, ao mesmo tempo em que se impulsiona, em escala global, o crescimento do trabalho precário, terceirizado, informal, temporário ou em tempo parcial, a recriação de antigas modalidades de emprego como o trabalho domiciliar, que surge tanto na ponta superior das cadeias produtivas através do trabalho técnico altamente especializado, quanto na sua ponta inferior através do trabalho por peça, e as chamadas “cooperativas de

trabalho”. Estas modalidades que configuram *o novo proletariado fabril e de serviços* (ANTUNES, 1999) são perpassadas e marcadas pelas desigualdades de gênero, raça, etnia e de geração. A reconfiguração da classe trabalhadora se deu aprofundando essas desigualdades na mesma medida em que também se ampliaram a fragmentação e a heterogeneidade entre os/as que vivem do trabalho, esgarçando os laços de solidariedade e as bases da identidade de classe.

Nesta medida é que podemos falar dos *múltiplos sentidos e significados do trabalho* no mundo contemporâneo. Sentidos que são vivenciados de forma objetiva, concreta e subjetivamente de modo distinto por homens e mulheres.

Posto isso, podemos dizer que a crescente participação feminina no mercado de trabalho no Brasil é um fenômeno que na última década tem sido muito estudado por autores como, Lavinhas (1997), Wajnman e Perpétuo (1997), Lavinhas e Linhares (1996), Barros, Jatobá e Mendonça (1995), Bruschini (1995) e Abreu (1993), e a mesma tendência ocorreu em todo o continente latino-americano Abramo e Armijo (1997).

No Brasil, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu cerca de 13 pontos percentuais entre 1950 e 1980, chegando nos anos 90 a beirar os 40%, Barros, Jatobá e Mendonça (1995), nas regiões metropolitanas, atingiu 44,53% (PME/IBGE). No entanto, a entrada das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada de uma diminuição das desigualdades profissionais entre os sexos. O

emprego feminino continua sendo concentrado em alguns setores de atividades e agrupado em um pequeno número de profissões, embora numa proporção menor, sendo essa segmentação a base das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Essa segmentação é produzida em grande medida por uma lógica que opera em todos os níveis da estrutura social que a do patriarcado, onde a lógica do mundo privado que conferem as tarefas mais repetitivas, manuais e detalhistas às mulheres, acabam sendo incorporado também no mundo trabalho, segmentando assim homens e mulheres nos processos produtivos.

Os estudos mais recentes na sociologia do trabalho têm apontado para um aumento no número de mulheres trabalhadoras concomitante à sua precarização. Segundo Schweitzer (2003), a história do mercado de trabalho, no que se refere às mulheres, tem se mantido fechada, relegando as mulheres às esferas da precariedade, “identificadas como simples e famosa mão-de-obra de apoio” (p.55)

Segundo Posthuma (1998), o trabalho feminino é caracterizado por vários tipos de exclusão, como por exemplo, segregação setorial em determinados grupos de ocupação, pequenas chances de ascensão profissional, trabalho em condições precárias ou no setor informal, menor remuneração por hora trabalhada, baixa mobilidade social, etc.

Essa realidade pode esconder um aspecto importante com relação à ocupação feminina: como as mulheres não chegam a ter uma profissão tão definida como os

homens, mas aceitam participar do mercado de trabalho em ocupações pouco definidas e menos especializadas, talvez seja esse aspecto que explique em parte a manutenção de seu patamar de participação na indústria de transformação, certamente essa é uma questão significativa, no entanto, foge por hora, ao escopo dessa pesquisa. Araújo *et al* (2004) ratifica essa idéia, concluindo que a evolução do trabalho feminino no Brasil tem indicado a existência concomitante de continuidades e mudanças. As continuidades seriam observadas no grande contingente de mulheres (36 % das mulheres contra 10 % dos homens, segundo dados do IBGE e PNAD) inseridas no mercado de trabalho em posições não qualificadas, precárias quanto ao vínculo empregatício, mal remunerado e sem proteção social. As continuidades poderiam ser vistas também, na permanência de alguns nichos ocupacionais nos quais sempre predominou a mão-de-obra feminina, como por exemplo, o ensino, os serviços de saúde, ocupações administrativas ou burocráticas, como por exemplo, secretárias, recepcionistas, auxiliares de escritório, serviços de limpeza, higiene pessoal, alimentação (cozinheiras) e costura. Porém, poderiam se observar a ocorrência de mudanças, com a inserção feminina em setores de atividades e profissões, antes reservadas aos homens, como por exemplo, nas profissões de nível superior (dentistas, juristas, farmacêuticas, engenheiras) ou mesmo em áreas técnicas.

Sendo assim, a inserção da mulher no mercado de trabalho, a despeito de sua precariedade, é uma constatação que já vem sendo observada há muito pela literatura especializada. Lavinhas (1997) diz que as mulheres estão melhorando sua posição em alguns segmentos de ocupação. No entanto, são observadas algumas diferenças, especialmente de remuneração em relação aos homens, mesmo quando comparado com

os mesmos níveis de escolaridade. Para a autora, as mudanças em curso na economia têm levado a uma intensa mudança dos postos de trabalho e modificando, portanto, o perfil da demanda (com vantagens para a mão-de-obra feminina). Segundo a autora, a mulher estaria se adaptando melhor a essa nova demanda, em razão do seu diferencial de gênero, como por exemplo, uma maior escolaridade, espessura cognitiva, social e pessoal. Em outras palavras, a mulher estaria se adaptando mais rapidamente as novas demandas postas pelo mundo do trabalho que requer a coordenação simultânea de várias competências profissionais que não se restringe somente a qualificação técnica somente. No entanto, quando olhamos mais profundamente essa vantagem que em tese as mulheres teriam frente às novas demandas, esta esconde uma forte ideologia de gênero, onde as capacidades femininas para lidar com ambientes de tensão, estar mais atentas e sensíveis ao conjunto dessas novas demandas, são em grande medida justificadas em função de uma essência feminina adquirida durante toda uma vida e que de certa forma o mundo da casa as propiciaram. Aliás, em boa parte dos discursos elaborados por nossos informantes acerca da forma como percebem a inserção feminina no mercado de trabalho essa foi uma idéia fortemente pontuada.

Desde o esgotamento da etapa substitutiva de importações (final dos anos 70) a estrutura industrial brasileira sofreu transformações que passaram pelo processo inflacionário dos anos 80/90, abertura comercial iniciada em 1990 e ciclos recessivos, configurando um violento processo de ajustamento: difusão de programas de contenção de despesas, racionalização de métodos produtivos e perfis gerenciais, além da melhoria da qualidade dos produtos. Essa reestruturação industrial provocou entre 1989 e 1994 uma redução de 24,6% no número médio de empregados por estabelecimento

industrial²⁷. Em consequência, o mercado de trabalho nacional vive uma grande turbulência: os novos postos de trabalho que foram gerados são em parte devidos ao crescimento do segmento informal — composto pelos empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e microempresários. Como essas transformações produtivas mudaram as relações de trabalho em relação aos mercados das empresas, seja pelo processo de terciarização ou de terceirização, esta é uma pesquisa ainda a ser feita — sobretudo num corte de gênero.

O mercado de trabalho brasileiro ao longo dessas últimas décadas demonstrou uma grande capacidade de geração de novas ocupações, com outras relações de trabalho, isto é, fora do marco legal, apesar da recessão e da reestruturação produtiva. A preferência pelo sexo feminino, numa hora de desregulamentação do mercado de trabalho, talvez reflita o aspecto cultural de que as mulheres são vistas socialmente como mais submissas (SAFFIOTI, 1984). O porquê dessa visão é, em parte, devido a que muitas delas são chefes de família com responsabilidades pesadas nas estratégias de sobrevivência do grupo doméstico, mas também pode se afirmar que estas foram historicamente socializadas para dizer *sim*. (TARRÉS, 1997). Todavia, essa não é uma pergunta que este trabalho vai tentar responder, ficando a indagação para uma futura investigação.

²⁷ Sabóia, (1998) afirma que essa redução está correlacionada à utilização de técnicas e métodos de gestão da produção e que as últimas tiveram um papel significativo sobre a capacidade de geração de empregos industriais.

É bem verdade que essa absorção das mulheres no mercado de trabalho se deu por meio da geração de novas ocupações com baixa qualidade do posto de trabalho, precarização das relações de trabalho e queda nos rendimentos dos trabalhadores. Mas, mesmo assim, na segunda metade dos anos 90, essa dinâmica perversa foi alterada pelo fantasma do desemprego. Quer dizer, a novidade é que na década de 80 as variações no emprego seguiram de perto as variações no nível de atividade industrial, enquanto que na década de 90 ocorreu uma redução muito mais acentuada no emprego do que na produção, como concluíram os trabalhos de Carvalho (1994), Feijó e Carvalho (1994) e Carvalho (2000): houve queda do emprego industrial e perda de capacidade do setor manufatureiro para gerar novos postos de trabalho²⁸. É preciso ressaltar que essas mudanças no mercado de trabalho foram diferenciadas, dependendo do setor econômico. Para a indústria de transformação fica muito mais difícil a precarização das relações de trabalho, afinal fábrica é uma unidade produtiva com muita visibilidade e a mudança nas relações de trabalho não acontece se esta não for negociada com o Estado. Por exemplo, para o Brasil, uma das formas de contornar esse problema foi à criação do contrato temporário, que atende, sobretudo a uma demanda do setor industrial. Para as atividades de serviços a flexibilidade foi enorme, devido às próprias características do setor — unidades produtivas menores, interação entre usuário e produtor — que permitem a geração de novas ocupações sem muita formalidade. No caso da indústria isso é muito mais rígido para a indústria de transformação. Para a extrativa mineral e a construção civil, a flexibilização é mais elástica porque estas atividades têm uma outra perspectiva quanto à utilização da mão-de-obra e a propagação do progresso técnico; todavia, deixamos de analisá-las porque não é o objetivo de nosso estudo.

²⁸ Carvalho (2000) na sua tese de doutoramento chega a esta conclusão, usando várias fontes de dados do IBGE: Pesquisa Industrial Mensal-DG (PIM-DG), Pesquisa Industrial Anual (PIA) e contas Nacionais.

Assim, as transformações do mercado de trabalho da última década foram mais sentidas pelos trabalhadores masculinos, sobretudo os menos qualificados, que cederam lugar para o sexo feminino conforme constata Lavinias (1999).

Diante dessa ruptura nos padrões sociais, com as mulheres mudando suas estratégias de vida, acumulando as funções de mães/esposas com o *status* de trabalhadoras, é necessário investigar essas mudanças para propor novas políticas sociais para um futuro em que a figura da mãe estará oito horas, diariamente, ausente do lar²⁹.

Uma das questões mais interessantes da discussão sobre a violenta reestruturação produtiva da indústria de transformação nacional é que as mulheres ao longo dos últimos 12 anos (1985/97) mantiveram sua taxa de participação no mesmo patamar, a despeito da retração do emprego industrial: em 1985 a taxa de participação feminina era de 26,35% e em 1997 atingiu 28,13% (PNAD/IBGE, 1999). Ao contrário do que era esperado, essa reestruturação industrial não produziu uma *volta ao lar* das trabalhadoras industriais e mais, estas ainda ampliaram um pouco sua participação no mercado de trabalho manufatureiro.

A Tabela 3 e o Gráfico 2 mostram a evolução da participação feminina pelos diversos ramos industriais. Ao longo dos últimos 12 anos, nota-se que a tradicional

²⁹ A relação entre a figura da trabalhadora e a mãe (dona de casa) é uma questão complexa, por que o trabalho passou a se realizar num espaço fora de casa, tornando-se, portanto figuras antagônicas

participação nas indústrias têxtil/calçados (fio/tecido, vestuário e calçados) ainda permanece como o grande *locus* de trabalho feminino, levando em conta a participação dos dois sexos na divisão do trabalho; em todos esses ramos industriais a taxa de participação feminina é cerca de 50% ou mais do total dos trabalhadores de cada uma dessas indústrias. Considerando o complexo químico, fármaco, cosméticos e plásticos, tem-se a segunda grande concentração de mão-de-obra feminina. Nos demais ramos industriais a taxa de participação feminina oscila, com a menor na metalurgia (10,38%) e as intermediárias entre 30% e 40%, como são os casos das indústrias de produtos alimentícios, fumo e editorial/gráfica.³⁰

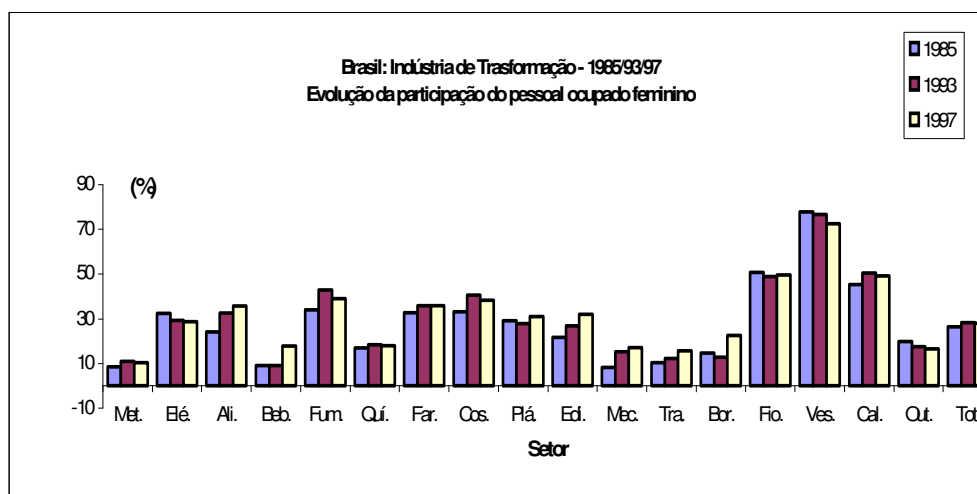
Tabela 3
Brasil: Indústria de Transformação – 1985/93/97
Distribuição percentual do pessoal ocupado segundo o Sexo

Setor	1985		1993		1997	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Metalurgia	91,48	8,52	89,00	11,00	89,62	10,38
Material Elétrico/Comunicações	67,54	32,46	70,65	29,35	71,25	28,75
Produtos Alimentícios	75,90	24,10	67,45	32,55	64,39	35,61
Bebidas	90,95	9,05	90,92	9,08	85,13	17,87
Fumo	65,92	34,08	57,02	42,98	60,97	39,03
Química	82,96	17,04	81,54	18,46	82,06	17,94
Farmacêutico	97,16	32,84	64,07	35,93	64,11	35,89
Cosméticos/Perfumaria	66,80	33,20	59,38	40,62	61,63	38,37
Material Plástico	70,87	29,13	72,07	27,93	69,05	30,95
Editorial/Gráfica	78,23	21,77	73,27	26,73	67,96	32,04
Mecânica	91,79	8,21	84,74	15,26	82,89	17,11
Material de transporte	89,72	10,28	87,88	12,12	84,35	15,65
Borracha	85,29	14,71	87,07	12,93	77,45	22,55
Fio/Tecido	49,24	50,76	51,17	48,83	50,35	49,65
Vestuário	22,04	77,96	23,34	76,66	27,59	72,41
Calçado	54,74	45,26	49,50	50,50	50,70	49,30
Outros	80,11	19,89	82,48	17,52	83,53	16,47
Total	73,65	26,35	71,67	28,33	71,87	28,13

Fonte: IBGE/PNAD de 1985, 1993 e 1997

³⁰ Neste trabalho o gênero industrial “outros” engloba, além de diversos, madeira, minerais não metálicos, papel/papelão e móveis.

GRÁFICO 2



Olhando por outro prisma, isto é, para a forma de distribuição da força de trabalho feminina na indústria de transformação, tem-se uma visão pouco diferente das expressas pela Tabela 3 e Gráfico 2. A Tabela 4 mostra essa distribuição, observando que, em 1997, o maior contingente de mulheres nas fábricas está alocado na indústria de produtos alimentícios, seguido da indústria de vestuário — estes dois setores concentram cerca de 41,84 % da mão-de-obra feminina. A dificuldade para analisar a absorção de trabalhadoras pela indústria de produtos alimentícios está na sua diversificação. Sua produção não é homogênea, sendo o segmento formado por um elevado número de empresas altamente heterogêneas. Como os processos produtivos são bastante diferenciados, inclui moinho de trigo, milho, mandioca, café, padaria/confeitaria, usina de açúcar, laticínios, abate e preparação de carnes. São segmentos industriais muito díspares. A principal característica desse setor é possuir por excelência relações trabalhistas relativamente precárias, mão-de-obra pouco qualificada. Aparentemente, esta indústria permite uma ponte entre o meio rural e o urbano, o que facilita tais arranjos diferenciados nas relações trabalhistas. Nesses anos (1985/1997),

esta indústria tem passado por grandes mudanças, quanto à melhoria da qualidade e barateamento dos seus produtos, com profundas implicações sobre a cesta básica de consumo e a competitividade de seus mercados. Há uma acirrada competição entre as empresas gigantes do setor para aumentar sua participação nos mercados brasileiro e mundial e um segmento pulverizado de pequenas empresas atendendo o mercado doméstico. De qualquer maneira, este ramo industrial isoladamente absorve o maior contingente de trabalhadores femininos e masculinos.

Tabela 4

Brasil: Indústria de Transformação – 1985/93/97
Distribuição percentual do pessoal ocupado por sexo segundo os setores

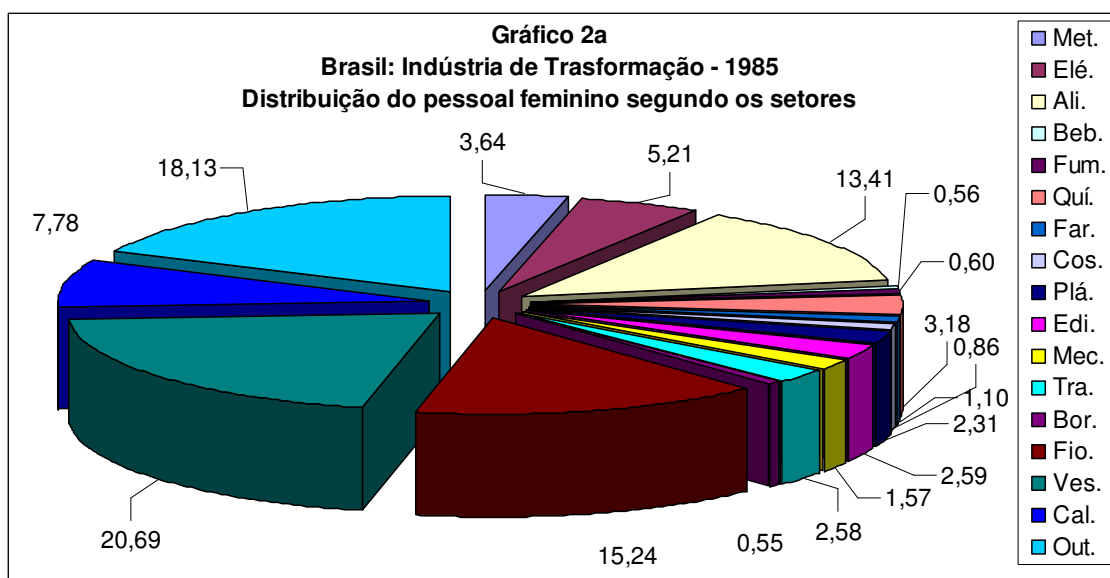
Setor	1985		1993		1997	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Metalurgia	13,96	3,64	12,92	4,04	13,13	3,89
Material Elétrico/Comunicações	3,88	5,21	2,98	3,13	3,72	3,83
Produtos Alimentícios	15,11	13,41	16,71	20,41	17,30	24,44
Bebidas	2,00	0,56	2,05	0,52	1,91	0,85
Fumo	0,42	0,60	0,28	0,53	0,20	0,33
Química	5,54	3,18	4,96	2,84	5,03	2,81
Farmacêutico	0,80	1,10	0,72	1,02	0,83	1,18
Cosméticos/Perfumaria	0,62	0,86	0,77	1,33	0,66	1,05
Material Plástico	2,01	2,31	2,25	2,21	2,27	2,60
Editorial/Gráfica	3,33	2,59	3,66	3,38	4,00	4,82
Mecânica	6,27	1,57	4,49	2,05	6,34	3,34
Material de transporte	8,04	2,58	7,18	2,51	6,26	2,97
Borracha	1,14	0,55	1,31	0,49	0,89	0,66
Fio/Tecido	5,29	15,24	4,49	10,83	3,20	8,07
Vestuário	2,09	20,69	2,43	20,22	2,60	17,41
Calçado	3,37	7,78	3,36	8,67	2,92	7,27
Outros	26,13	18,13	29,44	15,82	28,74	14,48
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/PNAD de 1985, 1993 e 1997

Como mostra a Tabela 4, para o caso masculino isso já era verdade em 1985. Nota-se, continuando a análise da distribuição da força de trabalho feminina, que em 1985 era um pouco diferente: vestuário era a primeira ocupação feminina, seguida de fio/tecido, com cerca de 36% das trabalhadoras industriais do país; agregando o terceiro

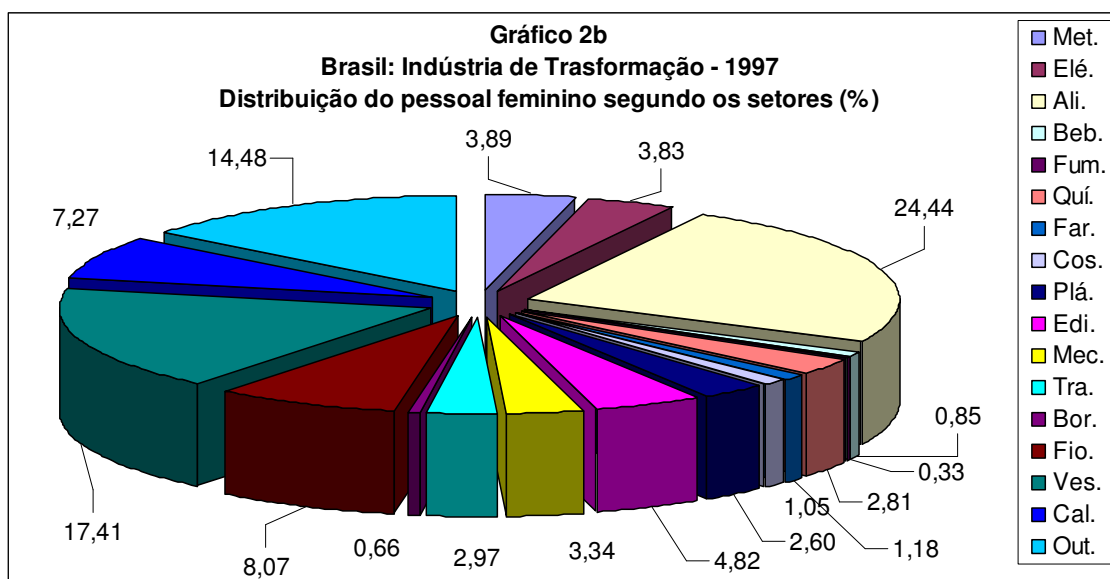
setor, isto é, produtos alimentícios, a concentração chegava a 49,34%. Este número é bastante significativo porque estes três setores industriais empregavam aproximadamente 50% do total das trabalhadoras. Voltando ao ano de 1997, temos por um lado, o crescimento da concentração de trabalhadoras na indústria de alimentos e uma retração nas indústrias tradicionais femininas (têxtil/vestuário), expressando a dramática reestruturação e falência das têxteis nacionais ao longo do período. Seguramente, a abertura comercial que se iniciou com o Governo Collor e a sobrevalorização cambial do Plano Real destruíram milhares e milhares de postos de trabalho no setor têxtil do país. Os Gráficos 3 e 4 permitem visualizar essas situações para os anos de 1985 e 1997.

GRÁFICO 2a



Fonte: IBGE/PNAD de 1985

GRÁFICO 2b



Fonte: IBGE/PNAD de 1997

Analisando a trajetória da mão-de-obra masculina, observa-se que ela é menos concentrada nos setores industriais, e que sua taxa de participação no setor *outros* não deve ser levada em consideração porque expressa uma agregação de vários segmentos industriais. Assim, alimentos e metalurgia respondem em 1997 por 30,43% da força de trabalho masculina, taxas ligeiramente menor do que as das mulheres. Em 1985 essas mesmas indústrias respondiam por 29,07% da mão-de-obra fabril masculina. O mais importante nessa questão é que em todos os demais ramos industriais a taxa de participação dos homens, de uma maneira geral, ficou mais pulverizada.

A Tabela 5 mostra a tendência do emprego feminino na década 90, ressaltando a importância da entrada das mulheres nas indústrias mecânica, editorial/gráfica e alimentícia, com taxas de expansão significativas no período 1985/97 e as ocupações

nessas indústrias mantêm tal desempenho entre 1985/93 e 1993/97; apenas a indústria de alimentos apresenta taxas de crescimento menores do que as duas primeiras.

Tabela 5

Brasil: Indústria de Transformação – 1985/93/97
Percentual de variação de pessoal ocupado segundo o Sexo

Setor	1985		1993		1997	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Metalurgia	-0,42	3,52	0,43	-1,17	-0,14	1,69
Material Elétrico/Comunicações	-2,48	-3,84	5,74	4,98	0,02	-1,43
Produtos Alimentícios	1,94	9,44	0,89	4,39	1,51	6,31
Bebidas	0,84	0,88	-1,68	13,08	-0,02	4,77
Fumo	-3,82	0,15	-7,53	-11,23	-5,49	-3,80
Química	-0,82	0,37	0,41	-0,46	-0,43	0,09
Farmacêutico	-0,81	0,90	3,54	3,50	0,60	1,74
Cosméticos/Perfumaria	3,72	9,82	-3,61	-5,85	0,95	2,86
Material Plástico	2,10	1,27	0,24	3,95	1,38	2,12
Editorial/Gráfica	1,84	6,31	2,28	9,04	1,92	6,49
Mecânica	-3,16	6,32	9,06	12,83	0,46	7,72
Material de transporte	-0,83	1,55	-3,40	4,04	-1,71	2,32
Borracha	2,57	0,48	-9,36	7,25	-1,70	2,68
Fio/Tecido	-1,42	-2,24	-7,37	-0,11	-3,57	-1,31
Vestuário	2,68	1,60	-26,26	-30,54	-11,81	-13,79
Calçado	0,52	3,57	-3,38	-4,53	-0,80	0,55
Outros	2,21	0,08	-0,57	-2,40	1,17	-0,75
Total	0,55	1,92	0,03	-0,21	0,37	1,13

Fonte: IBGE/PNAD de 1985, 1993 e 1997

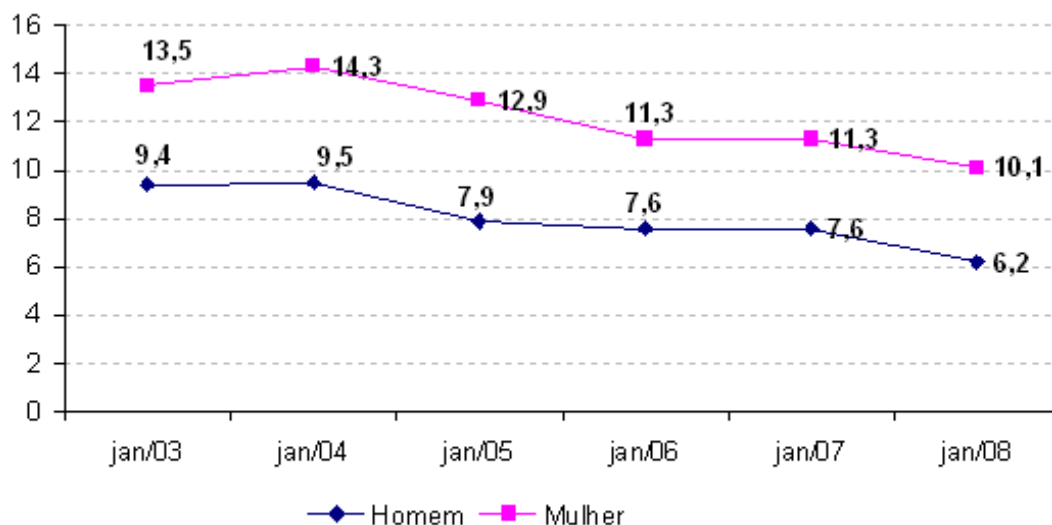
Dados mais recentes acerca da inserção feminina no mercado de trabalho demonstram que as mulheres são a maioria da população brasileira e predominam entre os desocupados, mas ainda são menos numerosas que os homens na população ocupada: 44,4%, ou 9,4 milhões de trabalhadores nas seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego, a saber, Recife/PE, Salvador/BA, Belo horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Porto Alegre/RS, um comparativo entre janeiro de 2003 a janeiro de 2008. Já o rendimento das trabalhadoras com nível superior equivale a 60% do recebido pelos homens com a mesma escolaridade. Ainda

assim, entre as mulheres trabalhadoras, 59,9% tinham 11 anos ou mais de estudo em janeiro de 2008, contra 51,9% dos homens. Por outro lado, enquanto o percentual de trabalhadoras com carteira assinada era de 37,8%, entre os homens ele já atingia 48,6% em 2008. Esses são alguns dados do estudo especial da PME sobre a mulher no mercado de trabalho.

Em janeiro de 2008 havia 21,2 milhões de pessoas ocupadas (PO) no total das seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, sendo que as mulheres representavam 44,4% desse contingente, isto é, 9,4 milhões. Em relação à População em Idade Ativa (PIA), elas eram 53,5% e na População Economicamente Ativa (PEA), eram 45,5%, enquanto que na População Desocupada (PD), representavam 57,7%.

Outro dado interessante mostrado pela pesquisa foi a de que as mulheres predominam entre os que procuram trabalho. Em janeiro de 2008 a taxa de desocupação entre as mulheres foi de 10,1% e de 6,2% entre os homens. Em relação a janeiro de 2003 observou-se queda na taxa de desocupação entre homens e mulheres, sendo que entre elas essa queda foi de 3,4 pontos percentuais, enquanto que entre os homens essa redução foi de 3,2 pontos percentuais, como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 3



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

O rendimento médio habitual das mulheres em janeiro de 2008 foi de R\$ 956,80, enquanto que o dos homens foi de R\$ 1.342,70 para o conjunto das seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego. A partir desses valores, verifica-se que as mulheres recebem 71,3% do rendimento dos homens. Na análise de cada região metropolitana, esse percentual foi de 75,9% em Recife, 74,2% em Salvador, 65,2% em Belo Horizonte, 75,6% no Rio de Janeiro, 70,4% em São Paulo e 69,3% em Porto Alegre.

A partir dos dados da tabela abaixo, observa-se que entre 2003 e 2008, o crescimento do rendimento da mulher foi maior no Rio de Janeiro, 16,5% (de R\$ 817,20 para R\$ 952,90) e menor em São Paulo, onde houve redução de 2,2% (de R\$ 1.100,86 para R\$ 1076,40). Nota-se ainda, que na região metropolitana de São Paulo ocorreram os maiores rendimentos médios habituais, tanto para os homens quanto para as mulheres. Por outro lado, em Recife, homens e mulheres têm os menores rendimentos.

TABELA 6

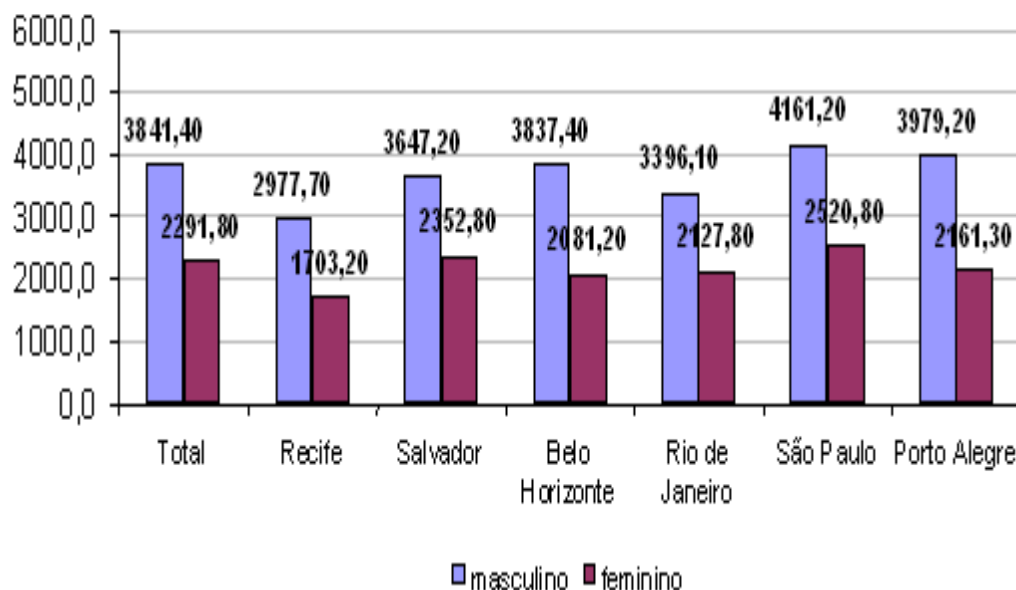
	Rendimento Médio Habitual dos Homens		Rendimento Médio Habitual das Mulheres	
	jan/03	jan/08	jan/03	jan/08
Total	1.302,30	1.342,70	933,53	956,80
Recife	834,91	926,20	647,88	703,00
Salvador	1.199,24	1.070,40	793,54	793,90
Belo Horizonte	1.102,67	1.250,80	705,09	816,10
Rio de Janeiro	1.088,78	1.260,90	817,82	952,90
São Paulo	1.529,24	1.528,80	1.100,86	1.076,40
Porto Alegre	1.100,94	1.295,10	782,73	897,20

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

Para as mulheres que possuem nível superior completo, o rendimento médio habitual foi de R\$ 2.291,80 em janeiro de 2008; enquanto que para os homens esse valor foi de R\$ 3.841,40. Ainda que comparando trabalhadores que possuem o nível superior, o rendimento das mulheres é cerca de 60% do rendimento dos homens, indicando que mesmo com grau de escolaridade mais elevado as discrepâncias salariais entre homens e mulheres não diminuem.

GRÁFICO 4

Diferença salarial entre homens e mulheres com nível superior completo



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

No que se refere às formas de inserção, em janeiro de 2008 das mulheres ocupadas, 37,8% tinham trabalho com *Carteira Assinada no Setor Privado*, enquanto que entre os homens esse percentual foi de 48,6%. Em janeiro de 2003, as proporções de homens e de mulheres com carteira assinada eram respectivamente de 35,5% e de 44,3%.

Entre os *Trabalhadores Domésticos*, a participação foi de 16,5% e de 0,7%, respectivamente, para mulheres e homens. Nas demais formas de inserção, as mulheres ocupadas estavam distribuídas da seguinte forma: *Empregadas sem Carteira Assinada* 12,1%, *Conta Própria* 16,9% e *Empregadoras* 3,0%.

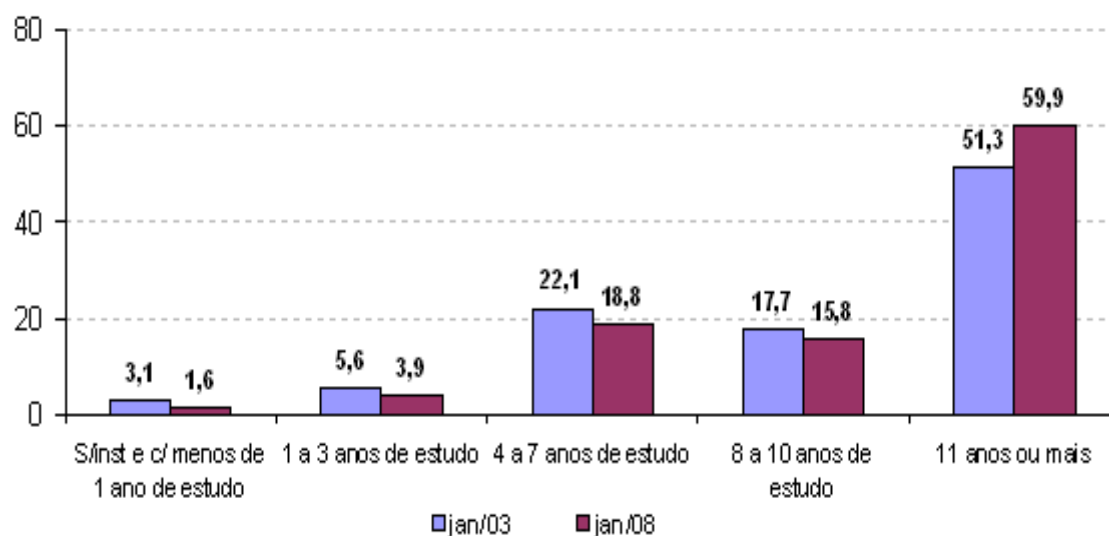
Em termos regionais, a maior concentração de mulheres ocupadas com carteira assinada foi na região metropolitana de Porto Alegre (42,4%); e na região metropolitana de Salvador o maior percentual das mulheres ocupadas em trabalhos domésticos (18,9%) em janeiro de 2008.

Analisando a distribuição entre as atividades econômicas , em janeiro de 2008, das mulheres ocupadas verificamos que 16,5% estavam nos *Serviços Domésticos*, 22,0% na *Administração Pública, Educação, Defesa, Segurança, Saúde*, 13,3% nos *Serviços prestados à Empresa*, 13,1% na *Indústria*, 0,6% na *Construção*, 17,4% no *Comércio* e 17,0% em *Outros Serviços e Outras Atividades*. Entre os homens ocupados predomina a participação na indústria, 20,0%, e diferentemente das mulheres, eles têm um maior percentual de ocupação na construção, 12,0% e presença reduzida nos *Serviços Domésticos*, 0,7%.

Entre as mulheres trabalhadoras, 51,3% possuíam 11 anos ou mais de estudo em janeiro de 2003, contra 59,9% em janeiro de 2008. Entre os homens, esses mesmos níveis de escolaridade eram de 41,9% e 51,9% entre os meses de Janeiro de 2003 a Janeiro de 2008, respectivamente.

GRÁFICO 5

Distribuição das mulheres ocupadas segundo os anos de estudo em janeiro de 2003 e de 2008 (%)

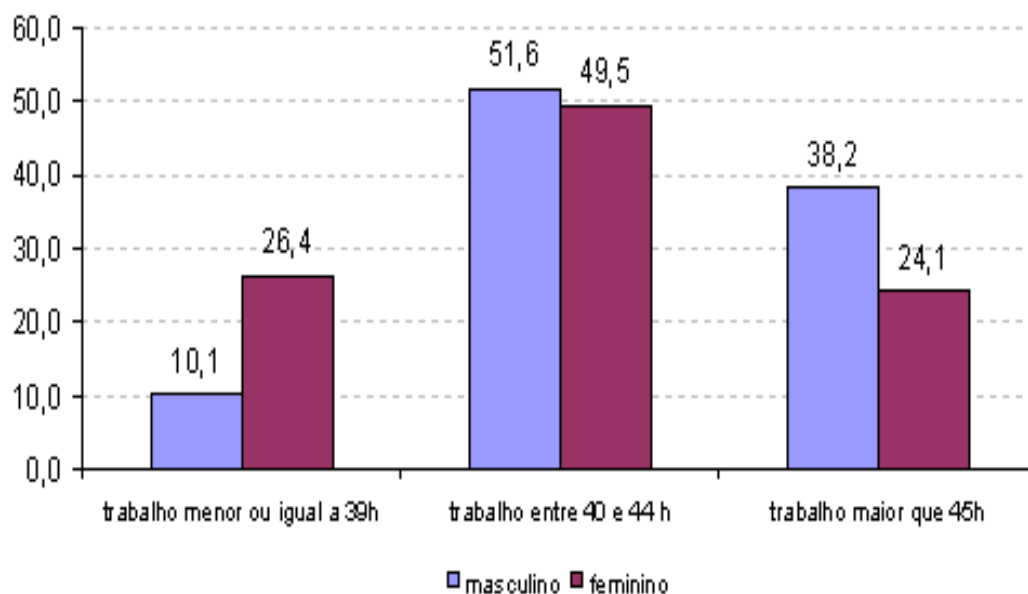


FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Cerca da metade de homens e mulheres ocupados, 51,6% e 49,5% respectivamente, trabalham entre 40 e 44 horas semanais. No entanto, em faixas menores ou iguais a 39 horas, a população ocupada feminina predomina, com 26,4%, contra 10,1 % dos homens. O inverso se verifica na faixa de trabalho maior que 45 horas semanais, com percentuais de 38,2% para homens e 24,1% para as mulheres.

GRÁFICO 6

Percentual da população ocupada por faixa de horas trabalhadas semanais – janeiro 2008



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Sintetizando, a literatura e dados estáticos fornecidos pelas agências oficiais do governo apresentam aspectos convergentes e divergentes. Convergem quando concluem que as transformações no mundo do trabalho têm trazido mais problemas e precariedade ao trabalho da mulher do que novas oportunidades. E divergem exatamente em relação a essas oportunidades quando apresenta dados conflitantes em relação ao emprego feminino e masculino e como a precarização afeta homens e mulheres.

Mesmo longe do consenso, a maioria dos autores tem apontando para a desvantagem do processo de reestruturação no mundo do trabalho para as mulheres. Para Araujo *et al* (2004), a reestruturação produtiva significaria a emergência de um

novo padrão de acumulação que reorientaria o conjunto das relações sociais, transformando não só a organização da produção, os mercados e as relações de trabalho, mas reconfigurando o mundo do trabalho. Esse seria um processo que transformaria o universo do trabalho, aumentando a diversidade, a heterogeneidade e a complexidade da classe trabalhadora. A reconfiguração da classe trabalhadora se daria, então, mantendo e aprofundando as desigualdades, e dentre estas, as desigualdades de gênero que teriam um caráter estruturante na medida em que definem relações sociais, conferindo lugares e papéis diferenciados para homens e mulheres.

Feito então, essa breve exposição acerca da forma como a mulher vem se inserindo no mundo do trabalho, com o objetivo de conhecermos um pouco mais sobre os lugares dessa inserção. Essa configuração repercutiu de maneira significativa na dinâmica da estruturação da vida social de homens e mulheres, produzindo implicações para a forma com a qual tradicionalmente as relações de gênero entre homens e mulheres eram vivenciadas nos espaços sociais da casa e do trabalho, não se restringindo somente a esses espaços, mas também a outros como a escola, a igreja, a política entre outros. Pois a reestruturação pela qual o mundo do trabalho vem passando, na qual possibilitou a mulher uma maior inserção de forma institucionalizada, abriu a mulher um novo espaço de socialização, e para os homens possibilitou uma ressocialização, dado ao espectro de transformações e rupturas nos padrões do mundo do trabalho.

Posto isto, no próximo capítulo iremos analisar mais de perto como estas transformações engendradas no mundo do trabalho vem impactando as relações de gênero experienciadas especialmente nas esferas da casa e do trabalho.

CAPÍTULO V

O DISCURSO MASCULINO SOBRE O TRABALHO FEMININO NA DIMENSÃO PÚBLICA E PRIVADA

“Características como potência, poder, força, coragem, atividade, ousadia, valentia, vigor, eficácia, robustez, firmeza, imponência, inteligência, intensidade, integridade, invulnerabilidade, estiveram freqüentemente associadas ao ser masculino e foram pensadas como qualidades em si, que a própria sociedade moderna gostava de se auto projetar” (OLIVEIRA, 2004, p. 281)

Neste capítulo privilegiaremos o discurso que os homens participantes da nossa pesquisa elaboraram sobre o trabalho feminino em sua dimensão pública e privada. A mediação desse discurso se dará a luz da análise que os estudos no campo das relações de gênero vêm elaborando acerca destes.

Diante do cenário descrito no capítulo anterior, podemos perceber que a inserção da mulher no mercado de trabalho alterou significativamente o mundo do trabalho³¹, visto que, este até bem pouco tempo atrás era um espaço praticamente dominado pela presença masculina, palco por excelência de sua atuação. Claro que o mundo do trabalho é apenas uma das dimensões de um amplo espectro de transformações radicais que vem afetando as vidas de homens e mulheres e que está a desafiar nossa imaginação sociológica.

³¹ Não só o mundo do trabalho, mas também o da casa. Mais adiante abordaremos mais de perto em que medida a inserção da mulher no mercado de trabalho alterou os arranjos familiares.

Pensamos então em começarmos falando sobre a forma como os homens significam o trabalho em suas vidas, pois acreditamos que seria necessário para a pesquisa, entender primeiro como os homens significam o trabalho, para depois falarem de suas percepções acerca do trabalho feminino.

Sendo assim, as discussões desenvolvidas com os homens da nossa pesquisa apontam o trabalho como um elemento importante em suas vidas. Tanto no grupo focal quanto nas entrevistas individuais quando perguntávamos *o que é trabalho?* Para os participantes da nossa pesquisa trabalho se define como tudo *“aquilo que propicia satisfação..., prazer..., nossa essência como ser social..., mas ao mesmo tempo nos traz estresse..., cansaço..., falta de tempo e sobrecarga...”* (expressões relatadas nas discussões do grupo focal acerca do tema trabalho).

Vejo o trabalho como uma necessidade, como uma obrigação, porque se eu não trabalhar como é que eu vou MANTER meus filhos, como é que eu vou MANTER o lar. (Francisco, casado, 03 filhos 1h e 2m, vigilante – grupo focal 2)³²

A tensão entre trabalho³³ estressante, precário e sobrecarregado e o trabalho como produtor de prazer e como ação transformadora apareceu desde o início das discussões acerca do trabalho. A esse respeito é interessante notar que na tradição judaica, o trabalho material é encarado como uma labuta penosa à qual o homem está condenado

³² A identificação por nome, idade, número de filhos e profissão, nem sempre será possível, pois diferentemente das entrevistas individuais onde esses dados são coletados no início da conversa que se dá entre entrevistando e entrevistado, no grupo focal o acesso a essas informações são mais complicadas, pois como se trata de um grupo discutindo acerca de um determinado tema, nem sempre é possível identificar na transcrição quem está falando. Contudo, dispomos no capítulo primeiro da tese esses dados que foram passados para nós através de suas companheiras, em se tratando do grupo focal. Sendo assim alguns depoimentos no grupo focal ficaram sem essa identificação mais específica.

³³ Segundo Borsoi (2002), o trabalho além de significar sustento, sentimento de unidade, lugar de construção de vínculos, significa também a afirmação da virilidade, posto que, pode ser modo de expressão da força, da coragem, do caráter do macho. (p.322)

pelo pecado. A Bíblia o apresenta como castigo, por haver perdido a inocência do paraíso, Adão é condenado a ganhar o pão com o suor de seu rosto (Gn. 3:19, GORGULHO, 1973).

A palavra “trabalho” surgiu somente no século XI, originando-se do latim *tripalium*, instrumento formado por três estacas no qual os agricultores batiam o trigo, as espigas de milho, o linho (ALBORNOZ, 2000). A maioria dos dicionários, contudo, registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente, ou se tornado depois. Outra versão aponta como origem o termo latino *trabaculu*, da mesma raiz que deu em português trava, travar e que em latim significa uma canga colocada nos escravos para obrigá-los a trabalhar (LEITE, 1994, p. 13).

Contrapondo-se a essa concepção cristã de trabalho, a Reforma Protestante, no século XVI, criou a valorização moral do trabalho como meio de salvação do homem e, também, como forma de permitir a associação lucro/trabalho, até então concebida como usura pela Igreja Católica. Assim, as profissões puderam ser vistas como “vocação”, e o trabalho abnegado deslizou do campo da “punição” para o da “virtude”. À valorização positiva do trabalho somaram-se as questões sociais, como: o êxodo rural, a formação das populações urbanas e a explosão populacional ocorrida no final do século XVIII, completando o quadro decisivo para o surgimento do excedente de mão-de-obra indispensável para a formação do capitalismo industrial e para a consolidação do emprego como paradigma do trabalho.

Quanto ao termo “desempregado”, surgiu no final do século XIX em decorrência da presença de um elevado excedente de mão-de-obra nas economias européias. Até o

século XVIII, o emprego como expressão de trabalho institucionalizado, formal e assalariado ainda não estava consolidado; portanto na Europa, se falava de pobres, indigentes, mendigos, mas esses termos não se referiam à falta de emprego, e sim de recursos ou de terras.

Vejamos alguns dos depoimentos relatados pelos homens participantes da nossa pesquisa onde apontam o trabalho como um elemento importante que define suas próprias identidades.

Execução de tarefas passadas na qual você é habilitado ou encarregado de executá-las... Para mim o trabalho dignifica, te faz bem, por que é um ditado que minha mãe sempre falou, eu cresci ouvindo minha mãe falar “que trabalho não mata” trabalho faz muito bem, aí a questão é o seguinte, é agente tornar o trabalho prazeroso” (Participante do grupo focal I)

A articulação entre estruturas familiares e esfera produtiva constitui-se num elemento amplamente discutido pelo movimento feminista que trabalha nos eixos trabalho e gênero. Isso porque os estudos desenvolvidos nessa área apontam para uma reprodução ou mesmo transferência da lógica do mundo privado reprodutivo para os espaços do mundo do trabalho. Nos depoimentos acima observamos na fala dos nossos informantes essa articulação entre as estruturas familiares e produtivas, especialmente quando essa articulação reflete na constituição das identidades de gênero, como diria Goffman (1985) dos atores sociais. Pois entendemos que as identidades são construções sociais e históricas que “se apóiam em comportamentos ou estilos de vida para fixar padrões que as tornem reconhecíveis e permitam a impressão de permanência e estabilidade” (MISKOLCI, 2005, p.2). Não obstante, as identidades podem variar com o

tempo e a sociedade em que o indivíduo se insere.³⁴ A discussão acerca da identidade no que diz respeito ao nosso objeto de pesquisa nos parece extremamente pertinente, visto que, logo de início esse foi um tema constantemente vinculado na fala dos nossos informantes, principalmente quando se auto-identificavam na função de provedor do lar. É justamente aí que percebemos a forma como eles pensam a cena social entre suas identidades e seus papéis sociais. Pois segundo Fagundes (2005) a identidade consiste no quanto a pessoa diz ou faz para indicar aos demais ou a si mesma, o quanto se é homem ou mulher. Já o papel seria a expressão pública da identidade, ou conjunto de condutas esperadas socialmente exigidas do indivíduo, de acordo com seu gênero.

Nesse sentido, Goffman (1985) examina como os indivíduos inseridos em determinadas relações, expressam suas identidades sociais. O sujeito, em processo de interação, se expressa de duas maneiras: a expressão que ele transmite, como por exemplo, as palavras e a escrita; e a expressão que ele emite, como por exemplo, uma gama de ações, demonstrações corporais, entre outros. A informação a respeito do indivíduo serviria para determinar a situação, tornando os outros aptos de conhecer de antemão “o que ele esperará deles e o que dele podem esperar” (p.11).³⁵

Sendo assim conseguimos perceber o peso identitário do homem como provedor, sendo um aspecto fortemente ligado a própria definição do que é ser homem no palco

³⁴ Segundo Brah (2006) um problema recorrente na área dos estudos de gênero e identidade é o essencialismo, ou seja, a noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais.

³⁵ Goffman (1985) ainda nos diz que quando um indivíduo chega diante de outros, suas ações influenciarão a definição da situação que se vai apresentar. Às vezes agirá de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter. Outras vezes o indivíduo estará agindo calculadamente, mas terá, em termos relativos, pouca consciência de estar procedendo assim. (...) quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar. (p.15, 21)

das relações sociais. Nos depoimentos que se seguem, nossos informantes expõem de forma significativa o modo pelo qual significam o trabalho em suas vidas.

“Eu passei um período sem emprego. Teve um momento que eu fiquei estressado, sem alternativa, achei que não ia ter jeito. Foi uma crise. Ai você se sente inútil. É o pior sentimento que um homem pode ter é de ser inútil. É cobrado de ser PROVIDOR e ele não vê alternativa, e ai fica uma sensação muito ruim. Então, isso é uma questão. Acho que é importante, inclusive, para a sua IDENTIDADE, para você se enquadrar dentro da sociedade. Porque a sociedade espera que o homem seja de tal forma, O PROVIDOR. Então o trabalho cumpre essa função dele estar cumprindo seu papel que se espera dele” (Hélio, 37 anos – Coordenador de logística da CMB-NE³⁶ - , dois filhos 1H e 1M- entrevista individual)

“Eu sempre tive o trabalho como uma tabua de salvação. Trabalhei vinte e cinco anos no Banco. Sai de lá, não consegui ser um diretor, gente com menos tempo de casa chegou a diretor. Cheguei a chefe de divisão, mas bateu uma insegurança, um medo, parece que uma fragilidade. Então, isso parece que me abateu muito, mexe com a IDENTIDADE da pessoa. Como homem tem horas que eu fico um pouco decepcionado, profissionalmente, mas não deu para eu fazer melhor. Você começa passar para as pessoas insegurança, fraqueza. Então chega uma determinada época, que a gente sabe, final dos anos 80, que o profissional passou a ser mais exigido nesse lado. Da determinação, da segurança. Porque até então, o que exigia do profissional era a pontualidade, não é? Eu sempre fui pontual. Se era pra entrar oito horas, sete e meia eu sempre estive no meu serviço. Com mesa arrumada e tudo. Ninguém me pegava arrumando mesa depois das oito horas. Se e para processar um monte de coisa, eu processava tudo, independente se tivesse que ficar ate às seis horas, ou ficar até às dez horas da noite, tivesse que dobrar a noite, eu fazia, era minha responsabilidade. Então, pontualidade, responsabilidade, sempre eu tive, mas a partir do momento que passaram a exigir da gente segurança,

³⁶ Companhia Müller de Bebidas Nordeste.

firmeza, postura, não sei explicar, mas eu me senti frágil nesse sentido, para demonstrar isso. Então, não deixa de ser mais um remorso que eu tenho interno, mais uma coisa que eu tenho dentro de mim. E eu não conto pra ninguém. É só para meu analista e eu estou contando para você. O meu trabalho hoje é com Kombi escolar, para complementar a minha renda”
(Nilton, 48 anos – motorista escolar – duas filhas)

Esses depoimentos nos revelam que um dos aspectos centrais do modelo predominante de masculinidade é o exercício do papel de provedor de sua família, as pesquisas anteriormente citadas corroboram esse mesmo aspecto pontuado aqui por nossos informantes. Podemos perceber que o não cumprimento dessa função é motivo de desconforto e vergonha. Deste modo não seria demais afirmar que o trabalho constitui-se um dos elementos mais importantes na definição da identidade masculina, ocupando um lugar central em suas vidas. Pode-se dizer que é um território cuja conquista é valorizada também pelas mulheres. Apesar disso, o exercício da capacidade profissional, o sucesso pessoal e as conquistas econômicas proporcionadas pelo mundo do trabalho, são elementos geralmente associados ao mundo masculino. Dito de outra forma, poderíamos afirmar que diante de algumas situações, como por exemplo as transformações no mundo do trabalho, a identidade dos indivíduos pode de alguma maneira, entrar em conflito com a própria expressão pública a ser assumida. Pois como vimos no depoimento acima na percepção masculina o emprego garante não somente o assalariamento e as condições para o sustento, mas também um status – o de provedor.

Surge então uma questão: estaríamos vivendo uma crise de identidades de gênero, ou mais especificamente, da identidade masculina entendida como provedor da família? Nesse sentido Butler (2003) diz que “seria errado supor que a discussão sobre a identidade deva ser anterior a discussão sobre identidade de gênero, pela simples razão

de que as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (p.37)

Dessa forma, ao identificarmos que existe uma tensão por parte dos homens devido ao fato de encontrarem dificuldades no mercado de trabalho implicando numa crise identitária, entendemos, que não se trata apenas das transformações da estrutura familiar, mas também das relações de gênero, de certa forma, dela decorrentes. Sendo assim, a noção de crise das identidades pode ser considerada discutível já que tais identidades jamais foram fixas, de forma que não poderiam entrar em crise. A instabilidade e a transformação seria a regra e não a exceção, quando abordamos questões identitárias. O mais apropriado seria, talvez, discutir a transformação das identidades, pois o termo transformação implicaria um processo (MISKOLCI, 2005).

O que não podemos desconsiderar é o fato de que as principais mudanças que afetaram as identidades de gênero nas últimas décadas e que se relacionam as transformações na família, têm relação direta à entrada da mulher no mercado de trabalho, o que tem levado a desconstruções das bases materiais da família, observadas pela queda do número de uniões e o aumento das separações (MISKOLCI, 2005). No entanto, falar de crise de identidade seria corroborar um discurso preconceituoso e conservador que coloca a masculinidade num altar, de forma a ser alcançado por todos os indivíduos. Acreditamos ser mais apropriado falar em crise da identidade masculina hegemônica, mas como ressalta Dubar (2000), o que se vive é um período de mudança e transição para novas formas de masculinidade, ou seja, novas relações ainda não inteiramente configuradas, de maneira que as identidades estariam “sempre em crise, já que sua estabilidade é fictícia, o resultado de artifício social que minimiza as constantes

transformações para apresentá-las como fixas de forma a estabilizar relações para consigo e com os outros” (MISKOLCI, 2005).

No caso das identidades de gênero, “há pressões por mudanças nas expectativas sociais sobre os gêneros e o desejo de maior atribuição de poder aos indivíduos para que possam decidir sobre suas escolhas e estilos de vida. Ao mesmo tempo, as forças coletivas resistem a mudanças ou incorporam algumas demandas seguindo padrões estabelecidos, portanto de forma a evitar rupturas e cobrando seu preço na moeda do controle social” (MISKOLCI, 2005). Nesse sentido, a reivindicação de provedor acaba se tornando uma prerrogativa, e o sofrimento residiria na não possibilidade de assumir a identidade de gênero exigida pela sociedade. Todo esse cenário de crise de identidade masculina, decorrente das transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho e também da casa parece fragilizar os elementos socialmente elaborados que relaciona homem e masculinidade.

Essa discussão em torno dos elementos que associam homem e masculinidade e o trabalho como sendo um desses elementos, nos parece interessante. Ora como dito anteriormente, gênero é uma categoria histórica e como tal aberta às transformações históricas. A masculinidade por sua vez, é uma configuração da prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero, que por sua vez reproduz as estruturas sociais. Falar de uma configuração prática significa realçar aquilo que as pessoas realmente fazem não aquilo que delas é esperado; e significa destacar que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico (CONNELL, 1995). Desse modo, vários autores que se ocupam do estudo da masculinidade desaprovam a idéia de

um ideal estático de masculinidade, em vez disso, vão corroborar a idéia de múltiplas masculinidades.

Kimmel (1998) em seu estudo sobre a produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas no contexto norte-americano, parte do pressuposto que as masculinidades são socialmente construídas, que variam de cultura para cultura, no transcorrer de um certo período de tempo, além de mudarem através de um conjunto de outras variáveis, de forma que o uso do termo no plural significaria reconhecer que masculinidade tem um significado diferente para diferentes grupos de homens e em diferentes momentos.

No final do século XVIII, dois modelos de masculinidade poderiam ser vistos nos Estados Unidos: o patriarca gentil, o homem que derivou sua identidade pela posse da terra. Era considerado um pai devotado, que passava muito do seu tempo com a sua família; o artesão heróico, que incorporava a força física e a idéia do artesão urbano independente. No século XIX, uma nova versão de masculinidade teria emergido: o “*self-made man*”, onde sua masculinidade deveria ser demonstrada e provada no mercado, pois trataria de um homem de negócios. Kimmel (1998) demonstra como esses modelos de masculinidade foram sendo transformados de acordo com a expansão sócio-econômica da sociedade americana, surgindo novos ideais de masculinidade, principalmente, com o advento da idéia do homem que buscava demonstrar a sua aquisição de masculinidade bem sucedida através da desvalorização de outras formas de masculinidades, posicionando, segundo ele, o hegemônico por oposição ao subalterno, transformando os diferentes “nos outros”. Dessa maneira, surgiriam vários modelos subalternos, como por exemplo, o irlandês, que era visto como não sendo de uma raça

pura na Bretanha; os italianos, vistos como passionais demais para possuírem o auto-controle masculino; os judeus, que eram almofadinhas demais; os asiáticos, visto como pequenos demais e demasiadamente gentis. Ou seja, produzindo o ideal de uma masculinidade hegemônica que se disseminou para o mundo todo.

Vale de Almeida (2000) concorda que essa masculinidade hegemônica seria um modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerceria sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação da ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino. Além disso, essa masculinidade não seria simétrica da feminilidade, na medida em que as duas se relacionam de forma assimétrica, por vezes hierárquica e desigual. Dessa maneira, a masculinidade seria um processo construído, frágil, vigiado como forma de ascendência social que pretende ser, devendo ser considerada a diferenciação do comportamento individual segundo características como, classe social, percursos individuais e geracionais.

Nesses depoimentos podemos observar o quanto arraigada ainda se encontra a ideologia patriarcal, no discurso e na prática cotidiana dos atores sociais. No próximo depoimento Roberto 35 anos ratifica essa ideologia falando do seu sentimento com relação ao desemprego.

“Para o homem o desemprego é uma derrota, a gente se sente humilhado e inferior, principalmente se precisar dos rendimentos da mulher para se manter, a mulher sustentando um homem... fica difícil de aceitar... a gente se sente mal perante a gente mesmo. Além disso, a própria mulher reclama bastante e a sociedade também acha que a gente está explorando ela, e, quando demora a encontrar emprego diz logo que é acomodação. É como se

em vez de cabeça da casa a gente tivesse se tornado a cauda”. (Roberto, 35 anos, Feirante, casado, 1M e 1H)

Este relato nos coloca outra questão: a do desemprego³⁷. A esse respeito Pochmann (2001) nos diz que as mudanças ocorridas nos mercados de trabalho nos últimos vinte anos são de tal forma expressiva que o desemprego pode ser considerado um fenômeno mundial complexo e em expansão. A população mundial de desempregados passou de 37,5 milhões em 1975 para 138 milhões em 1999, um aumento de 100,5 milhões de pessoas vivendo em condições de desemprego no mundo. Considerando as diferentes regiões do planeta, esse aumento se tem dado de forma marcadamente irregular. Enquanto o número mundial de desempregados nos últimos 25 anos foi multiplicado em média por 3,65 vezes, nos países ricos esse fator foi de duas vezes, e nos países pobres foi de cinco vezes. As nações não-desenvolvidas têm participação absoluta e relativa crescente na geração do excedente mundial de mão-de-obra (Pochmann, 2001). Apesar dos números significativos, não há consenso internacional, tampouco nacional, quanto à situação de desemprego. No Brasil existem dois indicadores que partem de diferentes referenciais: os dados do IBGE, obtidos por

³⁷ O desemprego entre as mulheres cai mais lentamente que entre os homens. A constatação é da pesquisa Mulher e Trabalho, feita pela Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados (Seade) e pelo Conselho Estadual da Condição Feminina. A pesquisa usa dados do desemprego na região metropolitana de São Paulo desde 1985. A diferença entre as taxas de desemprego de mulheres e homens também registrou recorde no ano passado: foi a mais elevada desde 2001. O desemprego das mulheres atingiu 18,6% do total da população feminina economicamente ativa, enquanto que o desemprego masculino registrado foi de 13,4%. A taxa de participação feminina no mercado de trabalho manteve-se praticamente estável entre 2005 e 2006 (variou de 55,5% para 55,4%). Mas a participação feminina no desemprego aumentou. Chegou a 54,9% do total, maior índice desde 1985. Mas, segundo o Seade, o motivo é a maior procura feminina por emprego. "Hoje as mulheres são a maior proporção de desempregadas, mas isso tem muito a ver com elas estarem entrando mais no mercado de trabalho", explica Márcia Guerra, analista de mercado de trabalho do Seade. Embora no maior patamar desde o início da pesquisa, a taxa não apresentou crescimento. A participação masculina manteve trajetória declinante, ao passar de 72,4%, em 2005, para 71,3%, em 2006, o que corresponde a uma redução de 1,5%. A pesquisa ainda indica que o rendimento médio por hora das mulheres ocupadas aumentou 4,7% no ano passado, crescimento maior que o verificado para os homens, de 2%. Os valores monetários passaram a equivaler a R\$ 5,21 e R\$ 6,70, respectivamente. Em relação à cor, de acordo com o estudo, a taxa de desemprego total das mulheres negras diminuiu 6,3%, variação pouco maior que a apresentada pelas não-negras (5,2%). Entre os homens, a variação desse indicador apresentou disparidade maior: decresceu 10,1% entre os negros e 6,3% entre os não-negros

meio da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desenvolvida pela Fundação Seade e pelo Dieese. O IBGE adota o critério internacional reconhecido pela OIT – Organização Internacional do Trabalho – nas resoluções da VIII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, de 1954, e propõe, por esse critério, a identificação de uma das dimensões do desemprego, caracterizada como desemprego aberto.

Essa concepção foi estabelecida nos países desenvolvidos durante os anos de quase pleno-emprego, sendo frágil para as atuais configurações dos mercados de trabalho. O segundo indicador é obtido por meio da PED – Pesquisa de Emprego/Desemprego – Seade/Dieese, e segue as recomendações da XIII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho de 1982, na qual a OIT propôs que os países buscassem aproximar seus levantamentos das proposições internacionais, porém considerando as especificidades dos mercados de trabalho. Assim, ao lado do desemprego aberto, a PED tem registrado também duas outras situações de desemprego. O *desemprego oculto pelo trabalho precário* (DOPT) considera os indivíduos que exerceram alguma atividade remunerada ao mesmo tempo em que continuaram procurando emprego. O *desemprego oculto pelo desalento* (DOD) refere-se àqueles (as) que interromperam a procura diante da inexistência de oportunidades. Dessa forma, a antiga divisão das condições “empregado” ou “desempregado” é substituída pela presença de diferentes possibilidades de inserção nos mercados de trabalho formal ou informal. Alguns autores denominam esse processo como “informalização” e outros como “precarização” dos mercados de trabalho. Gorz (1987) refere-se aos “não-empregados” para falar das pessoas que já perderam a expectativa de reempregar-se e buscam alguma forma de ocupação que lhes possibilite certo rendimento. Bihr (1998)

chama de “operário massa”, e para Offe (1985), trata-se do “neoproletariado”. Assim, para Gorz (1987) e Offe (1985), o fato de estarmos vivendo uma consecutiva supressão de empregos, encontra-se a origem da idéia de perda da centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas.

Para outros autores, porém tal posição (...) é fruto de uma confusão entre diminuição de emprego e diminuição de trabalho, é também consequência de uma concepção extremamente restritiva de trabalho – entendido, este, como de caráter produtivo e industrial –, excluindo, por exemplo, toda a esfera da produção doméstica. Se há regressão do emprego assalariado, não se pode fazer a mesma afirmação quanto à atividade real de trabalho (Hirata, 1998, p. 22).

Foram necessários tempo e força para obrigar a mão-de-obra, acostumada a controlar o seu processo de trabalho no exercício dos ofícios, a se submeter à regularidade dos horários e dos ritmos, ao respeito pela ordem e pela hierarquia, à economia dos gestos e das palavras, à fixidez do corpo (Perrot, 1985). Para tanto, o corpo se tornou um dos alvos principais e passou a ser investido e trabalhado detalhadamente em seus gestos, atitude, rapidez, por meio de métodos que possibilitavam um controle minucioso e realizavam uma sujeição constante de suas forças, impondo uma relação docilidade-utilidade (FOUCAULT, 1987). A obra “Os Princípios da Administração Científica” de Taylor (1865-1915), publicada em 1911, marcou o surgimento do “taylorismo”, um modo de disciplinar para o trabalho fundamentado “cientificamente”. O controle sobre o corpo, por meio do domínio sobre os tempos e espaços, constituiu a égide sobre a qual o taylorismo se desenvolveu. Pensando sobre essa questão autores como Foucault (1987) nos diz que:

Importava extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis, o que significava intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável, ou como (...) se pudesse tender a um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência (Foucault, 1987, p. 131).

Aperfeiçoando a técnica taylorista, em 1913, em Detroit, Henry Ford criou a esteira rolante (Bihr, 1998), elevando ao máximo o aproveitamento da lógica sequencial. A data simbólica inicial do Fordismo é o ano de 1914, quando Ford estabeleceu o dia de oito horas e 5 dólares (Harvey, 1999). Enquanto para Taylor o que estava em jogo era o desenvolvimento de um modelo de trabalho científico, altamente eficiente na sua capacidade de produzir em grande quantidade e com melhor qualidade, para Ford a produção em massa significava poder de consumo em massa, ou seja, os trabalhadores teriam acesso a bens que antes não tinham, originando assim uma sociedade mais justa e democrática.

Para autoras como Perrot (1985), o argumento econômico de que o taylorismo propiciaria produtos em quantidade e acessíveis “a todos” esconde um argumento mais sutil: essa divisão de trabalho expropria o sujeito do seu saber; o “fazer” é repetitivo, destituído de sentido e desconectado tanto da concepção como do resultado final. Ou seja, “...a função disciplinar da fábrica é o que predomina”.

Após um primeiro período no qual as técnicas disciplinares incidiram diretamente sobre o corpo; num segundo momento o salário tornou-se fundamental como método menos físico, porém igualmente eficiente, de disciplinar. A relação salarial comporta um modo de remuneração, ou compra, da força de trabalho – o salário –, que comanda

amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operários e de sua família. É uma forma de disciplina do trabalho, que serve para regulamentar o ritmo da produção, e o quadro legal que estrutura a relação de trabalho, isto é, o contrato de trabalho e as disposições que o cercam (CASTEL, 1998). Segundo Castel (1998), a constituição da relação salarial envolveu complexos fatores, tendo sido fortemente impulsionada pela industrialização. No curto tempo histórico de aproximadamente 200 anos, os assalariados passaram a constituir a grande maioria da população classificada como economicamente ativa, sendo vinculado a eles o estatuto de “trabalhador”.

A sociedade “salarial” se consolidou e foi intensamente reforçada por meio de argumentos morais e legais, que apregoavam o vínculo empregatício como sendo necessário e aliado do trabalhador, inclusive nos direitos e nas reivindicações, e a falta do mesmo, como representante da “vagabundagem”. Criou-se uma cultura na qual apenas uma das variantes do trabalho, *o trabalho assalariado ou emprego*, foi valorizado positivamente e associado aos valores como: idoneidade, segurança, competência, confiabilidade etc., paralelamente, foi construído o paradigma negativo do vagabundo enquanto um discurso e um instrumento do poder.

Essa concepção de trabalho assalariado selado por um contrato e que existe um tempo para o seu cumprimento aparece fortemente na fala dos nossos entrevistados como vimos nos relatos acima. Marx Weber chamou em uma de suas obras mais conhecidas “economia e sociedade” todo esse processo histórico de criação dessa perspectiva do trabalho de *racionalização*³⁸.

³⁸ A racionalização, no sentido Weberiano, significa (1) o uso dos meios mais eficientes para se conseguir determinados objetivos e (2) as consequências não pretendidas ou não intentadas que decorrem desse uso. A racionalização é evidente na maneira como o uso do tempo se desenvolveu desde o século XIV. No século XIV, o aumento da demanda por produtos têxteis na Europa fez com que os donos de teares

Diante do exposto, podemos dizer que historicamente ser homem tornou-se sinônimo de ser provedor, ou seja, ter condições para sustentar mulher e filhos, o que, para os mais pobres, significava submeter-se ao assalariamento. “O sucesso dessa estratégia consistiu no fato de transformar o trabalho assalariado – um dos princípios do sistema – em padrão de masculinidade” (MATOS, 2000, p. 42).

No Brasil, a exemplo do que vem acontecendo em outros lugares do mundo, a queda na oferta de empregos, particularmente nos períodos de 85/90 e 90/95, afetou negativamente muito mais os homens do que as mulheres, principalmente os homens com grau de escolaridade médio (4-7 anos), ou com mais de 40 anos, e isso se deu em razão da forte redução do emprego no setor industrial (LAVINAS, 2000, p. 140).

Mas não é somente o desemprego que atinge o cerne da masculinidade. Como vimos em um dos relatos, o fato de não atingir certas metas profissionais, sucessos, postos de trabalhos, também contribui para a manifestação de conflitos e contradições quanto à performance masculina. Para a maioria dos informantes, o trabalho constituiu-

buscassem formas de aumentar sua produtividade. Para esse fim, eles impuseram jornadas de trabalho mais longas aos empregados. Também adotaram uma nova tecnologia para auxiliá-los na tarefa: os relógios mecânicos. Sendo assim foram instalados relógios públicos nas praças das cidades. Os relógios conhecidos como *Werkglochen* (relógio de trabalho) em alemão, sinalizavam o início da jornada de trabalho, o horário das refeições e o fim da jornada. Os trabalhadores alemães resistiram a regimentação de suas vidas. Eles estavam acostumados a muitos feriados e com um horário de trabalho relativamente flexível, regulado apenas de maneira aproximada pelo nascer e pôr-do-sol e pelas estações do ano. O regime estrito imposto pelos relógios de trabalho tornou a vida mais dura. Agora 700 anos mais tarde, depois de tantos anos de condicionamento, não é mais comum que as pessoas se rebelem contra o relógio, no entanto, perguntamos: a regulação do tempo é racional? No sentido Weberiano seria sim, pois seria uma forma de assegurar a eficiência, a regulação do tempo maximiza a quantidade de trabalho que as pessoas podem desempenhar em um dia. Weber argumentou que a racionalidade dos meios invadiu todas as esferas da vida, trazendo consequências não pretendidas que nos desumanizam e nos coagem. Como vimos nosso uso do tempo mostra, a racionalização nos permite fazer quase tudo de maneira mais eficiente mais a um custo altíssimo. Na visão de Weber, a racionalização é um dos aspectos mais restritivos ou coercitivos da cultura. De acordo com ele, a racionalização torna a vida no mundo moderno semelhante a vida dentro de uma “jaula de ferro”

se um dos principais espaços de realização pessoal, tanto pela capacidade de fornecer as condições materiais para uma vida confortável, mas também pela possibilidade de construir uma família e responsabilizar-se pelo seu sustento, muito embora não como único provedor. Para o homem, o emprego garante não apenas uma filiação – assalariado – ele também é um estatuto, o de provedor. O desemprego gera o sentimento de abandono, falta de referência e medo da miséria, que faz com que os homens compulsivamente mantenham com o trabalho uma relação mediada pelo emprego.

“Quando você está trabalhando (empregado), tem garantido o seu lugar no social, o lugar de quem tem salário. Graças ao seu salário, você pode fazer muitas coisas, desde contrair dívidas – fazer crediário –, até casar”.
(Fernando, 26 anos, Analista PCM, solteiro, sem filhos)

Segundo Sarti (1997) para o homem, a perda do emprego o atinge naquilo que o faz homem, privando-o das referências fundamentais de sua identidade social, a de trabalhador/ masculino significa uma perda que atinge o grupo familiar ‘como um todo’, deixando-o sem sua base de sustentação moral (SARTI, 1997, p. 56).

Para Whitehead (1997), a análise dos dados obtidos em sua pesquisa revelou que o homem é considerado “respeitável” quando pode prover sua família ou tem condições econômicas para constituir uma. Ele chama de “masculinidade fragmentada” aquela que é atingida pela falta de poder aquisitivo ou pelo baixo *status* sociopolítico, considerando que essa situação coloca os homens em condições para o adoecimento, já que, a fim de resgatar a auto-imagem, tenderão a apresentar comportamentos como excessiva coragem, sexualidade impulsiva, beber publicamente, violência etc., que os fragilizam sob os mais diferentes aspectos: social, emocional e orgânico.

É interessante notar que quando nos propusemos a falar sobre trabalho com os homens da pesquisa, pensávamos em focar muito mais no tema trabalho e na forma como eles o significava. No entanto, nos deparamos com uma centralidade no tema do desemprego, ou seja, falaram muito mais na falta de trabalho, caracterizado pelo emprego institucional, situação que como falamos anteriormente tem caracterizado o mercado de trabalho de forma significativa. Claro que ao falarem do desemprego estavam falando da forma como significam o trabalho, ou seja, como a falta dele os atinge³⁹.

5.1 A importância do trabalho feminino: velhos e novos discursos

Nas entrevistas individuais bem como nas discussões com o grupo focal percebemos que há uma expectativa em relação ao trabalho feminino, o que ele traz de positivo para a mulher e para o relacionamento do casal. Na sua grande maioria, os informantes demandam que as parceiras contribuam para o orçamento doméstico. Sendo assim, muitos esperam que a parceira construa uma carreira profissional. Os homens entrevistados reconhecem a participação das mulheres no orçamento doméstico e no mercado de trabalho, porém associam essa participação às características “naturais” atribuídas ao sexo feminino e valorizadas positivamente. Para Hirata (1998) atualmente

³⁹ A situação que estamos vivendo em relação ao trabalho/desemprego é inédita nos últimos cinquenta anos. Os discursos e as técnicas utilizados durante o século para “convencer” os trabalhadores a se converter em empregados ainda vigoram, só que não há mais lugar para todos. Estamos vivendo o reaparecimento de uma sociedade de “trabalhadores sem trabalho”, conforme Hannah Arendt (2004) evocava, ou de empregados sem emprego. As descontinuidades ou rupturas presentes nos novos modelos de organização e produção do trabalho revelam diferenças marcantes na forma como as pessoas estão sendo empregadas ou desempregadas, considerando suas especificidades de raça/etnia, credo, condição de imigração, escolaridade, geração (idade), local de moradia, gênero etc. Para o homem, o trabalho sob a forma de emprego formal e institucionalizado assumiu nas sociedades modernas a representação de via de acesso a um lugar no campo social, neste sentido, a perda do emprego não é apenas a perda do dinheiro no fim do mês, mas a perda de um lugar na rede social e de uma identidade associada a esse lugar.

as mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os homens, porém, quando trabalham fora são mais dedicadas, inteligentes, e têm maior facilidade para aprender do que os homens; por isso, estão mais bem encaixadas no mercado, embora elas sejam menos reconhecidas, ganhem menos, e tenham menos poder na hora das decisões.⁴⁰

Uma das nossas primeiras entrevistas individuais foi com o marido da Coordenadora do setor de Manutenção da CMB-NE, esta engenheira civil, 33 anos e há cinco anos na Companhia, onde destes cinco anos, há dois anos estava na coordenação da equipe de Manutenção. Na época da entrevista estava casado há um ano, e acabara de nascer o primeiro filho do casal. Ele engenheiro elétrico da CHESF há três anos, 34 anos. Os dois se conheceram no CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), quando cursavam o ensino técnico, ali começaram a namorar, depois ingressaram no curso de engenharia, ele na área de elétrica e ela civil.

Para ela, estar à frente de uma equipe de manutenção composta totalmente por homens constituía-se um novo desafio profissional a qual se propusera. Na verdade como havíamos falado em capítulo anterior, mulher chefiando homens não seria uma novidade no mercado de trabalho na atual conjuntura de participação feminina, o que na verdade é raro, é o setor para o qual ela foi designada pela empresa – o setor de manutenção. Em geral as pesquisas nessa área apontam que esse é um setor majoritariamente masculino.

⁴⁰ Isso quer dizer que as transformações ocorridas no mercado de trabalho continuam propiciando a já conhecida discriminação das mulheres, que freqüentemente desenvolvem todo tipo de trabalho, inclusive aqueles tradicionalmente considerados masculinos, e de modo geral recebem menos do que os homens. Enquanto isso um grupo de homens, principalmente de baixa e média escolaridade, é cada vez mais segregado do mercado e se vê confrontado com a difícil tarefa de manter-se no lugar de provedor familiar. As entrevistas que realizamos com os homens da nossa pesquisa apontam para esse norte.

Posto isto, começamos nossa conversa com marido dela perguntado o que ele achava do trabalho feminino fora do lar, em especial na indústria.

Bom eu acredito que ainda, existe muito preconceito contra mulher que trabalha em ramos, que... digamos é de homem. A meu ver talvez uma herança cultural mesmo, é culturalmente principalmente no nordeste o estado de Pernambuco a mulher sempre foi muito preparada para parte pedagógica, era aquela historia de fazer magistério para ensinar, e tinha aquela prerrogativa de sempre ta em casa. Quer dizer fazer o trabalho de dá uma aulinha e tal, ficar com os filhos, e esse perfil ficou meio que arraigado, vamos dizer assim, e depois começa a mudar, mas você vai ver que realmente ainda vai demorar um pouco pra haver essa modificação, apesar de que tem o aspecto do trabalho em si, hoje às mulheres de um modo geral elas possibilitam atividades... vamos dizer assim, de cunho mais intelectual. Por exemplo, um engenheiro que civil a quinze a vinte anos atrás ele pra desempenhar uma função vamos dizer assim de destaque ele tinha que ta eternamente em obra nas grandes construções, enfiado na mata para abrir estradas... então isso ai afastava muito né? Era um trabalho que realmente por mais que não era ele que estava fazendo a coisa, mas coordenando supervisionando era muito mas de caráter masculino do que propriamente feminino. E hoje não, hoje com essa mudança de perfil, quer dizer, essa era de você ter o capital intelectual realmente, então o perfil começa a mudar você tem muito mais trabalho de desenvolvimento tecnológico, trabalho intelectual de fazer pesquisa, projeto né? Então isso ai possibilita que a coisa se equilibre muito né? Acho que a mulher ela começa a ser valorizada com esse lado ai, pela questão de organização de ... de de até mesmo de agente pode dizer assim do preciosismo de você fazer um trabalho mas organizado, mas concatenado. Então abriu-se essa brecha pra o campo feminino acho que foi ai que começa essa coisa se diversificar, mas eu acredito que daí pra frente agora a tendência é de se equilibrar. ... acho que a tendência é haver esse equilíbrio, porque, quer dizer, a partir desse ponto, não tem muita diferença, não tem muito porque ser um trabalho de homem ou de mulher a coisa fica

mais plena. (Fabio, 34 anos, casado, 1M, engenheiro elétrico - entrevista individual)

Nesta fala podemos pontuar algumas questões interessantes levantadas pelo informante. Primeiro o reconhecimento do preconceito que ainda persiste no mercado de trabalho em relação a algumas tarefas a serem desempenhadas por mulheres aparece desde no início de suas colocações acerca do trabalho feminino. Segundo reconhece ainda que o fator cultural constituiu-se um elemento muito forte na manutenção desse preconceito. E quando se refere ao aspecto cultural podemos perceber a força estruturante que as relações de gênero padronizadas nas estruturas sociais que nos cercam assumem no espaço público do trabalho fora do lar. Esta força da qual me refiro esta presente na fala do nosso informante quando afirma que de alguma forma o direcionamento que a sociedade deu historicamente a mulher “*arraigou*” sobre si esse perfil. Muito embora sua fala aponte para um equilíbrio no mundo do trabalho entre os gêneros, acredita que esse vai levar um tempo. No entanto, mesmo diante desses reconhecimentos pontuados logo no início de sua fala, posteriormente esse discurso torna-se contraditório. Essa contradição esta presente quando posteriormente reconhece que na verdade a inserção da mulher no ramo da indústria, e no caso especial desse informante ele esta se remetendo ao ramo da engenharia, o que aconteceu foi uma “*brecha pra o campo feminino*”, visto que a área da engenharia diversificou-se e ampliou outras possibilidades de desenvolvimento de tarefas, como por exemplo, a que ele chama de intelectual. Com essa ampliação e abertura a mulher poderia mostrar toda a sua “*organização e preciosismos*”. Essas expressões relatadas por nosso informante nos fazem perceber que a articulação entre estruturas familiares e esfera produtiva é, muitas vezes, desconhecidas nos estudos acerca do trabalho. E subjacente a essas, a questão das identidades sexuais. Hirata (2002) demonstra como essas identidades são

“exploradas pelo trabalho” fabril. “Dos operários, exigem-se força física e resistência para efetuar um trabalho mais pesado, mais sujo e mais perigoso, e das operárias a execução de trabalhos considerados mais fáceis, mais leves e mais limpos” (p.267).

Prosseguindo então com nossa conversa pergunto então o que ele acha de uma mulher desempenhar uma função de chefia, historicamente desempenhada por homens. Ou seja, o que ele acha de sua esposa esta nesta posição?

Olhe, é uma atividade, digamos assim, de uma responsabilidade muito grande e que pelo aspecto da assim ... do aspecto gerencial de coordenação o cargo em si ele já é um cargo que requer isso uma grande responsabilidade, uma grande dedicação e é fundamental um equilíbrio né? Da parte de conhecimento técnico com a parte de gestão, mas assim olhando pelo lado da questão do setor com uma coordenação de mulher coordenando uma equipe tipicamente masculina, a coisa complica acho até mais, porque você quer queira quer não é muito mais cobrado pela equipe. Por um lado por questões culturais e por outro lado pela alta gerência também, por que naquela posição a coordenação tem que desenvolver bem o trabalho de coordenação e nesse ponto você não enxerga se você é homem ou mulher. (Fabio, 34 anos, casado, 1M, engenheiro eletricista - entrevista individual)

Ao declarar que não há diferenciação entre trabalho desempenhado por homem e trabalho desempenhado por mulher, mesmo este trabalho sendo tradicionalmente desempenhado por homens, insisto em perguntar se o fato de ser mulher a cobrança não é maior.

Eu acho o seguinte, eu acho que ela é muito mais cobrada. Por ser mulher, ela é muito mais cobrada porque ... porque é como ela tivesse se propondo a um trabalho que digamos assim é um desafio “ bom você disse que podia então vamos... mostre que pode” e o que agente observa o que agente pensa

realmente é que a cobrança vai sendo proporcional ao desafio. Então é mais um peso que você tem ali, porque é como da assim, olhe o coordenador ao seu nível teria tal peso pra... pra você vamos dizer assim pra organização você por ser mulher tem um peso até dobrado, então você pra ter esse peso você tem de se sobressair, demonstrar que é capaz, então essa cobrança é muito grande. Eu acho que sempre tem esse diferencial, realmente tem de se demonstrar mais isso. (Fabio, 34 anos, casado, 1M, engenheiro eletricitista - entrevista individual)

Como tínhamos falado anteriormente CMB-NE, vinha na contramão das estatísticas no que diz respeito à inserção feminina na indústria no ramo de bebidas. Ficamos então curiosos em saber por que na CMB-NE a participação feminina por setor, bem como por cargos de chefia contava com uma significativa presença feminina. Segundo a gerente do RH da companhia tratava-se de uma coincidência.

Não! veja na Müller-NE isso é uma coincidência. Essas pessoas passaram por uma seleção com homens e mulheres. Para você ter uma idéia quando eu fui contratar essa engenheira que hoje é coordenadora da manutenção, no processo eu lembro por que fui eu que conduzi. Eu lembro que nós tínhamos seis homens e duas mulheres, então a possibilidade de um homem ficar era muito grande, mas acabou não ficando e ela se destacou muito, aí agente estava contratando uma pessoa sênior. Ela foi contratada para ser engenheira civil, CUIDAR da engenharia predial, depois foi que ela foi transferida e promovida para a coordenação da manutenção, mas era uma área, ela não era coordenadora, ela era engenheira sênior, ou seja, eu poderia ter puxado um homem e esse homem de repente poderia ter ido para a manutenção, mas assim no desenrolar do processo, que foi conduzido por mim, e aí você pode até pensar, não é porque você direciona, porque é uma mulher, muito pelo contrário, tinha um coordenador de produção da época que era um homem e também validado pelo gerente geral da fábrica que também era um homem,

um economista, então essa pessoa realmente teve uma desenvoltura diferenciada no processo seletivo. (Coordenadora do RH da CMB-NE)

Vejamos então outros depoimentos acerca da forma como os homens da nossa pesquisa significam o trabalho feminino.

Um dos informantes solteiros afirma que as relações entre homens e mulheres estão muito competitivas em todas as áreas, o que o incomoda muito. No entanto, vê o trabalho da mulher como fonte de realização e importante para o relacionamento do casal, mesmo que o homem tenha que cumprir o papel de principal provedor. A função de provedor, agora dividida, daria “mais molejo para o casal”, apontando para um tipo de relação com mais equilíbrio. Entretanto, observa que essa divisão trouxe para dentro do relacionamento as características de um mundo competitivo do qual ele se queixa. O lar doce lar já não é tão doce assim.

“Eu acho que tem muita competição. O homem compete em tudo com a mulher. compete desde na cama, para ver quem tem mais prazer, até em casa, quem contribui mais, quem faz mais pela casa, pelo lar. Quem tem mais sucesso profissional. Eu vejo isso muito ao redor e tenho amigos, gente que está casada, sabe todos nós somos cobrados, pelo sucesso material. Você acha que as mulheres são também cobradas? Também, todos nós homens e mulheres, certo? E tem essa coisa hoje, da necessidade da mulher trabalhar não só necessidade substancial, é uma coisa também de realização pessoal. É uma coisa que não precisa nem de sustentar a casa. Dá mais molejo ao casal. Os dois têm que ter a sua função profissional, pela posição econômica, e acho também muito saudável para a relação. Infelizmente, isso está gerando muitas dificuldade nos relacionamentos. Não está sendo vivido na sua forma positiva, de um ajudar o outro a conquistar algo, os dois conquistarem juntos, a meu ver não está.” (22 anos, solteiro, sem filhos, analista de engenharia- entrevista individual)

Outro informante discorre longamente sobre as suas opiniões a respeito do trabalho feminino, a partir da experiência que vivia na época da entrevista. A baixa remuneração de uma atividade profissional predominantemente feminina e desvalorizada no mercado de trabalho é mencionada como sendo o fator de desgaste pessoal da parceira. Pode-se perceber contradições quando a sua visão dos significados do trabalho para a mulher. Apesar de expressar a importância do trabalho para a sua parceira, admite que a provisão dos cuidados principais exigidos pelas crianças pequenas seja atribuição da mulher. Dessa forma, o informante retorna à condição de único provedor da família. Essa situação parece inviabilizar o projeto do “casal igualitário” por ele perseguido.

“... mas vejo assim, que essas grandes mudanças, a pressão da mulher trabalhar e não ser dona de casa, que é uma coisa que eu vejo com a (nome da parceira), que é difícil, porque ela parou de trabalhar agora há uns seis meses também. Ela sempre trabalhou como pedagoga, mas é função meio desgastante. Meio não, muito desgastante. Ficar em pé e crianças, são duas coisas desgastante. E com uma remuneração de uns R\$700,00 por mês, quando é uma escola muito boa. Então, e ainda exigem uma coisa assim:- Não,você tem que estar sete horas ou sete e meia no máximo, lá na classe,na escola, para ajudar. E tem que ficar até tal hora. E aí para ela foi difícil isso. Quer dizer, ela fala:- Olha, meu filho está com catapora. Ai falam :- Nossa pelo jeito pensa mais na tua família do que no trabalho, você quer ou não quer trabalhar? Sabe? Pondo na parede. E aí, era tanta pressão, que ela falou: - Não!. Ela parou no meio do ano. Não, em setembro ela parou, faz três meses. Eu falei:- Tenta levar até o final do ano,espera as férias escolares. - Não, estou esgotada, não dá para trabalhar e ter dois filhos na idade que eu tenho. Vou dar um tempo, agora uns dois anos, depois eu retorno. Na verdade as crianças dão muito trabalho nessa idade, mesmo. E como ela trabalha meio

período, fica mais com as crianças, né? E como é que você vê essa opção dela? Acho que não foi errado, mas para a idade dela, até está difícil voltar nisso aí. O que eu quando era solteiro nunca queria ter uma esposa assim, que fica esperando o marido, aí cuida só dos filhos e não se relaciona com outras pessoas. Então o mundo é filhos, televisão, empregada. Isso eu nunca quis ter. A (nome da parceira) está longe de ser isso, porque ela tem muito contatos fora. Agora, o sentimento que tenho é de responsabilidade, aquela coisa assim de que você tem dois filhos na escola, como agente brinca, agente fala:- Ah , tenho que cuidar do leitinho das crianças. Trabalhar, fazer horas extra, fica mais no meu ombro, e não dá para jogar tudo para cima e falar para o chefe:- Olha, não vou engolir esse sapo e tchau, virar as costas e vou dar um tempo para mim. Quer dizer a responsabilidade é enorme. Olha, um amigo meu estava uma vez falando isso, porque a esposa tinha bolsa de ensino, e sei que cortaram um monte de bolsa. Espero que não aconteça com você o mesmo. Eles estão desesperados. Puxa, então, era tão bem vindo aquele dinheiro dela, era um dinheiro dela, que usava. Essa parte acho que é importante para a mulher. Mesmo que você dê para sua mulher e fale: -Isso é teu. Não é igual a você ter conquistado.”(Antonio, 41 anos, casado, dois filhos, comprador – Entrevista individual)

O relato acima aponta para uma ambigüidade. Ao mesmo tempo em que busca no par amoroso um relacionamento mais equilibrado, em que as responsabilidades com o sustento da casa sejam divididas com a parceira, e que esta busque a sua realização e seus objetivos no próprio trabalho, podemos perceber em seu depoimento uma visão do masculino e do feminino permeada pela construção hegemônica de gênero. Essa visão está expressa nas suas referências ao casal de amigos que passaram por dificuldades financeiras. Trata os recursos da mulher como uma “ajuda”, um “extra” bem vindo, o que significa que a responsabilidade financeira principal está associada ao homem.

Um dos informantes solteiro/divorciado e sem filhos, é bastante crítico quando ao modelo predominante de gênero. Aponta para a insegurança dos homens que estão perdendo “o palanque” e têm que enfrentar situações de inversão de papéis. Afirma também que a demanda de mudança parte das mulheres, e que os homens se sentem “totalmente perdidos” nesse contexto de contínua transformação.

“Homem é basicamente um burro, um animal burro. O homem é um burro. Então, no minuto que você tira o palanque debaixo dele não sabe o que fazer. Então com essas mudanças todas, ele não sabe se ele é um macho mais. Eu não sei se cada geração tem as mesmas visões de mudanças, porque obviamente toda época é uma época de mudanças. Então provavelmente as nossas observações aqui hoje já foram feitas antigamente, e assim até o começo do tempo. Então, acho que a mudança é contínua, mas o domínio do homem está sendo, não vou dizer ameaçado, mas invadido pela mulher em todos os pontos. Antes o homem era o leão, o rei supremo, hoje tem mulher que fala assim:- Meu amigo, eu não preciso de você. Eu posso trabalhar e ter a minha vida e oh! (bate com as mãos), não preciso de você. Então o homem já sente um pouco desnorteado, porque ele, parece que o homem precisa ter alguém que dependa dele. Então, como os papéis tradicionais estão sendo invadidos pelas mulheres, o homem não sabe exatamente onde se posicionar, entendeu? É ele fica meio inibido até, eu noto isso nos restaurantes, você vai nos restaurantes, e muitas vezes na hora de pagar a conta é a mulher que paga, e você vê nitidamente o cara ficar encolhido, sabe. Quem sempre foi provedor foi o homem, quem era o forte era o homem. Então isso agora veio á superfície e explodiu, né, implodiu o mundinho tranqüilo do homem, não é?”
(Henrique, 43 anos, Divorciado, sem filhos – analista de PCP - entrevista individual).

A partir desses relatos, parece-me importante pontuar duas questões: A primeira é o esforço de superação dos valores predominantes de gênero, vistos como um tanto

anacrônicos, muito embora esse processo seja conflituoso e gere muitas ambigüidades. Não há posições confortáveis e duradouras. Há mudanças, desconfortos e tensões. A segunda questão é de ordem econômica, e está relacionada ao padrão de consumo de camadas médias e ao seu projeto de ascensão social. A manutenção de ambos não pode prescindir do trabalho feminino, portanto, a busca por uma estabilidade econômica é um aspecto central no projeto de conjugalidade dos informantes.

A seguir passaremos a discutir com nossos informantes a forma como eles significam o trabalho doméstico. Ou seja, como eles percebem o trânsito lar/trabalho das mulheres nessa nova configuração de inserção feminina no mundo público. Tentando perceber de que maneira esta inserção feminina se faz sentir nos arranjos familiares a partir do discurso masculino.

5.2 Divisão sexual do trabalho doméstico

5.2.1 Trabalho doméstico: algumas definições

A divisão sexual do trabalho segundo Kergoat (2001) tem por característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor agregado (político, religioso, militar, etc.). O trabalho doméstico é definido, por essa autora, como aquele através do qual se realizam as tarefas do cuidado e da reprodução da vida, o qual é um elemento fundante dessa divisão e, portanto, funcional e integrado ao modo de produção capitalista (KERGOAT, 1998)

Ainda segundo Kergoat (1998), a noção de trabalho doméstico não é ahistórica. É a forma concreta que toma o trabalho reprodutivo designado para o grupo das mulheres em uma sociedade assalariada. Ele se coloca como uma dimensão da divisão sexual do trabalho, quando da reestruturação trazida pelo desenvolvimento do sistema capitalista, que separa um espaço/tempo para trabalhar e ganhar um salário, do espaço/tempo do trabalho da reprodução.

Quando a nova ordem capitalista instaurou a separação espaço/tempo entre trabalho produtivo e reprodutivo, produziu também um princípio da separação de trabalho de homens e trabalho de mulheres e deu a essa separação uma conotação hierárquica (KERGOAT, 1998). Esse princípio doravante sustentado por estruturas materiais e simbólicas é um elemento determinante na configuração das relações sociais entre homens e mulheres, de acordo com a sua inserção de classe.

Esse princípio organizador da divisão sexual do trabalho estabelece outra configuração que associa homens/produção/esfera pública, mulheres/reprodução/espaço privado, conferindo a essas associações, dentro do mesmo princípio hierárquico, uma qualificação da primeira como sendo da ordem da cultura e a segunda como sendo da ordem da natureza. O poder patriarcal, que antecede essa nova ordem, é reestruturado dentro dos novos princípios para assegurar o poder dos homens. Nesse sentido as atribuições do trabalho doméstico se junta à privação das mulheres à esfera pública. Como afirma Saffioti (2004) “o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina.”

Posto isto, nossa pesquisa deixou como último tema a ser abordado com os informantes, o tema da divisão sexual das tarefas domésticas. Tanto nas entrevistas individuais, quanto nas realizadas no grupo focal. Na verdade tal divisão de assuntos que trataríamos como: o significado do trabalho para os homens, o trabalho feminino fora do lar na percepção masculina e agora a divisão sexual das tarefas doméstica, seguiu esse itinerário com a finalidade de fomentar um ambiente mais descontraído para que eles pudessem falar dos aspectos mais íntimos de suas relações sociais, como por exemplo, essa que nos reportamos nesse momento do nosso trabalho. Acreditamos ter alcançado tal objetivo, visto que, conseguimos obter dos nossos informantes, mesmo quando reunidos em grupo, depoimentos acerca da forma como se processa a dinâmica das relações sociais dentro do espaço privado, a casa, quanto à realização/divisão das tarefas domésticas, que foram extremamente úteis para entendermos como os homens significam o trabalho doméstico realizados por suas companheiras, empregadas e alguns casos por eles mesmos.

5.2.2 Espaços masculinos e femininos não intercambiáveis: a divisão sexual do trabalho doméstico

A flexibilização dos papéis de gênero, trazida pela mudança dos valores e pela inserção da mulher no mercado de trabalho, produziu rearranjos na organização familiar. As transformações no mercado de trabalho, em termos de inserção feminina, têm trazido a questão da identidade do provedor no grupo familiar e da divisão das tarefas domésticas, o que tem contribuído para uma possível reconfiguração das

identidades⁴¹ tradicionais de gênero, mais adiante retomaremos tal dimensão na dinâmica das relações de gênero.

De um lado, foi possível perceber essa flexibilização dos papéis de gênero na fala dos nossos informantes acerca da forma como eles significam o trabalho doméstico, ou seja, o vislumbre ou mesmo nascimento de novos atores como dito anteriormente em nosso capítulo teórico. De outro encontramos um paradoxo quase que constante entre o discurso e a prática desses informantes. Isso porque de uma forma geral todos os depoimentos relatados no quarto capítulo onde eles falaram acerca do trabalho feminino fora do lar, percebemos que eles legitimam tal trabalho, como sendo algo importante para o casal, para a família em geral e para o orçamento familiar. No entanto, tal legitimidade não tem acompanhado uma divisão sexual do trabalho doméstico mais igualitário ou mesmo equilibrado. A seguir trechos acerca dessa discussão com o grupo focal 1 e entrevista individual:

“Então as tarefas de casa a gente dividia. Fazia, lógico que sobrava mais para ela. Ela sempre reclamou de ter que fazer as coisas. Porque tem mais habilidade, a gente ia fazer não tinha tanta habilidade, não é? Mas dentro do possível, eu sempre a AJUDEI. - A renda de vocês era próxima? - Não, eu sempre ganhei mais. É que eu tenho trabalho especializado, na área técnica, então o meu salário sempre foi maior. Se bem que eu também tive mais períodos de desemprego. E ela tinha um trabalho mais constante. Ganhava menos, era uma função pública que ganhava pouco, mas era

⁴¹Existe um dissenso muito grande quando o assunto é definir identidades de gênero. A literatura sociológica mais recente tem trabalhado com o conceito de identidades em detrimento do conceito de papel. Isso porque o conceito de papel passaria uma conotação de estático, imutável, ou mesmo de um modelo correto, a partir do qual surgiriam comportamentos desviantes.

*regular. E era meio período. Trabalhava meio período.” (45 anos
descasado, uma filha)*

- “Mas como é que é, por exemplo, a divisão de tarefas em casa? - Sempre dividido. Depois que nasceu o (nome do filho), aí ela já estava sem emprego e continuou. Quando ela voltou, trabalhou três meses ,quatro meses , aí foi mandada embora . Está até hoje. Então quando ela trabalhava fora , sempre foi dividido. Quase tudo. Quando eu fui casar, eu já disse –olha , eu cozinheiro, eu adoro cozinhar, eu amo cozinhar. Meu sonho é ter uma cozinha mesmo pra mim, adoro. Esse programa aí de culinária eu fico grudado na televisão . Eu gosto ,é uma coisa minha. Mas como te disse , antes de casar eu falei: -A única coisa que eu não vou fazer é passar roupa. Eu nunca passei roupa bem, até posso tentar passar mas não passo legal , então por isso que eu falei que não passaria . Então falei brincando: -Passar roupa, eu não posso . Então quando os dois estavam trabalhando, quem chegasse primeiro cozinhou. Agora, quando ela ficou em casa, eu disse assim: - Nada mais justo porque agora você está trabalhando em casa . Então eu não acho justo ela ficar o dia inteiro em casa , eu trabalhando fora e eu ainda ter que chegar e dividir tarefas, apesar que uma das tarefas é a troca de fraldas do meu filho á noite. Isso eu faço. Ainda troca de fraldas . Mas isso é porque eu tenho um contato com o meu filho assim fora do comum. Então em relação ao filho eu divido as tarefas, trocar fraldas, dar mamadeira, passear, levar no médico, absolutamente tudo . Ontem eu levei ele no otorrino. Aí ele chegou lá todo borrado. Aí eu cheguei pra atendente e falei assim: - Tem algum lugar pra trocar fraldas? Eu estava de terno, de gravata e tal; - Ah!, mas o senhor que vai trocar? - É por que? Tem algum problema? Não, não, não, o senhor então vai lá trocar (risos). E eu sempre fui muito ativo com o meu filho, muito ativo. É assim , se eu sair e ele está com a mãe, ele fica numa boa com a mãe. Mas se ela sair, ele também fica numa boa comigo. Entendeu? Não tem aquela: - Ah! mamãe, ah mamãe ! Então o meu filho, eu Chego á noite em casa, ele procura a atenção, eu sempre dou a primeira coisa vou chegar em casa agora , ele vai falar assim: - Pai vamos jogar bola lá no quarto? Eu vou jogar bola com ele. Então, meu filho em primeiro lugar, sempre. (Claudio, 32 anos, casado, um filho)

Esses depoimentos nos levam a refletir sobre uma certa rigidez estrutural, social e econômica que pode estar de certa forma dificultando a mudança desses papéis. Em primeiro lugar, os homens não foram socializados para o trabalho doméstico, daí a sua menor habilidade, por isso, vão fazê-lo em mais tempo com pior qualidade. Se a mulher for exigente, isso pode gerar conflitos ou levá-la a assumir mais esse trabalho. Em segundo lugar, se o homem ganha mais, porque exercem profissões mais bem remuneradas, isso já é um incentivo econômico á reafirmação da divisão sexual do trabalho; se a lógica que prevalecer for da racionalidade social, ambas as tendências podem reforçar o retorno do casal á divisão de trabalho herdada, ainda que seus valores no início da relação os tenham levado a tentar um arranjo doméstico diferente. Percebe-se que em muitos dos depoimentos, o arranjo doméstico é baseado em uma divisão das tarefas e atribuições mais igualitária, mas á medida que o homem cresce profissionalmente, e a mulher sai do mercado para ter filhos, o casal é empurrado de volta ao arranjo doméstico da geração dos pais. Supõe-se que nesses casos, a reprodução coloca sob ameaça o projeto “igualitário”.

Como dito anteriormente, todas essas mudanças no mundo do trabalho vêm tendo impacto sobre a legitimidade do modelo tradicional da divisão sexual do trabalho, que sempre resguardou aos homens o espaço público da produção econômica e às mulheres o ambiente reservado das tarefas domésticas. A literatura tem mostrado que as mutações em curso na estrutura do mercado de trabalho, em que pese o aumento do número de mulheres no mercado ocupacional, não tem sido acompanhadas da mesma forma por decisões negociadas no ambiente do trabalho doméstico, sendo influenciado, talvez, por

uma estrutura de percepção patriarcal que dificultaria a aceitação masculina desse tipo de função.

Esses processos seletivos que determinam preferência, prioridade, diferença no que se percebe são aprendidos e construídos nem sempre de maneira consciente e voluntária, o que talvez explique a dificuldade dos homens em assumir novas identidades dentro da estrutura familiar. Essas disposições sociais foram denominadas por Bourdieu (2001) de *habitus* ⁴². A relação com o mundo seria uma relação de pertencimento, de presença no mundo, no sentido de ser possuído por ele. Porém, o envolvimento com esse mundo não instaura uma relação de consciência exterior, mas de uma relação estreita com um mundo que se revela no corpo sob a forma de *habitus*. A ação para Bourdieu não seria, portanto, nem puramente reativa a estímulos sociais externos, nem puramente consciente e calculada, mas produto de uma história que o próprio *habitus* contribuiu para transformá-la. Seria a inter-relação entre a história objetiva das coisas sob a forma de estruturas, mais a história encarnada nos corpos sob a forma de *habitus* que se criaria o sentido da ação.

“Todas as minhas mulheres foram donas de casa deficientes, nenhuma delas foi muito interessada em assuntos domésticos. Nenhuma delas. Então tem que ter uma empregada super eficiente, e então, e me envolvo muito pouco. Eu tenho uma tendência: em vez de comandar a empregada, eu falava com minha mulher, - Olha ver se você consegue isso e tal, como se eu precisasse da intermediação dela, como se eu não pudesse falar diretamente. Eu tenho

⁴² Segundo Bourdieu (2001), os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: “tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático (...), como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas”. O *habitus* seria, portanto, o conjunto dos esquemas de percepção da apreciação e ação inculcada pelo meio social em um determinado momento e lugar. Apareceria como a mediação entre as condições objetivas e os comportamentos individuais. (BOURDIEU, 2001, p. 169).

mania de fazer isso, talvez na minha vida toda, eu uso intermediário para fazer as coisas. Agora fim de semana sem empregada, EU AJUDO. Arrumo a cama, ficava com as crianças para ela cozinhar. Estou sempre AJUDANDO, embora eu não me sinto assim perfeitamente identificado com essa situação, no fundo parece que eu estou fazendo alguma coisa a mais”. (Frederico, 44, divorciado, 2M e 1H, (supervisor de almoxarifado)

“Agora fica um espaço aberto em casa, não é uma questão de machista não, mas a questão é! E as outras coisas? Não pode abraçar o mundo... (Grupo focal 1)

“Mas é aí que entre o papel da empregada doméstica” (Grupo focal 1)

É mas ... Mais é aquela coisa, não desempenha do mesmo jeito que ela.
.(Grupo focal 1)

“Agente tinha uma faxineira eventual que vinha em casa. Então pergunto: mas quando ficam sem a faxineira como fica o trabalho doméstico? É, às vezes tinha essa: um cozinha e o outro lava. Ai, eu cozinjava, ela lavava ou eu lavava e ela cozinjava. Mas assim, ela fazia mais do que eu, não tem como comparar o trabalho doméstico dela, apesar dela trabalhar, mas eu tenho mais compromissos de horários e tal com meu trabalho. Acho que tem muito do modelo de pais, não é? a vida toda vendo a mãe fazer as coisas de casa, aí você traz nem que seja um pouquinho para o seu casamento”.(Grupo focal 1)

Nesses depoimentos aparece um dado interessante que se repetiu nas falas dos nossos informantes, especialmente os de condições econômicas mais favoráveis, a saber, a empregada doméstica. Percebemos que a empregada doméstica funciona como um “amortecedor” das relações de gênero no âmbito das relações privadas, permitindo que muitas questões envolvendo os papéis sociais de gênero não entrem em disputa e sejam diluídas pela figura da empregada.

Se a história contribui para transformar, as vivências interacionais dos agentes sociais diante de novos contextos de divisão sexual do trabalho e das tarefas domésticas têm servido para, embora ainda que lentamente, modificar certos horizontes de significação. Hirata (2004) relaciona, por exemplo, as transformações na divisão sexual do trabalho doméstico com o desenvolvimento, no mundo inteiro, do setor terciário, especialmente os serviços pessoais, o trabalho doméstico remunerado, os cuidados com relação às crianças assim como às pessoas idosas. Argumenta que tais serviços, geralmente associados à força de trabalho feminina e considerada “naturalmente” tarefas femininas colaboram para o aumento da instabilidade e da precariedade de uma grande proporção da força de trabalho feminina, o que poderia acarretar na diminuição “do estatuto já subvalorizado do trabalho doméstico” ⁴³ (HIRATA, 2004, p.18). Tal processo seria possível pela delegação de uma série de cuidados domésticos de mulheres com mais recursos para mulheres com menores recursos.

“Agente tinha uma faxineira eventual que vinha em casa. Então pergunto: mas quando ficam sem a faxineira como fica o trabalho doméstico? É, às vezes tinha essa: um cozinha e o outro lava. ai, eu cozinhava, ela lavava ou eu lavava e ela cozinhava. Mas assim, ela fazia mais do que eu, não tem como comparar o trabalho doméstico dela, apesar dela trabalhar, mas eu tenho mais compromissos de horários e tal com meu trabalho. Acho que tem muito do modelo de pais, não é? A vida toda vendo a mãe fazer as coisas de casa, ai você traz nem que seja um pouquinho para o seu casamento”.(Grupo focal 1)

“E como é que era assim, a relação no dia-a-dia, enfim, as tarefas domésticas, como é que isso era resolvido? Vocês tinham empregadas ou não

⁴³ Segundo Nobre (2004), no Brasil, o emprego doméstico foi o setor que mais criou postos de trabalho nos anos 90. A autora demonstra que em 2001, eram seis milhões de pessoas. Desses, 94% eram mulheres e 60% eram negros. Ainda para ela, apesar de se observar um aumento da formalização do emprego doméstico, apenas ¼ das mulheres trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada e contribuíam para a Previdência Social. (p.65).

tinham? Não, no começo não, não. Eu fui ter empregada lá pelas tantas, não sei nem quando. Olha, com a primeira mulher, a gente foi descobrindo as coisas meio junto, nessa coisa meio embolada assim, era um pouco cada um fazia uma parte, não tinha muita divisão, não. Eu cozinhava bastante, normalmente, acho que bem mais que ela. Às vezes juntos, às vezes até com outros amigos, fazia uma coisa em comum, mas em geral a gente cuidava, cada hora era um que fazia. E as crianças, quem cuidava? Quando começou, quando veio a primeira filha, aí eu acho que começou a ter um apoio sim, ter empregada, acho que a gente podia ter até uma eventual, depois a gente começou a ter uma mais fixa, mas praticamente, as coisas sempre foram meio misturadas. De cada um cuidar e mais para o fim eu comecei a ter uma atividade profissional mais regular, que foi até quando a gente acabou o casamento. Numa ocasião, eu entrei num cargo de governo aí, daí comecei ter uma vida totalmente programada, porque tinha horário, tinha viagem, tinha não sei o quê, toda programada, toda voltada para o trabalho, e era um trabalho fora de casa, porque antes a gente sempre foi muito junto também a gente trabalhava em casa, eu tinha o estúdio lá o ateliê, depois eu comecei a ter fora. Ela sempre trabalhou como psicóloga, também dava aulas. Agora, nesse casamento atual, agente já começou tendo empregada, né? Então no final de semana a gente divide o trabalho com a casa.” (46 anos, casado, duas filhas e um filho)

“À noite, (nome da mulher) fazia as coisa de casa, lavava roupa, lavava louça, fazia faxina. Eu fazia também, eu sempre passei roupa. É que eu trabalhava à noite também, dando aula. Então, chegava onze horas da noite em casa. Então, aí ela é que tinha que fazer mesmo as atividades da casa. Eu chegava estourando das aulas. É muito desgastante, eu já cheguei a dar aula todos os dias. Essa semana eu dei aula todas as noite. Então, eu chego acabado. Claro, chegar no fim de semana, passa roupa fazer as coisas, sempre AJUDEI. porque a gente trabalhava o dia inteiro, eu chegava em casa ela ficava lavando roupa, louça. Melhor coisa que a gente fez foi arranjar uma empregada. E hoje é ela (a empregada) quem faz, é uma pessoa muito dedicada.” (37 anos, casado, uma filha)

Para Hirata (2004), este “modelo de delegação” tenderia a superpor-se ou mesmo substituir o “modelo de conciliação” entre a vida profissional e a vida doméstica. Em pesquisa recente, Simeão (2004) apresenta dados do IBGE para demonstrar que 503 mil trabalhadores domésticos não completaram 17 anos de idade. Além do mais, a grande maioria dessas trabalhadoras, são mais susceptíveis á doenças, vão com menos frequência ao médico e são, muitas vezes, dispensadas pelos seus patrões quando acometidas com alguma doença considerada mais grave.

Os depoimentos dos nossos informantes nos revelam ainda que em termos de estrutura familiar, o modelo de família baseado nos papéis do homem/provedor e da mulher/dona-de-casa aparece como um processo em significativo declínio ao longo da segunda metade do século XX. Essa tendência seria encontrada tanto em países centrais, como por exemplo, os Estados Unidos, como em países periféricos, como é o caso do Brasil. O declínio desse padrão familiar reflete as alterações ocorridas na esfera do privado, das relações de gênero e da intimidade. Transformações de valores que tem afetado de modo decisivo a estruturação da família tradicional, na qual o chefe da família era responsável pelo controle e decisão sobre os demais integrantes da família (OLIVEIRA, Z., 2005).

“O homem ta mudando um pouquinho, né. A mulher fala assim: - vou chegar depois de você, faz serviço. Então hoje você já vê homens tomando conta da casa assim, mas generalizando, ainda é a mulher que trabalha fora, não interessa, chega em casa, a casa tem que estar arrumada, ela que cuidar, não o homem. Então eu acho que o homem é muito acomodado neste sentido, ele só acorda mesmo quando algo que precisa ser feito bate na cara dele: - Oh teu filho está aqui, esta cheio de merda , vai trocar. Sabe, do contrário, ele nem pensa nisso. Eu não tenho nenhum problema

de cuidar da casa. Eu moro sozinho. Quem lava roupa sou eu . Eu não tenho máquina de lavar, eu lavo na mão, entendeu ? Se eu quiser comer, eu faço a comida. Eu lavo os pratos. Agora eu não sei se isso é algo meu ou se é um fruto do tempo que vai mudando. E quebro os papéis tradicionais, então eu não tenho essa neura de - Não espera aí, eu não vou lavar prato. Hoje eu faço o papel tradicional do macho e o papel tradicional da mulher, com a minha namorada .Ela levanta cedo, eu fico assistindo um pouco de televisão, fico na cama, ela põe a mesa e faz o café, aí eu vou lá e tomo o café. Só que daí eu inverte os papéis, ela sai e eu tiro a mesa, lavo os pratos, guardo tudo, entendeu? Então eu faço os dois papéis, um tipo macho idiota que tem que ser servido, só que aí eu paro, aí eu limpo a mesa, lavo os pratos ou não é? Então pra mim é até difícil não ser diferente, eu sou solteiro , não dependo de ninguém .”(44 anos ,solteiro, sem filhos)

Dados extraídos da PNAD/IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstram que em 2001, 42% dos homens declararam realizar algum tipo de afazer doméstico, contra 90% das mulheres, o que demonstraria ainda uma menor responsabilidade do homem na organização doméstica, cabendo às mulheres o ônus do trabalho nesse tipo de conformação. Para Dedica (2004), a maior “responsabilidade” se traduziria em um uso do tempo extremamente desigual entre homens e mulheres. Apesar da tendência de uma menor jornada de trabalho de caráter econômico exercida pelas mulheres, estas possuiriam uma jornada total superior a dos homens, levando-se em consideração que as mulheres desempenhariam uma jornada de trabalho em afazeres domésticos, em média, três vezes maior àquela realizada por homens.

Bruschini (2004) demonstra que, a partir dos anos 90, o perfil das mulheres no mercado de trabalho no Brasil aponta para trabalhadoras mais velhas, casadas e com

filhos. Contudo, segundo ela, as responsabilidades domésticas e familiares permaneceriam sobrecarregadas sobre as próprias mulheres. Isso contrasta com o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, que chegaria ao final da década de 90 a 26%.

Lauper (2003) ⁴⁴ expõe que, apesar da igualdade profissional e salarial em pauta na agenda política das democracias ocidentais, a divisão desigual do trabalho familiar e doméstico pesa sobre as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e limita a autonomia das mulheres.

“Aqui na Müller, é engraçado essa relação de mulheres com o trabalho. Percebe-se que as mulheres aqui são maioria, mas o que é mais atípico é ver uma mulher chefiando um setor só de homens, como no nosso caso. Assim, não que ela não tenha competência pra isso, mas é diferente nos outros lugares que passei. Porque assim, como agente tava falando, em casa quando agente ajuda a nossa mulher geralmente agente fica com aquelas atividades menos detalhista, E você acha que isso se deve a que? Ah! acho que desde pequeno, sei lá! E aí normalmente nas indústrias você observa que as mulheres assumem tarefas parecidas com aquelas que já fazia em casa. Apesar que isso aí tá mudando é só olhar pra Müller vai ver que já tem diferença nessa questão”. (42 anos, casado, 3 filhos)

⁴⁴Se para os homens, historicamente, o direito ao tempo livre constitui-se em um direito de cidadania – com a redução do tempo de trabalho e com as férias pagas, os assalariados reivindicam uma liberdade de existir também fora do trabalho – para as mulheres, o caso foi diferente. Suas reivindicações visavam o acesso igual à cidadania pelo direito de ter um emprego. Para elas, o direito ao trabalho assalariado significa a Liberdade de existir fora de uma posição de subordinação doméstica (LAUFER, 2003, p.133).

Sorj (2005) demonstra como a nossa percepção sobre as relações de gênero foi historicamente transformada. De acordo com a autora, desigualdades aceitas como justas passaram, principalmente após os movimentos feministas do século XX, a ser socialmente deslegitimadas, uma dessas é a exclusão das mulheres no mercado de trabalho.

Contudo e a despeito de uma relativa aproximação entre homens e mulheres no que tange os afazeres domésticos, é importante ressaltarmos que a divisão sexual do trabalho doméstico em parâmetros mais tradicionais (trabalho do homem é de provedor e da mulher cuidar da casa e da família) é ainda corroborada por boa parte das mulheres, fazendo com que coexistam valores tradicionais e também igualitários dentro do sistema de percepção das relações de gêneros (SORJ, 2005). Tais atos de submissão das mulheres teriam uma dimensão simbólica, de forma que a dominação sempre colocaria em jogo as estruturas cognitivas que, aplicadas as estruturas sociais, estabeleceriam relações de sentido. Assim, a violência simbólica, mais que uma violência física, ou qualquer outra forma de coação mecânica, constitui o mecanismo de reprodução social, o meio mais forte de se manter a ordem, como no caso da dominação masculina. “As oposições inscritas na estrutura social dos campos servem de suporte a estruturas cognitivas, taxionomias práticas, muitas vezes registradas em sistemas de adjetivos, que permitem produzir julgamentos éticos, estéticos e cognitivos” (BOURDIEU. 1999 p. 124).

Araújo e Scalon (2005) ao estudarem o tema gênero, trabalho e família em perspectiva comparada, concluíram que as transformações nos padrões de organização familiar e nas relações de gênero comportariam dimensões que seriam aparentemente

conflitantes. Para elas há coexistência de valores e práticas que tendem para o mais moderno junto a outros ainda muito conservadores, apesar da tendência das mudanças de valores irem á direção de uma perspectiva mais igualitária.

Para Picanço (2005), o trabalho doméstico reproduz muitas vezes, valores tradicionais das sociedades ocidentais que conotam certos sentidos para a ação. O trabalho doméstico, assim como o trabalho assalariado, comporta determinados valores que estimulam motivações e sentidos. Tais valores, historicamente concebidos, têm passado por um processo de mudança, transformando as motivações e os sentidos. O que antes era uma simples definição do lugar ocupado na vida, o trabalho doméstico é agora, para muitas pessoas, uma obrigação compartilhada.

Contudo, se por um lado essas transformações têm propiciado uma maior inserção feminina na estrutura sócio-ocupacional da sociedade e uma negociação um pouco maior nas decisões dentro do núcleo familiar, por outro é possível evidenciar uma complexa e talvez implícita forma de reprodução da desigualdade de gênero, principalmente no que consiste ao trabalho doméstico. É possível afirmar que a divisão sexual do trabalho doméstico, até mesmo naquelas famílias em que a mulher está inserida na esfera produtiva e contribui para o orçamento doméstico, se apóia, num sofisma que legitima o lócus de poder do homem sobre a mulher.

É necessário ainda, destacar que para boa parte da literatura sobre trabalho, a divisão das tarefas domésticas tem se reproduzido em uma separação entre produção, considerada função masculina e reprodução, considerada função feminina. O cuidado com a casa e com a educação dos filhos, futura força de trabalho para o sistema

capitalista, seria, ainda, realizado basicamente pelas mulheres, não sendo elas mesmas consideradas como uma força de trabalho livre, uma vez que tais responsabilidades limitam sua trajetória no mercado de trabalho assalariado. (NOBRE 2004).

De forma geral, a literatura tem tratado o tema privilegiando abordagens que consideram a estrutura de família tradicional, convencional. De acordo com Kon (2005) o estudo da divisão sexual do trabalho na sociedade, deve ser compreendido a partir das funções impostas ao homem e a mulher na divisão sexual do trabalho na família que, segundo ela, sempre estiveram implícitas nas instituições culturais (políticas, sociais e econômicas), da sociedade em várias fases de evolução. Desde a economia predominantemente rural ou pré-industrial dentro da família, o homem e a mulher desempenham papéis distintos enquanto produtores de bens e serviços à sociedade. Desde então, a atividade econômica da mulher tem se originado de sua função prioritária de reprodução da força de trabalho. Desta função se originariam as distintas formas que tem assumido a subordinação feminina, em diferentes sociedades de maneira que a participação da mulher na produção, a natureza de seu trabalho e a divisão do trabalho entre os sexos seriam considerados resultados de suas atividades de reprodução. Ressalta, ainda, que grande parte das análises econômicas na atualidade aceita essa forma de divisão do trabalho como algo dado, ou seja, na divisão sexual do trabalho, o papel da mulher ainda é definido para a contribuição à reprodução biológica da força de trabalho, isto é para a procriação e criação dos filhos.

No entanto, abordagens como esta têm ignorado novas formas de associação e interação entre pessoas, que podem ser do mesmo sexo, por exemplo, ou pessoas que não vêm na família nuclear burguesa como a única e melhor forma de estrutura

familiar. Não obstante, em famílias operárias, como no caso desta pesquisa, essa idéia de estrutura familiar ainda é muito arraigada no discurso, apesar do lento processo de mudança de percepção. Há que se ressaltar, que a conformação familiar tradicional tem assumido novos contornos, e estes subjazem á própria noção de destradicionalização, entendida aqui como um processo de mudança dos parâmetros clássicos das identidades de gênero favorecendo transformação na divisão sexual do trabalho doméstico (MATOS, 2005).

É pertinente supor, entretanto, que as desigualdades na distribuição de atribuições das tarefas domésticas ainda persistem apesar ser possível observar algumas transformações mais recentes com possíveis desdobramentos para as identidades de gênero.

Deste modo pudemos constatar que o trabalho doméstico continua sendo o nó dos arranjos domésticos familiares. É bem verdade que muitos dos informantes saíram da posição de “ajudante” doméstico da parceira, para desempenhar um papel mais ativo, especialmente quando ambos têm um trabalho em tempo integral. O que significa uma atualização do modelo familiar do qual foram herdeiros. Por outro lado, há circunstâncias conjunturais, quando a parceira está desempregada, ou trabalha meio período, em que eles se sentem mais desobrigados com o doméstico, e retornam a posição de “ajudante” de fim de semana. Na sua maioria, são ainda as mulheres (parceiras e empregadas) que dedicam mais horas do seu tempo aos serviços domésticos.

Vimos nesta pesquisa que a ideologia do patriarcalismo legitimando a dominação masculina baseada na idéia de que o provedor da família goza de privilégios foi abalada. Isso porque, a idéia de masculinidade hegemônica passou a ser questionada. Pudemos chamar a atenção para o fato de que essa hegemonia masculina muitas das vezes é conquistada a um alto custo, que segundo Badinter (1993) seria uma batalha diária. Vimos que o esforço para se estar à altura do que se espera ser homem (viril) é um processo cuja deflagração se deu a partir do movimento feminista dos anos 60 que fez evaporar a característica universal masculina aceita, até então, como “natural”. Ora até o século XVII, a mulher era medida segundo o padrão de perfeição masculina. Somente a partir do século XVIII, a mulher passaria a ser diferenciada do homem por seu espaço, sendo este incumbido da criação, produção e política. “Esfera pública é seu elemento natural” (BADINTER, 1993, p. 9).

No entanto, neste trabalho pudemos observar através dos depoimentos dos nossos informantes, que o mais apropriado na definição da masculinidade seria pensar que ela é relacional, não existindo, portanto, um modelo universal que define o masculino. Como diria Goffman (1985) estaríamos presenciando o nascimento de novos atores.

Pois como diria Kimmel (1998), se hoje estamos procurando uma visão da masculinidade hegemônica contemporânea “a do executivo globalizado, com telefone celular, laptop, assentado na classe executiva, engravatado” poderia ser o retrato e não precisaríamos olhar além dos grupos que têm sido excluídos, como por exemplo,

mulheres, homossexuais, negros, velhos, etc. Nesse sentido concordamos com Vale de Almeida (2000) quando ressalta a necessidade de se analisar formas de culturas distintas, num contexto etnográfico, onde seria possível ponderar as masculinidades em conjunturas geracionais e de grupos específicos, onde o mais importante poderia ser a própria desconstrução da masculinidade hegemônica, percebendo a sua volatilidade, ou seja, a sua historicidade.

Dessa maneira, nesta tese foi preciso ponderar que a própria percepção da masculinidade, por parte dos nossos entrevistados, é algo difuso, porém específico quando consideramos suas trajetórias particulares. Ora essa percepção difusa foi possível de ser observada quando ao reconhecerem que a mulher ocupa, cada vez mais, posições de destaque no mercado de trabalho, na sua grande maioria legitimaram o trabalho fora do lar desempenhado por suas companheiras, no entanto, uma das questões que vimos emergir deste contexto foi a própria dificuldade do homem em aceitar o trabalho doméstico em detrimento ao público.

Sendo assim, foi possível observar que essa percepção está baseada na idéia de que existe uma obrigação moral de trabalhar, de sustentar as suas famílias e também, sacrificar o corpo. Todos esses elementos foram socialmente elaborados como prestigiantes e capital simbólico de masculinidade. Isso para o homem é um ponto de tensão, dada que uma das únicas formas de importância social é no símbolo de homem trabalhador. (VALE DE ALMEIDA, 2000). A esse respeito Bourdieu (2000) tratou desses esquemas de pensamento em relação à construção das identidades em seu trabalho sobre a dominação masculina. Segundo ele, essa “batalha moral” derivaria de estruturas de percepção encarnada nos corpos sob a forma de “habitus”. Para o autor,

mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes. Esse programa de percepção incorporada, se aplica a todas as coisas do mundo e, antes de tudo ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres (BOURDIEU, 1999, p.18). Dessa maneira, a pior humilhação para um homem consistiria em ser “transformado em mulher”. Ora mais em que sentido, ou de que forma esse homem se transformaria em mulher? Nos depoimentos dos nossos entrevistados expressões como “*o desemprego é uma derrota para homem*” “*você se sente um inútil*” entre outras, nelas foi possível observarmos como a situação de estar restrito ao lar, “*sem ter o que fazer*”, evidenciando uma certa desonra para o homem assumir o papel de “mulher dona-de-casa” demonstrando, assim o quanto enraizados, mesmo que abalada, está as estruturas patriarcais em suas percepções, fazendo com que os atos, tanto masculinos como femininos, acabem sendo inevitavelmente, atos de reconhecimento e de submissão.

Nesse sentido, os dados da pesquisa sugeriram que o princípio dessa visão dominante se deu à custa, e ao trabalho de uma socialização difusa instituída, como diria Bourdieu (1999), pela arbitrariedade cultural. Essa orientação conduz os indivíduos a distintas identidades inscritas nos corpos através de “injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados”. (BOURDIEU, 1999, p.34). Essas relações entre os gêneros se inscreveriam também nos princípios de visão e divisão, que levariam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis a oposição entre o masculino e o feminino. Dessa forma, caberia aos homens, localizados do lado exterior, do oficial, do público, realizar os atos

tidos como perigosos e espetaculares. Já as mulheres, situadas do lado interior, do privado, caberiam os trabalhos domésticos, escondidos, “até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças”, sendo estas, portanto, as encarregadas das preocupações vulgares da gestão cotidiana da economia doméstica. Como nos diz Bourdieu (1999) não seria exagero comparar a masculinidade a uma nobreza, já que além do fato de o homem não poder rebaixar-se a desempenhar determinadas tarefas tidas, socialmente como inferiores, as mesmas tarefas acabem se tornando nobres e difíceis quando realizadas por homens, a esse respeito foi possível perceber essa “nobreza” no relato de Claudio 32 anos, quando nos relatou o evento da troca da fralda do seu filho onde as pessoas do consultório receberam com certo estranhamento e risos o fato dele de paletó e gravata [um homem] ter de trocar o bebê.

Sendo assim, podemos afirmar que ao observamos historicamente a dinâmica das relações de gênero engendradas socialmente, podemos identificar que os valores hegemônicos de gênero, no caso específico deste trabalho os valores hegemônicos masculinos, vêm passando por um intenso processo de reconfiguração. Nesta pesquisa foi possível perceber através do discurso masculino uma tendência para uma descontinuidade dos modelos rígidos de representações de gênero herdadas por meio da interação familiar e outros agentes de socialização, que demarcavam fortemente os lugares específicos de homens e mulheres: a mulher dona-de-casa e cuidadora da família, e o homem-provedor ausente da convivência íntima com os filhos. A esse respeito Lobo (1989) nos diz que a relação de gênero nos remete, pois a espaços primários das relações familiares e implica na construção de uma subjetividade sexuada e de identidade de gênero. Contudo, os itinerários de homens e mulheres não podem ser reduzidos a simples efeitos mecânicos de uma identidade cristalizada de uma vez para

sempre, ou não haveria história, daí a importância das análises que tem por objeto as práticas sociais e as instituições, onde as relações de gênero se constroem.

Pôde-se perceber também que entre os homens entrevistados que em certa medida eles se vêem multifacetados, ora atendendo as demandas externas de uma sociedade competitiva, ambígua nas suas mensagens, ora construindo relações mais igualitárias, baseadas na divisão do poder entre sexos, nem sempre de forma igual, mas buscando um caminho próprio, tentando se desvencilhar das crenças e dos valores herdados.

Acreditamos que o rearranjo dos valores e as mudanças de comportamento dos quais observamos na fala dos nossos entrevistados foram se configurando nesse processo de profundas mudanças no cenário das relações de gênero, cujo resultado final desse processo não podemos visualizar porque as reconfigurações são constantes.

Sendo assim, o argumento o qual nós defendemos no decorrer deste trabalho pode ser observado dentro dos limites do universo empírico da nossa amostra, onde muito embora consideremos a identidade de gênero como não fixa sua mobilidade não necessariamente indique que a aquisição de novos valores passa pela rejeição dos antigos, em outras palavras, os processos sociais de mudanças pelas quais os homens e mulheres vêm passando, tem possibilitado muitas negociações no campo das relações de gênero, no entanto, a estrutura social expressa especialmente em instituições como a família e o trabalho acabam enfraquecendo o processo de mudança a que esses sujeitos vêm sendo expostos. Nesse sentido as tensões e ambigüidades que vimos emergir nos discursos dos nossos informantes surgem justamente porque velhos e novos modelos convivem juntos numa mesma subjetividade e, portanto, causam conflitos.

Ora abdicar de crenças e fundamentos, mudar atitudes, derrubar mitos internos para modificar as regras apreendidas ao longo de toda uma trajetória de socialização contínua, não se constitui numa tarefa fácil. As agências socializadoras (família, escola, igreja, grupos de colegas, mídia, entre outros) com as quais os indivíduos convivem exercem uma força poderosa sobre suas ações e percepções.

Desta forma, o que pudemos perceber na presente pesquisa, sugerido pelos dados da mesma, foi a de que o arquétipo do homem super viril, no momento em que a mulher assume posição cada vez mais atuante no espaço público, pode ser fonte de sofrimento e inquietação, especialmente entre aqueles que orbitam entre o lócus do seio doméstico e posições desprivilegiadas no mercado de trabalho em relação as suas companheiras.

No que diz respeito principalmente ao tema do trabalho e da posição pouco confortável que alguns homens sentem quando não estão inseridos de forma institucionalizada no mundo do trabalho, se deve muito em função da idéia socialmente construída e amplamente difundida que Kergoat (2001) vai chamar do princípio da separação e o princípio hierárquico. A primeira vai estabelecer o que é trabalho de homem e o que trabalho de mulher, onde no caso dos homens a esfera da produção lhe é prioritário, ficando as mulheres então a esfera reprodutiva das tarefas domésticas. Quanto ao princípio hierárquico este vai valorizar desigualmente as atividades realizadas em ambas as esferas, dizendo então que trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher, produzindo assim simultaneamente a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado. Desse modo, podemos afirmar mais uma vez, que as relações sociais estruturadas com base em sistemas de dominação e exploração se reproduzem através de mecanismos materiais e simbólicos que sustentam as

desigualdades. E é justamente na contramão dessa idéia de trabalho que o feminismo como movimento político e pensamento crítico nasce questionando a teoria social. Dessa forma colocou um desafio para as novas leituras da realidade, as quais deveriam incorporar e ampliar o conceito de trabalho tanto no âmbito produtivo quanto reprodutivo na prática da pesquisa social como esferas importantes das relações sociais. Em especial dando maior visibilidade as tarefas desempenhadas no âmbito privado/reprodutivo desempenhado pelas mulheres.

Posto isto, acreditamos que mais pesquisas são indispensáveis para compreendermos os sentidos, significados que o trabalho sob a ótica do gênero vem sendo construído por homens e mulheres, vale salientar o trabalho numa perspectiva mais amplo do termo, atrelado a concepções como classe e raça.

Desta feita, o estudo aqui desenvolvido apontou a necessidade de outros estudos qualitativos que permitam uma compreensão mais aprofundada da relação gênero, homem e trabalho orientados para outros segmentos sociais a fim de contemplar a diversidade regional e cultural brasileira. Sendo assim, é preciso assumir o compromisso, em futuras pesquisas, de questionar as crenças e os pressupostos e evitar a homogeneização a priori, buscando construir um campo com novos paradigmas. Para isso, é necessário em primeiro lugar compreender a multiplicidade da subjetividade masculina e feminina e sua articulação com o contexto social, econômico, cultural e político.

Finalizando, gostaria de destacar duas conclusões que me parecem fundamentais. A primeira refere-se à necessidade de rejeitarmos modelos fixos de homem e mulher.

Pois muito embora a estrutura social no processo de configuração das identidades seja um elemento que exerce um poder significativo sobre os indivíduos, devemos salientar que a mesma não atinge uniformemente a todos. E isso nos leva a segunda conclusão da qual gostaríamos de falar, que seria o rompimento por parte dos indivíduos com essa estrutura condicionante. Esse rompimento como falamos anteriormente não se constitui numa tarefa fácil, mas exige dos indivíduos muitas rupturas nem sempre possíveis. No entanto, são essas rupturas que possibilitam a mudança social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. Um olhar de gênero. Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. **Gênero e trabalho na sociologia latino – americana**. ALAST. Rio de Janeiro, 1998.

AGUIAR, Neuma. **Mulheres na força de trabalho na América Latina. Análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação Antropológica da Masculinidade. Lisboa: Fim de Século Edições, 2000, 2ª edição.

_____. Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do Sul de Portugal. In **Anuário Antropológico 95**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. **Masculino/Feminino: Tensão Insolúvel**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ANGIER, M. Distúrbios Identitários em tempos de globalização. **Revista MANA**, n. 7, São Paulo, 2001.

ANTUNES, R. Fordismo, toyotismo e a cumulação flexível In ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, Ed. da UNICAMP, 1997, 4ª edição.

ARAGÃO, Luiz Tarlei de. O casamento acabou, viva o casamento. IN: CALLIGARIS, Contardo. **O laço conjugal**. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre; Artes e Ofícios Editora Ltda, 1994. p. 49-64.

ARANGO, L.G. Família, trabajo y identidad de gênero. Analogias y contrastes entre dos categorias sócios-profesionales em América Latina. IN: ABRAMO, L.; ABREU, A. **Gênero e trabalho na América Latina**. ALAST: Rio de Janeiro, 1998.

ARAÚJO, A.M.C.; OLIVEIRA, E.M.; Reestruturação produtiva e saúde no setor metalúrgico: a percepção das trabalhadoras. **Sociedade e Estado**, v.21, p. 169-198, 2006.

ARAÚJO, A.M.C.; AMORIM, E.R.A.; FERREIRA, V.C.; Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva. Artigo apresentado no VII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal, **Anais**, 2004.

ARAÚJO, A.M.C.; CARTONI, D.M.; JUSSTO, C.R.D.M.; Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n. 45, 2001.

ARAÚJO, A.M.C. e AMORIM, Elaine A. (2002) “Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas”. In **Cadernos Pagu – Desafios da Equidade** (17/18), pp.267-310.

ARAÚJO, A.M.C., AMORIM, Elaine A. e Ferreira, Verônica C. (1999) “As novas modalidades do trabalho feminino em tempos de flexibilização e reestruturação produtiva”, artigo apresentado no II International Congress Women, Work and Helth, Rio de Janeiro, RJ, de 19 a 22 de setembro. (mimeo)

ARAÚJO, C.; SCALONI, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. IN: ARAÚJO, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. FGV Editora, Rio de Janeiro, 2005.

ARILHA, Margareth. **Masculinidades e gênero**: discursos sobre responsabilidade na reprodução;. São Paulo, 1999. 117f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – PUC-SP.

_____. Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In: Giffin, K. & Costa, S. (Org.) **Questões de Saúde Reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 455-467, 1998.

_____. Homens: entre a “zoeira” e a responsabilidade. In: ARILHA, M.; MEDRADO, B.; RIDENTI, S. **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS; Ed.34, 1998.

BADINTER, Elizabeth. **XY**: sobre a Identidade Masculina. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

_____. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANDEIRA, L. M. Divisão sexual do trabalho - práticas simbólicas e práticas sociais In SIQUEIRA, D.E.; POTENGY, G.F.; CAPPELLIN, P. (Orgs.) **Relações de Trabalho, Relações de Poder**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BARBIERI, Teresita de. Sobre La categoria gênero: uma introducción teórico-metodológica. In: AZERÊDO, Sandra; STOLCKE, Verena (Coord.). **Direitos reprodutivos**. São Paulo: FCC/DPE, p.25-46, 1991.

BARDIN, Laurance. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: edições 70, 1997.

BARROS, R.P. Consequências de um novo padrão de inserção das mulheres no mercado de trabalho sobre o bem estar na região metropolitana de São Paulo. In: CEPAL. **Emprego feminino no Brasil**: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. São Paulo, 2006.

BARRET, M. (1996) **Feminismo**. In BOTTOMORE ,Tom, , OUTHWAITE, William (org.) **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**/ editado por Tom Bottomore, William Outhwaite Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1996

BARRET, M. (1999) As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea. **Revista de estudos feministas**. Santa Catarina. IFCS/UFRJ, V.7, N.1

BAUER, Martins & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: vozes, 2000.

BECKER. H. A História de Vida e o Mosaico Científico In: BECKER. H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BERARD, T. J (2005) Rethinking practices and structures, **Philosophy of the social sciences**, 35(2): 196-230.

BEZERRA JR., Benilton. Descentramento do Sujeito: Reflexão sobre um Implícito pouco Pensado. In Costa, Jurandir Freire (Org.). **Redescrições de Psicanálise: Ensaios Pragmáticos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BILAC, Elisabete Dória. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara T. (Org.) **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, p.43-61, 1995.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Editempo, 1998.

BLEICHER, Joseph. **The hermeneutic imagination: outline of a positive critique of scientism and sociology**. London: Routledge, 1982.

_____. **Hermenêutica contemporânea**. Lisboa: Edições 70, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

_____. **A dominação masculina**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Meditações Pascalinas**. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Conferência do Prêmio Goffman: a Dominação Masculina Revisitada. In Lins, Daniel (Org.). **A Dominação Masculina Revisitada**. Campinas/SP: Papirus, 1998.

_____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo; In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. A dominação masculina. In: **Educação & Realidade**, 20(2): 133-184, jul/dez. 1995.

_____. Esboço de uma teoria das práticas: In: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1985. (coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. Três estados do campo: In: **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____. Por uma ciência das obras: In: **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, Campinas, 2006.

BRUSCHINI, C. Trabalho de Mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, p. 105-138, 2004.

_____. Trabalho Feminino: Trajetória de um Tema, Perspectivas para o Futuro In: **Revista Estudos Feministas**, vol. 2, n.º 3, 1994.

_____. LOMBARDI, M. R. Trabalho feminino no final do século XX In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, p. 157-196, 2001/02.

_____. LOMBARDI, M.R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC Editora, 2003.

_____. LOMBARDI, M.R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 67-104, 2000.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLIGARIS, Contardo. Sexo. In **Jornal Folha de São Paulo, Caderno Mais!**, 13 de abril de 1997, p. 05.

CARRARA, Sérgio. Masculinidade em crise, **a invenção do contemporâneo**, espaço cultura, Rio de Janeiro, 2006.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A Construção da Masculinidade. In: **Revista de Psicanálise**, ano X, nº 19, 2º semestre de 1997, pp. 49-56.

CAPPELLIN, A. A igualdade das oportunidades nas relações de trabalho: a ética da reparação antecede o dever de responsabilidade. In: COSTA, A.; OLIVEIRA, E.;

SOARES, V. (Orgs.) **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, v.20, n. 2, UFRS, Porto Alegre, 1995.

_____. **Masculinities**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1995.

CORRÊA, Sônia. O Cairo, um olhar das ONGs. **Teoria e Debate**, n. 26, set./out./Nov. 1994.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. 336 p.

COSTA, Jurandir Freire. **Psicanálise e Contexto Cultural**: Imaginário Psicanalítico, Grupos e Psicoterapias. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. **A Inocência e o Vício**: Estudos sobre o Homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

_____. (Org.) **Redescrições da Psicanálise**: Ensaio Pragmáticos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A Face e o Verso**: Estudos sobre o Homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.

_____. **O Sujeito em Foucault**: Estética da Existência ou Experimento Moral. In: Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, n.7, vol 1,2, outubro de 1995, pp. 121-138.

COSTA, M. **Macho, masculino, homem**. São Paulo: Siciliano, 1995.

_____. **Homem, mulher**: crises e conquistas. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CUSCHNIR, Luiz. **Masculino**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. 114 p.

_____. **Feminina**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. 94 p.

DA MATTA, Roberto. Tem pente aí?: reflexões sobre a identidade masculina. In: CALDAS, Dario (Org.). **Homens**. São Paulo: Editora SENAC, 1997. p. 31-49.

DAUNE-RICHARD, A. Qualificações e representações sociais. In: MARUANI, M; HIRATA, H (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade:** homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC Editora, 2003.

DEDECCA, C.S. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, A.; OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.** São Paulo: CUT. 2004.

DUBAR, C. La Crise des Identités – L'interprétation d'une mutation. Paris: PUF, 2000.

DORAIS, Michel. **O Homem Desamparado.** São Paulo: Loyola, 1994.

_____. **O Erotismo Masculino.** São Paulo: Loyola, 1994.

ELMÔR, M.G. **Masculinidade em jogo:** um estudo sobre papéis masculinos num grupo de adolescentes no futebol. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – UNICAMP, Campinas – SP, 2002.

FALCONET, Georges & LEFAUCHER, Nadine. **A Fabricação dos Machos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

FIGUEIRA, Sérvulo A. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In:_____(Org.) **Uma nova família?:** o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p. 11-30.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Questões Ontológicas (e Préontológicas) na Pesquisa dos Processos de Singularização.** Trabalho apresentado no Simpósio Internacional “Novos Territórios e Novas Subjetividades”, Mestrado de Psicologia Social, UFRS – Simpósio Internacional “Mal-Estar e Subjetividade”, Mestrado em Psicologia da UNIFOR, março de 1998.

_____. **O Sintoma Social no Brasil:** Mal-Estar e Subjetividade Brasileira. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional “Novos Territórios e Novas Subjetividades”, Mestrado de Psicologia Social, UFRS – Simpósio Internacional “Mal-Estar e Subjetividade”; Mestrado em Psicologia da UNIFOR, março de 1998.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; REILBORN, Maria Luíza. Antropologia e Feminismo, In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, pp. 11-47.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização.** Rio de Janeiro: Imago. Ed. Standard Brasileira, Obras Completas, vol. XXI, (1929 [1930]), pp.75-171.

FONSECA, N.A. Ética, direitos e relações de gênero no trabalho – a recriação do sentido do trabalho do ponto de vista dos direitos humanos. In: COSTA, A.; OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.) **Reconfiguração das Relações de Gênero no Trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**. Tradução de Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **História da sexualidade I – a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FULLER, Norma. Fronteras y retos: varones de clase media del Perú. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (Ed.). **Masculinidades: poder y crisis**. Santiago: Isis Internacional, 1997. p. 139-152 (Ediciones de las Mujeres, 24).

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. The universality of the hermeneutical problem. In: 1977.

GARCIA, Sandra Mara. Conhecer os Homens a Partir do Gênero e para além do Gênero. In: Arilha, Margareth; Ridenti, Unbehaum, Sandra G., e Medrado, Benedito (orgs.). **Homens e Masculinidades: outras Palavras**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

GAY, Peter. **O Cultivo do Ódio: a Experiência da Burguesia da Rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GIDDENS, Anthony. A vida de uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 73-134.

_____. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. 2. Ed. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1993. 228 p.

_____. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de: Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991. p. 177.

GIFFIN, Karen. **Homens, heterossexualidades e reprodução no Brasil**. Berkeley: ENSP/FIOCRUZ, 1997. 21 p.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

GOLDENBERG, Miriam. A crise do masculino: um tema em debate dentro e fora da academia. **Revista Lugar Primeiro**, PPGSA/IFCS/UFRJ, n. 1, p. 1-17, 2000.

GUEDES, M.C.; ALVES, J.E.D. A população feminina no mercado de trabalho entre 1970 – 2000: particularidades do grupo com nível universitário. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. **Anais**, 2004.

GUIMARÃES, N.A. Laboriosas, mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. **Estudos Feministas**, n. 83, 2001.

HAGUETTE, J. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. São Paulo: Vozes, 1987

HAMLIN, Cynthia. Hermenêutica romântica de Wilhelm Dilthey. **Estudos de Sociologia**. Recife, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, v. 4, n. 2, 1998, publicação on line.

HARDING, Sandra. **Ciencia y Feminismo**. Madrid, Ediciones Morata, 1996.

HECKMAN, Susan J. **Hermenêutica e sociologia do conhecimento**. Lisboa: Edições 70, 1986.

HEIDTGER, Martin. **Ser e tempo**. São Paulo: Vozes, 1998

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. Em cena, os homens. **Revista de estudos feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 370-374, 1998.

HIRATA, Helena e Kergoat, Daniele (1994) “A classe operária tem dois sexos”, **Revista de Estudos Feministas**, Ano 2, 1º semestre.

HIRATA, Helena. "Divisão capitalista do trabalho". **Tempo Social**, nº1, São Paulo, USP, 1989.

_____. O Universo do trabalho e da cidadania das mulheres – um olhar feminino e do sindicalismo. IN: COSTA, A.; OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.) **Reconfiguração das Relações de Gênero no Trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista latinoamericana de estudios del trabajo**. Ano 4, n. 7, 1998.

_____. O emprego industrial feminino e a crise econômica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 4, n.º 11, 1984.

_____. HUMPREY, J. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. **Revista de Economia Política**, Vol. 4, n.º 4, outubro-dezembro, 1984.

JIMENEZ, L. e LEFÉVRE, F. Desafios e perspectivas: desemprego e masculinidade, **Interação em Psicologia**, v. 8, n.º 2, p. 227-235, julho-dezembro, 2004.

HITE, Shere. **O Relatório Hite sobre a Sexualidade Masculina**. São Paulo: Difel – Difusão Editorial AS, 1982.

KEHL, Maria Rita. **A Mínima Diferença: Masculino e Feminino na Cultura**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KIMMEL, Michael S.; MESSNER, Michael A. (Ed.) **Men's lives**. 3. ed. Boston: Allyn and Bacon, 1995. 539 p.

_____. **La producción teórica sobre la masculinidad**: nuevos aportes. Edicions de las mujeres. Santiago: Isis international, n.º 17, P129-138. 1992.

_____. In: BROD, H., KAUFMAN, M (eds.) **Theorizing Masculinities**. USA: 1994.

KAUFMAN, Michael. (ed). **Theorizing Masculinities**. London, SAGE Publications, 1994.

KERGOAT, D. **Les Ouvrières**. Paris. Sycomore, 1982.

_____. **Les Absentes de l'histoire**, Revue Autrement, Paris, 1992.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LAUFER, J. Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres. IN: MARUANI, M e HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC Editora, São Paulo, 2003.

LAVINAS, L. **Empregabilidade no Brasil**: inflexões de gênero e diferenciais femininos. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

_____. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. In: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1997.

LEAL, Ondina e BOFF, Adriana. **Insultos, queixas, sedução e sexualidade:** fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina. *Sexualidades brasileiras*, 1996, p.119-135.

LIMA, M. E. B. A dimensão do trabalho e da cidadania das mulheres no mercado globalizado. IN: COSTA, A.; OLIVEIRA, E. ; SOARES, V. (Orgs.) **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

LIZARDO, Omar. The cognitive origins of Bourdieu's, **Journal for the theory of social behaviour**, 34(4): 375-401, 2004.

LOMBARDI, M. R. (1997) "Reestruturação produtiva e trabalho: Percepções dos trabalhadores". *Educação & Sociedade*, , nº 61.

LYRA, Jorge. **Paternidade adolescente:** uma proposta de intervenção. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: PUC/SP, 1997.

_____. RIDENTI, Sandra. Mãe presente, pai ausente?: reflexões preliminares sobre as funções parentais nos anos noventa. Caxambu, 1996. (Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS/GT. Família e Sociedade).

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

LOBO, E. S., HUMPHREY, J., GITAHY, L. e MOYSÉS, R. A prática invisível das operárias In KARTCHEVSKY-BULPORT, A. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo:** o trabalho dos operários do açúcar. 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidade e violência. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. Brasília: Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, 2001. 32 p. (Série Antropológica, n. 290).

_____. **Perspectivas em confronto:** relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília: Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, 2000. 19 p. (Série Antropológica, n. 284).

MARCONDES, Gláucia dos Santos. **Eternos aprendizes:** o vínculo paterno em homens separados e recassados de chamadas médias. Campinas, 2002, 184f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARCONDES, W.B., *et al.* O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. **São Paulo em perspectiva**, v. 17, n.º 2, p. 91-101, 2003.

MARTIN, S. B. Redes sociais e flexibilidade do trabalho: Uma análise comparativa. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, ano 4, n.º 6, São Paulo, p. 9-38, 1998.

MATOS, M. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. IN: ARAÚJO, C e SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

MEAD, Margaret. **Sex and temperament in three primitive societies**. New York: Morrow Quill Paperbacks, 1963. 335 p.

MEDRADO, Benedito. Homens na Arena do Cuidado Infantil: Imagens Veiculadas pela Mídia. In Arilha, Margareth; Ridenti, Unbehaum, Sandra G. e Medrado, Benedito (Orgs.). **Homens e Masculinidades: outras Palavras**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

_____. **O masculino na mídia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: PUC/SP, 1997.

MELLO, Susana Carvalho C. L. Discutindo Verdades: Contribuições do Neopragmatismo de Richard Rorty. In: **Caderno de Metodologia**, v. 2, n. 2. Rio de Janeiro – PUC-RJ, Centro de Tecnologia e Ciências Humanas, Depto. de Psicologia, 1995, pp. 21-33.

MESSNER, Michael. Changing men and feminist politics in the United States. **Theory and Society**, Holanda, v. 22, p. 723-727, oct. 1993.

MISKOLCI, R. Vivemos uma crise de identidades de gênero? Texto apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, **Anais**, 2005.

_____. Do desvio às diferenças. *Revista Teoria e Pesquisa*, n.º 47, p. 9-41, São Carlos – SP, 2005.

MONTAGNER, P. A reestruturação produtiva e o desemprego da mulher. IN: COSTA, A.; OLIVEIRA, E. ; SOARES, V. (Orgs.) **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

NASCIMENTO, Pedro Francisco Guedes do. **'Mulher é o Cão': A construção da identidade masculina em bar da feira central de Campina Grande**. Campina Grande, Departamento de Ciências sociais. UFPB - Campus II, 1995. (Monografia de Graduação).

_____. **'Ser homem ou nada': Diversidade de experiências e estratégias de atualização da masculinidade hegemônica em Camaragibe/PE.** Recife, Programa de Pós-graduação em Antropologia Cultural. UFPE, 1999. (Dissertação de Mestrado).

NEVES, D. P. Nesse terreiro galo não canta: estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. In: **Anuário Antropológico** 83. Rio de Janeiro/Fortaleza: Tempo Brasileiro/UFC, 1985.

NOBRE, M. Trabalho doméstico e emprego doméstico. IN: COSTA, A.; OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (orgs.) **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho.** São Paulo: CUT, 2004.

NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino.** Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. Masculinidade: reflexões contemporâneas IN **Reflexões Líricas,** Vozes/Cultura, nº 05, set-out, ano 87, v. 87, pp. 71-80, 1993.

_____. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

OLIVEIRA, P. P. **A Construção social da Masculinidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

OLIVEIRA, Z. L. C. A provisão da família: redefinição ou manutenção de papéis? In: ARAÚJO, C e SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil.** Rio de janeiro: FGV Editora, 2005.

OUTHWAITE, William. Hans-Georg Gadamer. In: SKINNER, Q. (ed.). **The return of the grand theory in the human sciences.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. Naturalismos e Anti-naturalismos. **Estudos de Sociologia.** Recife, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, v. 4, n. 2, 1998, publicação on line.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu:** Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões:** a cultura sexual no Brasil contemporâneo. 2 ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991. 295 p.

PICANÇO, F. S. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. IN: ARAÚJO, C e SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil.** Rio de janeiro: FGV Editora, 2005.

PIERUCCI, Flávio (1999) **Ciladas da Diferença**. São Paulo, Curso de pós-graduação em sociologia da Universidade de São Paulo, Editora 34.

PISTITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. M. **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos, n. 48, São Paulo, 2002.

POSTHUMA, A. C. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST, 1998.

POSTHUMA, A. C. e Lombardi, M.R.(1996) "Gênero e Exclusão Social no Novo Paradigma Produtivo". Caxambu. (Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da Anpocs, GT Trabalho e Sociedade; 22-26 out.)

PLECK, Joseph H. **The myth of masculinity**. Cambridge: MIT Press, 1981. 229 p.

ROMANELLI, Geraldo. **Papéis familiares e paternidade em famílias de camadas médias**. Caxambu, 1995. (Trabalho apresentado XIX Encontro Anual da ANPOCS/GT. Família e Sociedade).

ROLNICK, Suely & GUATTARI, Félix. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROPA, Daniela. “Ela É...o que Você Quiser”. In Costa, Jurandir Freire (org.).**Redescrições da Psicanálise: Ensaios Pragmáticos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RORTY, Richard. **Contingência, Ironia e Solidariedade**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

ROSENBAUM, Sílvia Fernanda Rosemblum. **Permanência e transformação: a paternidade na Revista Pais e Filhos**. São Paulo, 1998, 111f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the political economy of sex. IN: REITER, R. **Toward an anthropology of women**. Monthly review press, New York, 1975.

_____. **Objetivismo, Relativismo e Verdade: Escritos Filosóficos I**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth.(1992) **Rearticulando Gênero e Classe Social**. In COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (org.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____ (1987) **O poder do Macho**. São Paulo: Ed. Moderna.

_____ (1985) Formas de participação da mulher em movimentos sociais. In: **Política e administração**. Rio de Janeiro. FESP.

_____ (1984) **Mulher Brasileira: Opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé.

_____ (1979) **A mulher na sociedade de classe: Mito e realidade**. Petrópolis: Vozes.

SALEM, Tânia. O casal igualitário: princípios e impasses. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 24-37, fev./1989.

_____. O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980. 240 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Russell Parry. (1990) O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiência do domínio doméstico. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. Pag.37-47.

SCHWEITZER, S. Situar as mulheres no Mercado de trabalho. In: MARUANI, M e HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC Editora, São Paulo, 2003.

SEMIÃO, A. A reestruturação do trabalho doméstico remunerado e suas implicações. In: COSTA, A.; OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.) **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

SHOWALTER, Elaine. **Anarquia Sexual: Sexo e Cultura no Fin de Siècle**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SILVA, Sergio Gomes da. O Conflito Identitário: Sexo e Gênero na Constituição das Identidades. In: **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, vol. 10, n. 01, janeiro/junho. São Paulo: Iglu Editora, 1999, pp. 70-85.

SIIVA, M. K. (2004) **As trabalhadoras da castanha: o lar e o trabalho na perspectiva de mulheres operárias**. Programa de Pós-graduação em sociologia/UFPE: dissertação de mestrado. Recife.

SORJ, Bila e HEILBORN, M. L.(2000) **Estudos de Gênero no Brasil**. In Micelli, Sérgio e outros: o que se deve ler em ciências sociais, sociologia.

SORJ, B. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n.º 43, Junho, 2000.

SPENCER, Collin. **Homossexualidade: uma História**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

STOLLER, Robert. **Masculinidade e Feminilidade: Apresentações de Gênero**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SOUZA, Lobo. (1991) **A classe operaria tem dois sexo: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense

SWARTZ, David. The sociology of habit: the perspective of Bourdieu, **The occupational therapy journal of research**, 22: 61-69, 2002.

UNBEHAUM, Sandra G. **Experiência masculina na paternidade nos anos 1990: estudo de relações de gênero com homens de camadas médias**. São Paulo, 2000. 2224f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

UNBEHAUM, Sandra (1998) **As desigualdades de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos**. São Paulo: ECOS/ Ed. 34.

VALE DE ALMEIDA, M. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de século, 2000.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 137 p.

VELOSO, Marcelo Augusto. Seja homem! In: **Caderno do CENAP – Tecendo Idéias**, n. 02. Recife-Pe, nov. de 1996, pp. 09-22.

VILLAÇA, Nízia e GÓES, Fred. **Em Nome do Corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

WACQUANT, Loic. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 19, Curitiba: PR, 2002.

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

1. DADOS PESSOAIS – (nome, idade, estado civil, profissão, escolaridade, número de filhos (se houver))
2. TRABALHO
 - Qual a ocupação atual
 - Sempre trabalhou nessa ocupação
 - Qual outro tipo de atividades já desempenhou
 - Há quanto tempo esta no ramo atual
3. AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO
 - Como ver a inserção da mulher no mundo trabalho
 - O que acha da inserção feminina no ramo da indústria manufatureira
 - Especificamente no ramo de bebidas
 - Mulher e qualificação técnica
 - Presença feminina em equipes de manutenção
 - Presença feminina em cargos de chefia nas indústrias
 - Existe dentro da indústria trabalho de homem e trabalho de mulher
 - Onde geralmente estão as mulheres na indústria
 - Mulher e licença maternidade
 - Salário feminino
4. O LAR E O TRABALHO: divisão sexual das tarefas domésticas
 - Como é a divisão das tarefas domésticas (lavar, passar, fazer compras...)
 - O cuidado com as crianças e idosos (quando houver)
 - A divisão financeira - quem paga o que com seu salário
 - O que faz com o tempo livre
 - A companheira faz o que no tempo livre
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS
 - Essa pergunta é hipotética. Se você pudesse com seu salário cobrir satisfatoriamente todas as despesas familiares e pessoais, ainda assim, gostaria que sua mulher trabalhasse fora de casa?

ANEXO II – ROTEIRO DE DISCUSSÃO DO GRUPO FOCAL

I- PRIMEIRO MOMENTO DA DISCUSSÃO

1. O que é trabalho
2. A inserção feminina no mercado de trabalho
3. Trabalho feminino
4. O que acha da inserção feminina no ramo da indústria manufatureira
5. Especificamente no ramo de bebidas
6. Mulher e qualificação técnica
7. Presença feminina em equipes de manutenção
8. Presença feminina em cargos de chefia nas indústrias
9. Existe dentro da indústria trabalho de homem e trabalho de mulher
10. Onde geralmente estão as mulheres na indústria
11. Mulher e licença maternidade
12. Salário feminino

II – SEGUNDO MOMENTO DA DISCUSSÃO

- 1-Como é a divisão das tarefas domésticas (lavar, passar, fazer compras...)
- 2-O cuidado com as crianças e idosos (quando houver)
- 3-A divisão financeira - quem paga o que com seu salário
- 4-O que faz com o tempo livre
- 5-A companheira faz o que no tempo livre

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pergunta é hipotética. Se você pudesse com seu salário cobrir satisfatoriamente todas as despesas familiares e pessoais, ainda assim, gostaria que sua mulher trabalhasse fora de casa?